

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

VINÍCIUS DE SOUZA STURARI

**REDES E MANIFESTAÇÕES: novos repertórios e  
atores.**

ARARAQUARA – S.P.  
2020

VINÍCIUS DE SOUZA STURARI

## **REDES E MANIFESTAÇÕES:** novos repertórios e atores.

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Carla Gandini Giani Martelli

**Bolsa:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

ARARAQUARA – S.P.  
2020

Sturari, Vinicius de Souza  
Redes e manifestações: novos repertórios e atores /  
Vinicius de Souza Sturari – 2020  
103 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Carla Gandini Giani Martelli

1. Democracia. 2. internet. 3. Direitas. 4.  
Manifestações. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VINÍCIUS DE SOUZA STURARI

## **REDES E MANIFESTAÇÕES:** novos repertórios e atores.

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Carla Gandini Giani Martelli

**Bolsa:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Data da defesa: 27/03/2020

### **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Gandini Giani Martelli**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Marcelo Santos**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

---

**Membro Titular: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Cecília Rodrigues Almeida**  
Universidade Estadual de Maringá

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara.

À Valéria, meu pilar.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Acredito que tudo que fazemos é resultado de processos e interações, fazendo com que nossos trabalhos carreguem um pouco de pessoas e instituições que fazem parte de nossas vidas.

Sendo assim, gostaria de agradecer à minha família, Valéria, Isabella, Lucas e Eder, por todo o apoio e tudo que temos construído em nossas relações. À minha avó Lurdes, ponto de apoio nos anos de graduação e também do Mestrado.

Aos meus companheiros de caminhada e amigos da pós, Larissa, Mariana e Thiago, por nossos momentos de descontração e também de angústias sobre esse processo.

Aos meus amigos de longa data Luis, Pedro, Rafael, Eduardo, Leonardo, André e Juan, por todos os momentos que passamos juntos, assim como os de nem tão longa data mas que ocuparam especial espaço principalmente nesses anos do mestrado, Guilherme, Luiz, Miguel, Renan e Willy, todos eles são parte da minha formação enquanto pessoa também.

À Rodrigo, companheiro de estudos e profissão, parceria em congressos e viagens. Amigo querido e importante pessoa na minha formação enquanto pesquisador e Cientista Social.

À Miranda, com quem tenho dividido muitas experiências, minha companheira, revisora, peça fundamental desse processo, embora talvez também não saiba de tamanha importância.

Ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, à Faculdade de Ciências e Letras, seus docentes e funcionários, agradeço toda a formação e experiências proporcionadas nesses 6 anos “de casa”.

Aos colegas do PROCAD, docentes os discentes da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Federal de Santa Catarina, que muito me ensinaram enquanto participei do projeto.

Aos colegas do GEPPADE, por todos os momentos de estudo e foco na pesquisa, em especial à Ludmila, André e Luciléia.

Finalmente, à minha orientadora Carla, por me acompanhar durante todos esses anos, orientando diversas pesquisas, me incentivando a participar de congressos e outras atividades acadêmicas. Por toda dedicação e cuidado, pela oportunidade de participar do PROCAD e do GEPPADE, assim como por todo estímulo à carreira acadêmica.

“É precisamente porque as democracias em funcionamento dão mostra dos melhores feitos políticos da humanidade, e porque a democracia continua a ser ameaçada em boa parte do mundo contemporâneo, que a busca na qual estamos engajados é da maior urgência.”

Charles Tilly (2013, p. 38)



## RESUMO

As manifestações de rua ao redor do mundo nos últimos anos trazem uma marca de novidade aos repertórios utilizados anteriormente. Demandas por melhorias econômicas e políticas perpassam o clamor da ruas. No entanto o fazem com uma novidade: o uso da internet como principal mecanismo de organização e divulgação dos atos das manifestações. O advento da internet modificou radicalmente nossas relações interpessoais e com o mundo. Passamos cada vez mais tempo online, o que fez com que vários serviços migrassem para além do espaço físico. Dentro dessa perspectiva, a política também tem se alterado e vem sendo discutida na esfera pública online, espaço da rede que tem facilitado o debate devido às suas características horizontais que dinamizam a participação. Reflexo das manifestações globais pode ser visto no Brasil, a partir de junho de 2013. As manifestações ficaram conhecidas como Jornadas de Junho e marcam uma nova fase de protestos, que se estende até as grandes manifestações do Impeachment da presidente Dilma Roussef. Principais atores dessas manifestações: o Movimento Passe Livre como principal articulador, o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua. Esses últimos dois movimentos marcam também o uso desses novos repertórios por uma nova direita, que vai às ruas e se manifesta enquanto ator político emergente. O objetivo específico desta dissertação é demonstrar a emergência dessa nova direita, observando seu *modus operandi* e quais processos ela utiliza para ganhar força. Os objetivos gerais são contribuir com a discussão acerca desses processos, tanto da emergência da nova direita como da importância da internet enquanto mecanismo inovador de mobilização de grandes massas, utilizando a experiência do movimento Vem Pra Rua como um dos principais atores das mobilizações, avançando para a compreensão dos riscos que esses novos repertórios impõem à democracia.

**Palavras – chave:** Manifestações. Democracia. Internet. Movimentos Sociais. Direita.

## ABSTRACT

Street demonstrations around the world in recent years bring a mark of novelty to the previously used repertoires. Demands for economic and political improvements pervade the clamor of the streets. However, they do so with something new: the use of the internet as the main mechanism for organizing and disseminating acts of the manifestations. The advent of the internet has radically changed our interpersonal and world relationships. We spend more and more time online, which has led to many services migrating beyond physical space. Within this perspective, the policy has also changed and is being discussed in the online public sphere, a network space that has facilitated the debate due to its horizontal characteristics that dynamize participation. Reflection of global demonstrations can be seen in Brazil from June 2013. The demonstrations became known as June Days and mark a new phase of protests, extending to the major protests of Dilma Rousseff Impeachment. Main actors of these demonstrations: Movimento Passe Livre as the main articulator, Movimento Brasil Livre and Vem Pra Rua. These last two movements also mark the use of these new repertoires by a new right, which takes to the streets and manifests itself as an emerging political actor. We intend to work specifically demonstrating the emergence of this new right-wing, observing its *modus operandi* and what processes it uses to gain strength. The general goals of this paper are to contribute to the discussion about these processes, both the emergence of the new right and its use of the internet as an innovative mechanism for mobilizing large masses, using the experience of the Vem Pra Rua movement as one of the main accountables of the mobilizations, advancing to understand the risks that these new repertoires impose on democracy.

**Keywords:** Manifestations. Democracy. Internet. Social Movements. Right wing.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Liberdade no mundo	30
<b>Gráfico 2</b>	Mundial por população	30
<b>Gráfico 3</b>	Mundial por país	31
<b>Gráfico 4</b>	Desenvolvimento Global de TIC	48
<b>Gráfico 5</b>	Indivíduos usando a internet	49
<b>Gráfico 6</b>	Evolução das principais reivindicações (%)	87

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Atributos das atividades políticas	26
<b>Tabela 2</b>	Participação política entre brasileiros (%)	59
<b>Tabela 3</b>	Principais páginas de acordo com o total de seguidores	67
<b>Tabela 4</b>	Posicionamento político	67

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Uso da internet no Brasil	50
<b>Figura 2</b>	Domicílios com banda larga por região	51
<b>Figura 3</b>	Rede social mais usada no Brasil	52
<b>Figura 4</b>	Rede social preferida pelos brasileiros	61

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ARPA</b>	Advanced Research Projects Agency
<b>BREXIT</b>	British Exit
<b>FIESP</b>	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPs</b>	Instituições Participativas
<b>ITU</b>	International Telecommunication Union
<b>LAPOP</b>	Latin American Public Opinion Project
<b>MBL</b>	Movimento Brasil Livre
<b>MPL</b>	Movimento Passe Livre
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>TV</b>	Televisão
<b>VPR</b>	Vem Pra Rua

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 O PANO DE FUNDO: A CRISE DA DEMOCRACIA</b>	<b>19</b>
2.1 Histórico e evolução	19
2.2 A democracia hoje	32
2.3 Manifestações de rua: participação não convencional	36
2.4 Sintomas e crise	39
<b>3 A PARTILHA DO VIRTUAL</b>	<b>47</b>
3.1 Inovando a comunicação: uma grande mudança social	47
3.2 Participação online e novas possibilidades	56
3.3 As novas direitas	62
<b>4 ÀS RUAS</b>	<b>71</b>
4.1 O brado retumbante	72
4.2 Deitado eternamente em berço esplêndido?	79
4.3 Movimentos e movimentações	83
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se trata de democracia, um tema tão amplo e com diversas abordagens, é necessário fazer uma distinção sobre o que será tratado e qual abordagem será usada. Os sentidos e entendimentos de democracia mudam com o tempo. A democracia representativa se modificou, conforme aponta Manin (1995), de uma democracia partidária, baseada nos pressupostos institucionais, para uma democracia na qual a figura individual do candidato tem maior valor dentre os eleitores, fortalecendo o fenômeno do personalismo na política.

Com relação à participativa, passou-se de uma visão unidimensional para uma visão multidimensional, ampliando o entendimento sobre as várias modalidades de participação política, para além do ato de votar (BORBA, 2012). No Brasil, especialmente, também ampliou-se o leque de formas de participação política a partir da Constituição de 1988, com as chamadas “instituições participativas” (IPs), representadas pelos Conselhos gestores, as Conferências de políticas públicas e o Orçamento Participativo dentre outras, por meio das quais construiu-se um novo modo de relacionamento entre Estado e Sociedade no que tange ao processo de elaboração, implementação e controle de políticas públicas. Além de espaços de participação, as IPs se mostraram como novos espaços de deliberação e representação, trazendo novos elementos para o debate democrático (ALMEIDA, 2018; FARIA, 2013).

Vários autores têm chamado a atenção para o fato de que a democracia passa por uma crise global: os eleitores não se sentem mais representados por seus representantes; verifica-se um déficit de confiança nas tradicionais instituições; verifica-se a emergência, em vários países, de novos governos populistas, que carregam discurso de ódio, numa batalha constante contra inimigos internos e externos, crescente nacionalismo, discurso antiestablishment, dentre outras características (RUNCIMAN, 2018; LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; CASTELLS, 2019; MOUNK, 2019; APPADURAI, 2019).

Nessa esteira, agravado pela crise financeira global de 2008, o mundo testemunha o crescimento de manifestações e protestos, que colocam em xeque a estabilidade democrática. No Brasil isto não está sendo diferente. As manifestações ocorridas no Brasil contemporâneo demonstram a emergência de novos padrões de participação política que se apresentam ao mundo. Segundo Castells (2003) a emergência de uma



nova sociedade de rede, pautada nas relações pela internet, traz novos atores ao cenário político e social, o que o autor define como movimentos de rede (CASTELLS, 2003, 2013), cuja principal característica é a organização através das redes sociais e interações que a internet proporciona, um espaço com maior possibilidade de divulgação e debates, quebrando fronteiras em um mundo globalizado.

A rede serviu como instrumento para a organização de protestos e manifestações em vários locais do mundo, com as mais diversas demandas nacionais, mas com demandas também inerentes ao contexto de globalização. A Primavera Árabe, levantes na Turquia, Indignados na Espanha, Occupy em Nova Iorque, dentre outros, manifestações organizadas em rede e levadas às ruas, por intermédio principalmente dos movimentos de rede, conforme destaca Castells (2013): “Embora esses movimentos geralmente se iniciem nas redes sociais da internet, eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano” (p.164). Uma outra característica que perpassa a maioria dessas manifestações é a importância das praças centrais das cidades nas quais elas ocorreram, já que a maioria delas foi realizada nessas praças, conforme aponta Gohn (2014a).

No Brasil as manifestações de junho de 2013, organizadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre, abrem um ciclo de protestos que repercutirá em outras manifestações em 2015 e 2016. As “Jornadas de Junho”, como ficaram conhecidas, foram manifestações inicialmente incitadas pela revogação do aumento da tarifa do transporte coletivo da cidade de São Paulo. Com ação de violência desmedida da polícia para conter as manifestações, disparou-se um processo de revolta que ajudou a expandir os protestos por todo o território nacional. Em 2015, após diversos escândalos sobre casos de corrupção, principalmente a divulgação do andamento da operação da Polícia Federal denominada “Lava Jato”, que investiga esses casos, surgem outros diversos movimentos e atores levantando a bandeira contra a corrupção, sendo os principais o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre*, movimentos considerados pela literatura como expoentes de uma nova direita. Tais manifestações se alastram por todo o território e expõem rupturas importantes da sociedade.

Como motivos dessas manifestações encontramos na conjuntura nacional algumas possíveis respostas. A divulgação dos casos de corrupção ajudou a colocar em xeque o sistema representativo e a abrir uma crise entre os representantes e os representados, relação já conflituosa *per se*. Assim se instaura uma crise no governo petista, que teria como consequência o *impeachment* de Dilma Roussef, em 2015.

A internet, criada inicialmente para comunicação para pesquisas, ao se tornar domínio público e ter seu uso difundido ao redor do mundo, é cada vez mais utilizada com diversas finalidades, inclusive, para manifestações políticas.

Nessa dissertação demonstraremos como a crise de representação e as possibilidades de participação política trazidas pela internet foram apropriadas pelas recentes manifestações, mundo afora, e no Brasil. Demonstraremos como a chamada nova direita fez uso desses dispositivos (internet e manifestação) para ter suas ideias expostas e difundidas nos mais diversos setores da sociedade.

Nossa hipótese é a de que o sucesso das manifestações e o crescimento da nova direita são consequência, em boa medida, do sucesso da internet como mecanismo de mobilização, num contexto de crise da democracia representativa.

Faremos isso utilizando a experiência do *Movimento Vem Pra Rua*, um dos principais atores dos atos de 2015 e 2016. Através dos principais elementos e *modus operandi* desse movimento, no que destacamos o uso da internet para divulgação e mobilização, características da emergência de uma nova direita e os protestos de rua, bem como uma crise democrática, buscamos na literatura um arcabouço teórico que nos permitisse compreender esses processos como parte de transformações mais amplas das democracias e das formas de participação política mundo afora (ALONSO, 2017; BRINGEL, PLEYERS, 2017; CASTELLS, 2013; FILLIEULE, TARTAKOWSKY, 2015; GOHN, 2014a). Elencamos o movimento Vem pra Rua como objeto de nossa apresentação para analisar os temas propostos, visto a possibilidade do uso de fonte primária, uma vez que os fundadores escreveram um livro narrando a criação do movimento e o processo por trás das manifestações, bem como por ele ser um dos primeiros movimentos a encabeçar os atos contra o governo, assim como disputar a direção das ruas com outros movimentos de direita. Além disso, seus fundadores são ligados ao mundo empresarial da capital paulista, mundo esse que protagonizou as manifestações de 2015 e 2016, bastando ver o papel da FIESP na campanha “não vamos pagar o pato”. O papel do Vem Pra Rua nessa dissertação é de costurar os elementos que analisamos, demonstrando a importância de cada um no processo.

O trabalho é constituído por outros três capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, intitulado *O pano de fundo: a crise da democracia*, discutiremos a questão da democracia e suas abordagens, seu histórico e mudanças ao longo dos últimos anos, assim como buscaremos destacar alguns fatores que podem explicar a atual crise do sistema representativo e a relação dessa com o crescimento de formas

alternativas de participação política, como a participação por meio das mídias digitais. Essa parte é composta por quatro itens, sendo eles: *Histórico e evolução; A democracia hoje; Manifestações de rua: participação não convencional e Sintomas e crise.*

No segundo capítulo, intitulado *A partilha do virtual*, abordaremos a questão da internet, fazendo um breve resumo sobre sua criação e como ela tem contribuído com uma nova maneira de se fazer política enquanto um mecanismo de participação política. Também discutiremos quem é essa nova direita que aqui falamos e como ela fez uso da internet para divulgar suas ideias. O capítulo é composto pelos seguintes itens: *Inovando a comunicação: uma grande mudança social, Participação online e novas possibilidades e As novas direitas.*

No terceiro capítulo, intitulado *Às ruas*, abordaremos as manifestações do ciclo de protestos aberto em 2013 no Brasil: as “Jornadas de Junho” e as manifestações de 2015 e de 2016. Nosso propósito é mostrar a relação dessas manifestações com o crescimento da nova direita e sua dinâmica nas ruas, facilitada pela internet. O capítulo final é dedicado a tecer algumas considerações a partir da análise de todo o material levantado sobre o Movimento Vem Pra Rua, tanto o material empírico quanto aquele referente à pesquisa bibliográfica, com o objetivo de responder as perguntas levantadas durante todo o processo de elaboração desta dissertação, propondo algumas análises a partir das diferenças e semelhanças das duas fases de manifestações. Esse capítulo está dividido em três partes, sendo elas: *O brado retumbante, Deitado eternamente em berço esplêndido? e Movimentos e movimentações.*

Por fim, a última parte cabe às considerações finais e às Referências.

## **2 O PANO DE FUNDO: A CRISE DA DEMOCRACIA**

A democracia tem passado por diversas mudanças nos últimos anos e ao redor de todo o mundo, por conta dos mais diversos fatores. O modelo de governo democrático tem sido colocado à prova mesmo em democracias mais consolidadas, como a estadunidense e as democracias de alguns países da Europa, além de outros países, como Egito, Turquia, países árabes, etc. Mas o que é a democracia? Pode-se, de fato, falar em crise da democracia na atualidade? A discussão acerca da democracia é ampla e possui um largo histórico. O intuito desse capítulo é perpassar algumas vertentes teóricas sobre a democracia e debater as características da atual crise do sistema político expressa em diversos países que, no início da década de 2010, levou diversas pessoas às ruas em uma onda global de indignação. Para entender esses movimentos e manifestações, iremos antes traçar um panorama geral da questão de fundo desses atos, principalmente no Brasil.

O capítulo é separado em três partes, sendo que na primeira abordamos rapidamente algumas definições de democracia. Na segunda parte discutiremos sobre o histórico desse sistema de governo e suas mudanças, o que apontamos como um dos motivos da atual crise, e por fim no terceiro item vamos discutir sobre a atual crise no mundo e no Brasil, os problemas mais atuais, sendo eles os desafios em um contexto de crise do sistema representativo e de desconfiança das instituições.

### **2.1 Histórico e evolução**

Estudar o tema da democracia é sempre um desafio. Diversas são as abordagens teórico-conceituais utilizadas por pesquisadores do assunto ao longo dos anos. Aqui, brevemente, vamos expor algumas das teorias e interpretações produzidas acerca desse tema tão amplo e alocar nossa discussão dentro desse espectro.

A definição de democracia, para o senso comum, poderia ser aquela que, através de instituições (partidos políticos) alguns cidadãos se candidatam como os representantes do restante da população nas instituições políticas do Estado (sejam Câmara, Senado, Executivo, etc.), tendo como papel “agir e defender os interesses do seu segmento, sem deixar de levar em conta as demandas dos demais segmentos”, ou seja, tomar decisões e governar por aquela parcela que o elegeu enquanto representante, visando o bem comum (ROCCO, 2018, p. 51). Segundo Bobbio (2000) essa forma de

democracia é “[...] caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*” (p.30). Nesse modelo democrático o voto é a principal forma de participação, como Schumpeter (1984) afirma sobre o que ele chama de Teoria clássica da democracia, na qual: “o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo” (p.313). Por isso falamos em uma conceituação dentro do senso comum, afinal é o processo que os cidadãos participam a cada quatro anos aqui no Brasil, o que dá essa experiência à população, isso sem contar outros mecanismos democráticos que temos experiência aqui e serão tratados posteriormente.

A teoria democrática clássica é baseada, então, na escolha do povo por seus representantes através de eleições livres e com regras estabelecidas. Tais representantes devem visar o bem comum, a vontade geral e a racionalidade. Ela é baseada também no mínimo de participação por parte da população, sendo essa quase que restrita ao voto. Manin (1995) aponta que o sistema representativo possui quatro princípios sobre os quais está apoiado, sendo eles: os representantes são eleitos pelos governados; os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo e, por fim, as decisões políticas são tomadas após debate.

Em contraponto a essa chamada teoria democrática clássica há outros modelos, como o de democracia participativa, que tem como referência o trabalho de Pateman (1992). Para a autora, que resgata clássicos como Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole para falar sobre a participação no sistema democrático, a democracia direta é uma possibilidade mesmo nos Estados modernos, através de instituições locais nas quais os cidadãos podem tomar decisões. A participação assume um papel educativo, quando ao participar o cidadão percebe seu papel na sociedade, desenvolvendo um sentimento de cidadania, remetendo a participação à democracia grega. Sobre isso, a autora afirma:

Uma vez estabelecido o sistema participativo (e este é um ponto da maior importância) ele se torna auto-sustentável porque as qualidades exigidas de cada cidadão para que o sistema seja bem-sucedido são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula; quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo. (PATEMAN, 1992, p. 39)

A participação prevê uma relação de equidade, como afirma Pateman (1992, p. 37) “o processo de participação assegura que a igualdade política seja efetivada nas assembleias em que as decisões são tomadas”. Além disso, ao participar o cidadão deve levar em consideração não apenas seus interesses individuais, mas também o interesse coletivo. Almeida (2018) observa um importante aspecto da participação, ao retomar a discussão de Verba, Schlozman e Brady:

Para eles, os achados empíricos mostraram que a participação cumpre três funções numa ordem democrática: i) ela comunica interesses e necessidades de indivíduos e grupos, ii) ela possibilita compromissos dos cidadãos com interesses para além do seu próprio e, finalmente, iii) ela afeta o discurso democrático, tornando os cidadãos mais informados e tolerantes (p. 14).

Trabalhando com o conceito de participação ainda, Borba (2012) retoma o argumento de Van Deth em que afirma que as definições de participação “estão diretamente articuladas ao contexto em que os próprios atos de participação operam.” (p. 264).

Dentro da vertente da democracia participativa, diversos autores e teóricos estudam e diferem em vários tipos de participação. Almeida (2018), em um trabalho que visa fazer um mapeamento do debate sobre a participação política, fala em dois tipos, uma primeira vertente baseada nos estudos comportamentalistas, que “tem como unidade de análise o engajamento político individual nas diferentes modalidades de participação.” (p. 11). A segunda vertente se preocupa com modalidades mais institucionais de participação, a exemplo das Instituições Participativas brasileiras.

O Brasil se tornou referência em experiências de participação política institucional, principalmente a partir da Constituição de 1988, que prevê a participação da sociedade civil junto ao Estado no processo de produção e controle de políticas públicas. Desenvolveram-se as chamadas *instituições participativas* (IPs), como são exemplos os Conselhos Gestores, os Orçamentos Participativos, as Conferências de Políticas Públicas, dentre outras (AVRITZER, 2009). A literatura que trabalha com a questão das IPs mobiliza, além da discussão sobre democracia participativa, toda uma literatura sobre democracia deliberativa, tendo como uma importante referência o trabalho de Habermas, com o conceito de esfera pública, local onde ocorrem as discussões e decisões sobre os assuntos de relevância e interesse públicos. Também

dialoga com conceitos da democracia representativa, pois nas IPs ocorrem diferentes formas de representação, como a exemplo da estrutura dos Conselhos Gestores que “não expressava a prática ou ideal da participação direta, já que neles as organizações da sociedade civil representam grupos ou segmentos.” (ALMEIDA, 2018, p. 19)

Os temas abarcados pela literatura que trata das IPs são variados. Almeida (2018) aponta estudos como o de Putnam (1995), em que o autor “manifestou forte preocupação com o declínio que ele identificou nos Estados Unidos nos níveis de capital social responsáveis pelo sentimento de confiança, tão necessários, segundo sua concepção, para o suporte das instituições democráticas” (p. 22). Também aponta os estudos de Inglehart para o qual as mudanças na participação apontam para o surgimento de um novo tipo de “cidadão democrático”. Entretanto, outros elementos são estudados e avaliados por diversos autores, como a “equidade da voz política”, conceito que segundo Almeida, “oferece um terreno fértil para o florescimento de um diálogo entre as duas bibliografias analisadas” (p. 24), ou seja, articula tanto a participação institucional ao salientar a igualdade da participação, quanto da bibliografia comportamentalista. Outro ponto de vista tende a ler as IPs enquanto mecanismos para aprimoramento da democracia, olhando sob quais condições isso ocorre e em que sentido, como no estudo de Smith, em que segundo a autora, ele avalia a medida em que o desenho institucional de cada modelo promove os “bens democráticos”, que seriam

a inclusividade, ou seja, a capacidade da inovação promover presença dos diferentes grupos sociais e expressar diferentes demandas, o controle popular sobre as decisões políticas, julgamentos coletivos ponderados e a transparência. A esses, ele adicionou dois outros bens institucionais, denominado *efficiency*, relacionado a capacidade das inovações institucionais distribuírem os custos da participação para cidadãos e autoridades públicas de forma equilibrada, e *transferability*, que indica a possibilidade de uma inovação funcionar em diferentes contextos. (ALMEIDA, 2018, p. 25)

Olhando sobre um outro ângulo, estudos recentes buscam avaliar a efetividade das IPs, seja para avaliar como essas instâncias contribuem ou influenciam as decisões dos mais variados setores, seja para averiguar se as IPs contribuem de fato para a ampliação da democracia, conforme salientam Romão e Martelli (2013).

O estudo das IPs mereceu um rico debate em torno do modelo deliberativo de democracia. Um dos grandes expoentes da democracia deliberativa e que tem em seus trabalhos a formulação desse conceito é Habermas, que apesar de não ser o responsável

pelo termo, é baseado em seus trabalhos que a literatura define essa vertente democrática. Em seu trabalho *Três modelos normativos de democracia*, de 1995, o autor define:

O conceito de política deliberativa somente exige uma referência empírica quando levamos em conta a *pluralidade* de formas de comunicação nas quais uma vontade comum pode se formar, não somente pela via de uma autocompreensão ética mas também mediante o equilíbrio de interesses e compromissos mediante a escolha racional de meios com respeito a um fim, mediante justificações morais e exames de coerência jurídicos. (p. 45)

Young (2014, p. 189) também traz contribuições importantes para o entendimento da democracia deliberativa. Afirma que “na deliberação, as partes do conflito, da divergência e da tomada de decisões propõem soluções para seus problemas coletivos e oferecem razões para elas, criticam as propostas e as razões umas das outras e estão abertas a ser criticadas.” Para a autora a deliberação é fruto de discussões, onde o acordo é alcançado através de argumentos em espaços públicos com essa finalidade, ou seja, na esfera pública conceituada por Habermas. Young (2014) ainda afirma que a democracia deliberativa não prevê apenas a igualdade entre as partes e a discussão para um consenso, mas também exigem divulgação pública, responsabilização e inclusão. Dessa forma, a deliberação é um processo no qual devem ser garantidas a equidade de oportunidades de demonstrar interesses, assim como ir além dos interesses próprios, com discussões públicas a fim de garantir que o maior número de interessados no devido tema possam participar, o que tende a conferir legitimidade às decisões.

Voltando à discussão da vertente comportamentalista, um dos estudos iniciais e que influencia essa bibliografia é *The civic culture*, publicado na década de 1960, por Almond e Verba. A participação, para esses autores, conforme apontado no trabalho de Almeida (2018), se dá nos limites da democracia representativa.

Dois grandes postulados são marcas desse livro e influenciaram significativamente os estudos e debates que se seguiram no interior dessa vertente. O primeiro é o de que existiria uma congruência entre cultura política e instituições, na medida em que os valores e opiniões dos cidadãos influenciariam o funcionamento do sistema político, conferindo-lhe estabilidade ou instabilidade. O segundo é o de que a fidelidade, a confiança nas instituições e modestos níveis de participação política seriam fundamentais para a estabilidade democrática. (Idem, p. 12)



*The civic culture* está alocado em uma discussão da vertente schumpeteriana, preocupada com a participação fora do período eleitoral, consequência da experiência fascista. Almeida (2018) observa que as ondas de protesto da mesma década em que o trabalho de Almond e Verba foi publicado influenciam os trabalhos posteriores dessa vertente. Dessa maneira, outras modalidades de participação entram no hall da literatura comportamentalista.

Borba (2012) faz um apanhado da literatura que trata sobre essas diferentes modalidades. O autor analisa diversos modelos elaborados por autores ao longo de muitos anos. Começando com os estudos clássicos de Milbrath, que elenca 14 comportamentos participativos, dentre eles:

- 1) expor-se a solicitações políticas;
- 2) votar;
- 3) participar de uma discussão política;
- 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo;
- 5) usar um distintivo político;
- 6) fazer contato com funcionários públicos;
- 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato;
- 8) assistir a um comício ou assembleia;
- 9) dedicar-se a uma campanha política;
- 10) ser membro ativo de um partido político;
- 11) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas;
- 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas;
- 13) candidatar-se a um cargo eletivo;
- 14) ocupar cargos públicos.

Para Milbrath o ato de participar é unidimensional, visto a característica de ser um *continuum* em termos de custos e complexidade. Milbrath divide ainda os cidadãos em três grupos, a depender do engajamento de cada um na participação, sendo eles os passivos, os espectadores e os gladiadores, nessa ordem dos que menos participam aos que mais participam. Em contrapartida, Borba apresenta o modelo de Pizzorno, que tem uma classificação em quatro modalidades, dando um teor mais generalista à participação. Essas modalidades vão entre solidariedade privada ou pública, assim como o contexto da ação, se estatal ou não, formando então um quadro em que o autor diferencia como profissionalismo político o tipo de solidariedade pública e com ação estatal; com solidariedade pública e ação extraestatal seria a categoria de movimento social; com solidariedade privada e ação estatal temos a participação civil na política e por fim com solidariedade privada e ação extraestatal temos a categoria de subcultura, sendo que essa divisão não mais apresenta um *continuum* de participação.

Borba (2012) aponta que, na esteira de Pizzorno, estudos divulgados mais tarde, como os de Verba, Nie e Kim, vão apresentar quatro modalidades. As modalidades são: Atividade de campanha, Voto, Contato político e Atividade cooperativa. Segundo o autor, “para esses autores, ao invés de um *continuum*, teríamos múltiplos níveis, onde os participantes incluídos em cada um deles, teriam atributos sociodemográficos e atitudinais distintos.” (p. 269). Como as formas de protesto eram associadas a instabilidades políticas, elas só vão se tornar objeto de estudos no fim da década de 1979, com o trabalho publicado por Barnes e Kaase, intitulado *Political action*. Aqui, os autores dividem as modalidades de participação entre convencionais e não convencionais. (BORBA, 2012). Como convencionais temos a seguinte escala: ler sobre política nos jornais, discutir política com os amigos, trabalhar com outras pessoas na comunidade, trabalhar para partidos políticos ou candidatos, convencer outros a votar da mesma forma que você participar de campanhas políticas ou comícios e contato com funcionários públicos. Como não convencionais: abaixo-assinados, manifestações legais, juntar-se a boicotes, recusar-se a pagar taxas ou aluguéis, ocupar prédios ou fábricas, bloquear o tráfego com demonstrações e participar de greves. (Idem). Para todos esses autores a participação é um fenômeno multidimensional, as modalidades são acionadas pelos ativistas a depender do contexto, não sendo excludentes e nem um *continuum*, como no modelo de Milbrath.

O autor ainda salienta que outros elementos entram nas análises propostas posteriormente, como o modelo de “voluntarismo cívico” apresentado por Verba, Schlozman e Brady,

onde o processo de engajamento político é visto como mediado pela relação entre custos e recursos, sendo a participação resultante das motivações e das capacidades dos indivíduos para participar, as quais são mediadas pelas “redes de recrutamento”. Os recursos mais significativos seriam o tempo, o dinheiro e as “habilidades” individuais. (BORBA, 2012, p. 272)

Esse modelo ainda incorpora outras modalidades de participação segundo Borba, o que reafirma a multidimensionalidade do fenômeno participativo. Seriam elas: “votar, trabalhar em campanhas políticas, contribuição para campanhas, contato com oficiais, protesto, trabalho informal na comunidade, membro de um conselho local, filiação a uma organização política e contribuição a uma causa política.” (2012, p. 273). Em cada uma dessas dimensões temos as variáveis “capacidade para transmitir informações”, que

pode variar entre baixo, misto e alto; “variação no volume”, que pode variar entre baixo, médio, alto e muito alto e “requerimentos”, que seriam os recursos a serem empregados, como tempo, dinheiro e habilidades. Ilustramos melhor isso na tabela a seguir.

**TABELA 1 – Atributos das atividades políticas**

<b>Atividade</b>	<b>Capacidade para transmitir informação</b>	<b>Variação no volume</b>	<b>Requerimentos</b>
Voto	Baixo	Baixo	Tempo
Trabalho de campanha	Misto	Alto	Tempo e dinheiro
Contribuição para campanha	Misto	Alto	Dinheiro
Protesto	Alto	Médio	Tempo, Habilidades
Contato com agentes públicos	Alto	Médio	Tempo
Trabalho informal na comunidade	Alto	Alto	Tempo, Habilidades
Membro de um clube político local	Alto	Alto	Tempo, Habilidades
Filiação a uma organização partidária	Misto	Alto	Tempo, Habilidades, Dinheiro
Contribuição a uma causa política	Misto	Muito Alto	Dinheiro

**Fonte:** Verba, Schlozman & Brady (1995, p.48) Apud. Borba (2012, p. 273).

Outro trabalho analisado por Borba (2012) é o de Sabucedo e Arce, no qual os autores propõem estabelecer novas classificações entre as modalidades de participação. Esse estudo divide algumas categorias de participação entre ações legais e ilegais, criando subcategorias como violenta e não violenta, colocando segundo Borba a categoria de participação não convencional em um outro plano. Por fim, citaremos mais um trabalho analisado por Borba que julgamos pertinente aqui. Hafner-Fink em seu trabalho *“Using cluster analysis to discover political participation typologies in a comparative context”*, busca construir uma tipologia acerca dos cidadãos participantes, e não da participação *per se*. Ele analisa três níveis em diferentes modalidades de participação, o que gera a divisão de diferentes grupos, que o autor por fim vai dividir nas seguintes categorias: praticantes de atividades individualizadas, praticantes de

atividades políticas e partidárias, pertencentes a partidos políticos, pertencentes a outras organizações e por fim uma categoria de excluídos e observadores. (Ibid., p. 278-279).

Selecionamos e abordamos esses três modelos para mostrar as diferentes discussões em torno das modalidades de participação e a influência que exercem no debate democrático. Como observa Tilly, em sua obra *Democracia* (2013) para falar de democracia é necessário definir sobre o quê se está falando. O autor faz referência a uma tipologia a ser abordada por quem ele chama de observadores da democracia. São quatro os tipos de abordagem dispostos por Tilly, sendo eles: constitucional, na qual observa-se as leis adotadas pelos diferentes regimes acerca da atividade política, sendo possível então diferenciar e reconhecer as diferenças de cada regime - oligarquia, monarquia, república, etc). Abordagens substantivas, que “focam nas condições de vida e de política que um determinado regime promove” (p. 21), condições essas como liberdade individual, bem estar, segurança, igualdade, dentre outras. A terceira é uma abordagem procedimental, que objetiva observar se determinados processos são cumpridos; trata-se de um conjunto de práticas governamentais que determinam o regime como democrático. Estudos com essa abordagem são mais comuns quando se observam processos eleitorais, mas também podem ser aplicadas para observar referendos, pesquisas de opinião, dentre outros. A respeito dessa abordagem, o autor exemplifica a avaliação de processos eleitorais através de elementos procedimentais avaliados pela Freedom House, que é uma instituição sediada em Nova York e que mede a liberdade no mundo segundo critérios e metodologia próprios e atestados por diversos pesquisadores, para determinar se um país é uma “democracia eleitoral”, sendo eles:

- 1) Um sistema político multipartidário competitivo.
- 2) Sufrágio universal para todos os cidadãos adultos (com exceção das restrições impostas pelo Estado aos cidadãos por transgressões criminais).
- 3) Eleições competitivas regulares que garantam o voto secreto, seguro e sem qualquer tipo de fraude maciça que torne os resultados não representativos da vontade pública.
- 4) Acesso público significativo dos principais partidos políticos ao eleitorado a partir dos meios de comunicação e mediante campanhas públicas abertas. (PIANO & PUDDINGTON, 2004: 716, Apud TILLY, 2013, p. 22)

Por fim, o autor define as abordagens voltadas para o processo. Segundo ele “elas identificam um conjunto mínimo de processos que precisam estar continuamente

presentes para que uma situação possa ser considerada democrática.” (p. 23). Para exemplificar, Tilly recorre a cinco critérios estipulados por Dahl, nos quais o autor propõe sua operação em uma associação voluntária, sendo eles: Participação efetiva; Igualdade de voto; Entendimento esclarecido; Controle da agenda e Inclusão dos adultos. Como Tilly utiliza dessa abordagem em seu livro, ele acrescenta elementos para a análise, a fim de medir a democratização e desdemocratização de alguns regimes ao longo do tempo, como a confiança, a desigualdade e configurações de poder. Nesse processo, Tilly demonstra o papel fundamental do Estado e da relação com os cidadãos, assim como Dahl pontua em sua obra *Poliarquia*. Tilly define o Estado como

uma organização que controla a maior concentração dos meios coercitivos no interior de um território substancial, que em algumas questões possui prioridade em relação a todas as demais organizações que operam no mesmo território, e cuja prioridade é reconhecida por outras organizações, incluindo outros estados, fora de seu território. (p. 25).

Uma definição semelhante à de Weber (2013), para quem o Estado é o detentor do monopólio legítimo da força e responsável por distribuir os bens escassos aos cidadãos. A categoria de cidadãos, para Tilly, é das pessoas que vivem na jurisdição do Estado. Dessa maneira, a democracia depende de uma boa relação entre ambos, com um Estado capaz de assegurar e praticar as decisões dos cidadãos. Dessa maneira, Tilly define o conceito de *capacidade do Estado*, que

significa a extensão na qual as intervenções dos agentes do Estado em recursos, atividades e interconexões pessoais não estatais existentes alteram as distribuições existentes desses recursos, atividades e conexões interpessoais, bem como as relações entre aquelas distribuições. [...] Em um regime com alta capacidade, no que se refere a esse critério, sempre que os agentes do Estado agem, suas ações afetam de forma significativa os recursos dos cidadãos, suas atividades e suas conexões interpessoais. Em um Estado com baixa capacidade, os agentes do Estado exercem uma influência muito menor, não importa o quanto tentem mudar as coisas. (p. 30)

Através do conceito de capacidade do Estado, alinhado à variável democracia, Tilly tipifica quatro tipos puros de regimes, analisando a variação da capacidade do Estado e da democracia em cada um deles. São esses tipos: Não democráticos com alta capacidade; Não democráticos com baixa capacidade; Democráticos com alta

capacidade e Democráticos com baixa capacidade, sendo que em cada um desses tipos cabem diferentes processos políticos.

Essa tipologia é bem similar à proposta por Dahl em Poliarquia (1997). Dahl define a democratização como um processo formado, pelo menos, pelas dimensões de contestação pública (liberalização) e direito de participação (inclusividade). Assim como com a tipologia de Tilly, quanto mais características dessas duas dimensões um país tiver, mais democrático ele é segundo Dahl. Dentro dos níveis de cada uma dessas duas dimensões, Dahl separa também sua tipologia em quatro, a depender das variáveis disponíveis em cada análise. Seus tipos são: Hegemonias fechadas, que possuem baixos níveis de ambas as dimensões; com baixa contestação e maior participação tipificado como Hegemonias inclusivas; com alta contestação e baixa participação seria uma oligarquia competitiva. Por fim, quanto mais altos os níveis de contestação e de participação, mais democrático é o processo, o que Dahl tipifica como uma Poliarquia. Sobre a Poliarquia, Tilly afirma ainda que ela “implica seis instituições características: oficiais eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação alternativas; autonomia associativa; cidadania inclusiva.” (p. 24)

Por conseguinte, ambos os autores estabelecem formas de se medir o grau de democracia do objeto estudado através dos processos estabelecidos e da tipologia explanada. Ao analisar os processos de democratização e desdemocratização, Tilly os define como:

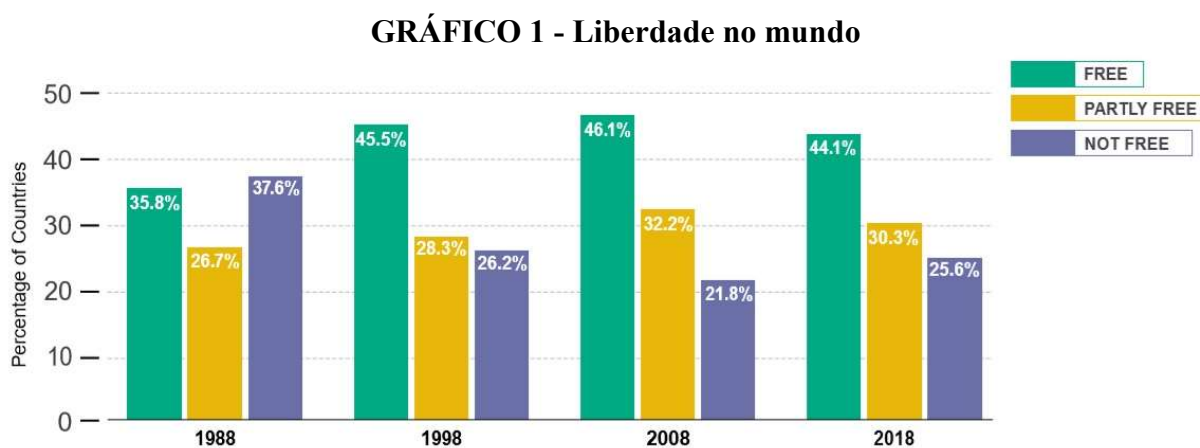
A democratização então significa um movimento líquido na direção de consultas mais amplas, mais igualitárias, mais protegidas e mais mutuamente vinculantes, enquanto a desdemocratização significa um movimento líquido na direção de consultas mais estreitas, mais desiguais, menos protegidas, e menos mutuamente vinculantes. (2003, p. 73)

Para o autor esse processo é comum e vários países passaram por essas ondas de democratização e desdemocratização durante sua história. O atual processo de crise da democracia então se encontra em uma dessas ondas de desdemocratização, conforme veremos. Segundo relatório da Freedom House de 2019<sup>1</sup>, 2018 marca o décimo terceiro ano consecutivo de retração de liberdades, o que permite concluir que a democracia está em declínio. Como podemos ver no gráfico a seguir, enquanto entre 1988 e 2008 ocorre

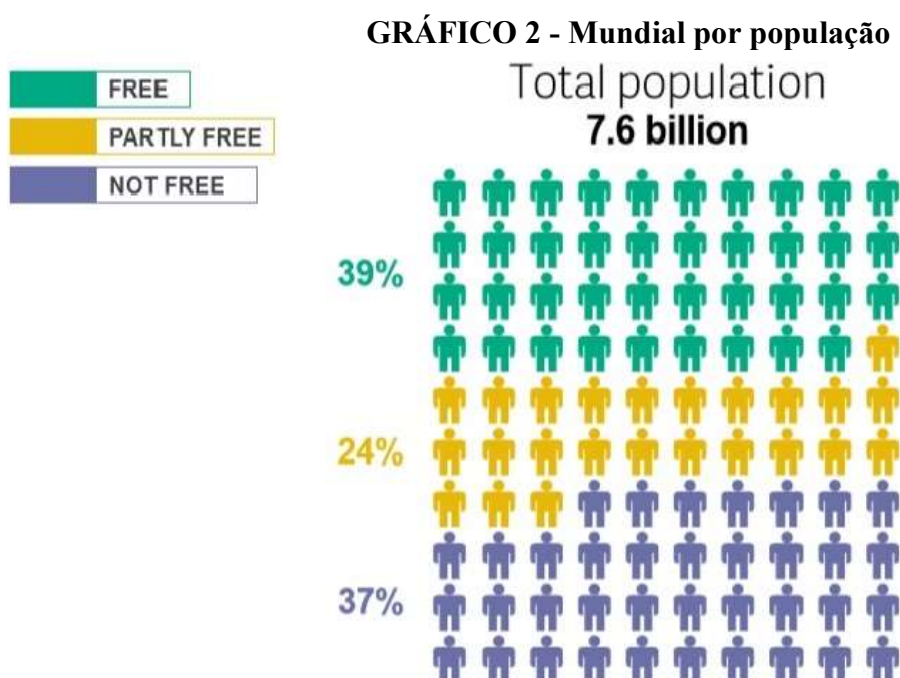
---

<sup>1</sup> Disponível em <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019>> Acessado em 28 de janeiro de 2020.

uma crescente de países livres e uma queda de países não livres, a década seguinte, até 2018, mostra uma queda no índice de países livres enquanto países não livres crescem de 21,8% a 25,6%. Os índices de países parcialmente livres variam de 26,7% a 32,2% nesse período, chegando a 30,3% atualmente, conforme demonstrado no gráfico.



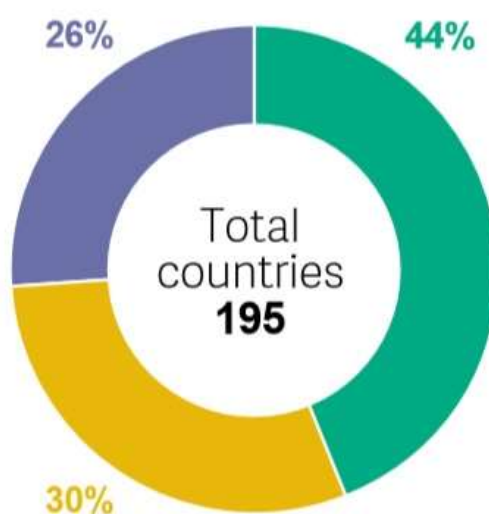
Fonte: Freedom House



Fonte: Freedom House

O relatório traz amostragem ainda sobre a percentagem de pessoas livres no mundo e a percentagem de países livres, segundo os mesmos dados, como podemos ver nos gráficos 2 e 3 a seguir. Enquanto a percentagem considerada livre da população é de 39%, considerando a população mundial em 7,6 bilhões de pessoas, a parcela não livre é quase igual, com índice de 37%. Já em relação aos países, 44% são elencados como livres, enquanto as parcelas de parcialmente livre e não livre são de 30% e 26%, respectivamente.

**GRÁFICO 3 - Mundial por país**



**Fonte:** Freedom House

As amostras também são divididas por regiões, o que deixa mais visível geograficamente as diferenças de cada regime. Enquanto na Europa os dados acusam que 81% dos países são livres, na Eurásia nenhum deles é, ficando 42% parcialmente livres e 58% não livres, embora a maior quantidade de países não livres fique na região do oriente médio e norte da África, com um total de 67%. Nas Américas, os países livres, parcialmente livres e não livres são 66%, 26% e 8% respectivamente.

Destarte, o relatório apresenta, além desses dados, uma coletânea a respeito dos Estados Unidos, na qual afirma que a democracia estadunidense está regredindo devido a ataques às instituições por parte do governo Trump. Esses dados correlacionam-se com o que será abordado a seguir, sobre a crise da democracia no mundo atual.

Ademais, a regressão democrática que a Freedom House apresenta é parte de uma dentre outras ondas de desdemocratização que aconteceram no mundo ao longo da história apontadas por Tilly (2013). As abordagens dele e de Dahl nos ajudam a



compreender alguns aspectos dessa onda, dos processos nela presentes, e nos permitem refletir sobre como chegamos até aqui e como esse modelo que outrora estava em ascensão agora se mostra em declínio.

Definido o pano de fundo de nosso tema, discutiremos acerca dos modelos de democracia representativa e participativa, que se intercalam em relação com nosso objeto.

## **2.2 A democracia hoje**

Antes de entrar especificamente no tema da crise, faremos mais algumas pontuações e definições para caracterizar melhor nosso trabalho. Já vimos as diferenças entre os tipos de democracia e as abordagens possíveis. Manin (1995) aponta as mudanças da democracia representativa: anteriormente a representação se fundava em uma relação estável entre os partidos e os eleitores, relação que pressupunha uma fidelidade do eleitorado a determinado partido, e que se altera ao longo dos anos, sendo que hoje o eleitorado não cria mais identidade com os partidos e vota de maneira diferente em cada eleição. A metamorfose a qual o autor se refere é de uma mudança dentro do sistema representativo: de democracia de partido para a democracia de público. Segundo o autor, a democracia de partido tem foco nos partidos políticos, na qual os votos são direcionados a um programa partidário, diferente da democracia de público, em que ocorre a personalização da política e o eleitor passa a votar na figura do político com o qual mais se identifica.

Lembrando das características da democracia representativa que o autor elenca: 1) eleição dos representantes, 2) independência parcial dos representantes, 3) liberdade da opinião pública e 4) debate parlamentar. A democracia de partido possui, segundo ele, as seguintes características: a) fidelidade a um partido, pertencimento a uma classe, presença do “ativista”; b) líderes definem prioridades do programa; c) coincidência das expressões eleitorais e não eleitorais da opinião, presença da oposição; d) discussão dentro do partido, negociações entre partidos, neocorporativismo. Enquanto a democracia do público se caracteriza como: a) escolha de pessoas confiáveis, resposta aos termos da escolha, presença do “comunicador”; b) imagens determinam escolha dos líderes; c) não-coincidência entre expressões eleitorais e não-eleitorais da opinião, pesquisas de opinião; d) negociação entre governo e grupos de interesse, presença da mídia, do eleitor flutuante. (Ibid.)

O autor ainda demonstra que essa mudança foi gradual, que junto com o sufrágio universal vieram os partidos de massa. Para ele, o governo representativo foi instaurado sem a presença de partidos, sendo que o surgimento deles passa a ser visto como um componente essencial da democracia, afinal eles organizam e expressam a vontade do eleitorado a partir da segunda metade do século XX. O surgimento dos partidos de massa muda a relação democrática, *pari passu* eles apresentam seus programas e se dividem entre as classes, o eleitorado então vota nos seus representantes mais próximos tanto aos seus anseios como de sua classe, mantendo uma relação mais íntima com os partidos. A mudança desse sistema ocorre quando pesquisas apontam que os resultados eleitorais, que antes podiam ser interpretados de acordo com características sociais, culturais e econômicas dos eleitores, passam a ter diferentes resultados, marcados por eleições personalistas, o que marca a crise de representação política da época. Esses fatores estão presentes também na crise atual, como demonstraremos.

A democracia como conhecemos atualmente é um modelo de democracia liberal. Segundo Castells (2018), esse modelo propõe

Respeito aos direitos básicos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos, incluídas as liberdades de associação, reunião e expressão, mediante o império da lei protegida pelos tribunais; separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário; eleição livre, periódica e contrastada dos que ocupam os cargos decisórios em cada um dos poderes; submissão do Estado, e de todos os seus aparelhos, àqueles que receberam a delegação do poder dos cidadãos; possibilidade de rever e atualizar a Constituição na qual se plasman os princípios das instituições democráticas. E, claro, exclusão dos poderes econômicos ou ideológicos na condução dos assuntos públicos mediante sua influência oculta sobre o sistema político. (CASTELLS, 2018, p. 11-12)

Para Mounk (2019, p. 44), a democracia liberal “é simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático – um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas.” Esse modelo é pautado pela representação política, com os procedimentos relativos à esse tipo democrático, ou seja, representantes eleitos através de eleições livres. As mudanças na democracia vão além do sistema representativo como aponta Manin (1995), chegando a mudanças no papel dos Estados e na relação com os cidadãos.

No mundo multipolar pós guerra-fria, o papel do Estado-nação se modificou e cada vez mais outros mecanismos participativos se intercalam com a participação

clássica da representação. A globalização pauta novas formas de agir e coloca novas questões, tanto nas relações entre países como nas relações entre indivíduos. Segundo Ortiz (1998)

la problemática de la globalización se muestra em toda su radicalidade. Cuando hablamos de “sociedade global” nos referimos a uma totalidade que penetra, atraviessa, las diversas formaciones sociales existentes en el planeta. Se afirma así la especificidade de uma “megasociedad”, esto es, um conjunto articulado de relaciones sociales planetárias. Uma sociedade global, em términos durkheimianos, es *sui generis*, posee uma lógica própria. (p.XIX)

Appadurai (1996) trata sobre a questão da globalização e a mudança no papel do Estado-nação e alguns movimentos oposicionistas a governos, dizendo que

Nestes movimientos, alguns dos quais são repressivos e violentos enquanto outros são democráticos e pacíficos, podemos ver que a comunicação eletrônica de massas e a mobilização transnacional quebraram o monopólio dos Estados-nações autónomos sobre o projecto da modernização. A transformação das subjetividades quotidianas através da comunicação eletrônica e da obra da imaginação não é apenas um facto cultural. Está profundamente ligada à política através dos novos modos como os vínculos, os interesses e as aspirações individuais cada vez mais intersectam os do Estado-nação. (p.23)

A globalização trouxe não apenas o compartilhamento econômico e cultural, mas levou a democracia como conhecemos hoje, a diversos países (RANCIÈRE, 2014). O autor afirma que “entendia-se por democracia uma sociedade governada por um Estado que assegurava a liberdade dos indivíduos e a participação da maioria na vida pública” (p.21), características da democracia liberal, como apresentado. Mouffe (1996) atenta ainda que na democracia liberal o Estado deve exercer um papel neutro em questões de bem e valor. A autora ainda cita Ronald Dworkin, que diz que “é porque tem que tratar todos os seus membros como iguais que o Estado liberal tem de ser neutral” (MOUFFE, 1996, p.180). Além disso, ainda podemos levar essa neutralidade para questões decisivas, na qual o Estado não deve privilegiar certas concepções ou indivíduos em detrimento de outros, uma problemática apontada pelos fundadores do Movimento Vem Pra Rua (VPR) e de outros manifestantes ao alegar que a classe política toma decisões a favor de uma pequena elite.

O crescimento da importância da economia e financeirização do sistema capitalista, assim como a complexidade das sociedades modernas, levou alguns estudos a falarem na emergência de um indivíduo racionalista, capaz de controlar suas emoções para tomar decisões que o beneficiem, capaz de realizar operações como taxar, calcular, dentre outras operações matemáticas para cuidar de seu potencial financeiro e bens, que pensa de maneira a conseguir o maior lucro possível, indivíduo esse que seria a expressão da modernidade e do espírito do capitalismo (SOUZA e ÖELZE, 1998; WEBER, 2004). Citando essas características, Rancière (2014) fala de “homem democrático”, um ser racional que pensa em si antes de tomar as decisões que afetarão outros.

Observa-se nas características do indivíduo racionalista, ou do “homem democrático” de Rancière, um forte sentido de individualização. Elias (1994) já apontava esse processo de individualização como parte do processo civilizatório: “aquilo que, visto por um aspecto, se apresenta como um processo de individualização crescente é, visto por outro, um processo de civilização” (p.86). Mouffe (1996) fala da mudança de entendimento do reino da política para o indivíduo racional que se orienta pela busca do benefício próprio:

Em consequência, o reino da política transforma-se numa simples arena em que os indivíduos, despidos de paixões e crenças “perturbadoras” e entendidos como agentes racionais em busca do benefício próprio – dentro dos limites da moral evidentemente -, se submetem a procedimentos para escolherem, entre as suas reivindicações, as que consideram “justas”. Esta é uma concepção da política em que reconhecemos prontamente um caso típico da negação liberal do político, como justamente critica Carl Schmitt, para quem “os conceitos liberais se movimentam tipicamente entre a ética (intelectualidade) e a economia (comércio). A partir desta polaridade tentam aniquilar o político como domínio do poder conquistador e da repressão” (p.186).

Podemos notar tal distanciamento ao ver as manifestações recentes, quando os movimentos se declaram apartidários, quando manifestantes com bandeiras, camisetas e outros adereços que remetam a partidos políticos são hostilizados, dentre outras coisas. Essas características, segundo autores, são provenientes da crise do sistema representativo, uma crise na qual a confiança nas instituições se mostra em declínio. Manin (1995) já apontava isso sobre as mudanças dentro do sistema representativo.

Como usamos as manifestações enquanto ponto de análise para nossos estudos, vamos defini-las e demonstrar os motivos de as considerarmos, enquanto ponto inicial, para nosso debate. Elas se enquadram na modalidade de participação não institucional conforme apresentado no trabalho de Borba (2012) e demonstram as variações e processos dentro da democracia ao longo dos últimos anos, expondo fragilidades e marcando rupturas.

Vamos então fazer um histórico desse tipo de modalidade de participação política para entendermos melhor sobre o que estamos falando, além de tratar sobre algumas manifestações ao redor do mundo no decorrer dessa década, a fim de contextualizar a onda global de indignação (BRINGEL E PLEYERS, 2015) na qual as manifestações brasileiras se enquadram.

### **2.3 Manifestações de rua: participação não convencional.**

O uso da modalidade de “protesto manifestação” é algo historicamente usado para demonstrar indignação e pedir por mais direitos, sendo essencialmente um fenômeno urbano, segundo Fillieule e Tartakowski (2015) ligado à invenção das ruas enquanto espaço político de protesto. Segundo os autores, “la manifestación callejera, entendida como ‘ocupación momentánea, por varias personas, de un lugar abierto, público o privado, y que directa o indirectamente conlleva la expresión de opiniones políticas’”<sup>2</sup> (Ibid, p. 24). Os autores afirmam ainda que as manifestações remetem sempre a quatro princípios básicos: I) A ocupação momentânea de lugares físicos abertos, sejam eles públicos ou privados; II) a expressividade, ou seja, a expressão de demandas sociais, diferindo as manifestações de outras formas de aglomeração pois une os participantes em volta de uma pauta; III) a quantidade de participantes, pois segundo os autores uma manifestação requer uma quantidade mínima de atores, afinal “desde una perspectiva sociológica no existe manera alguna de determinar a partir de qué número una reunión de individuos está en condiciones de actuar colectivamente”<sup>3</sup> (Ibid, p. 28); IV) a natureza política da demonstração, para diferenciar de aglomerações festivas a manifestação deve desembocar em reivindicações políticas ou sociais.

---

<sup>2</sup> Tradução livre: a manifestação de rua, entendida como ocupação momentânea, por várias pessoas, de um lugar aberto, público ou privado, e que direta ou indiretamente leva a expressão de opiniões políticas.

<sup>3</sup> Tradução livre: A partir de uma perspectiva sociológica não existe maneira alguma de determinar a partir de que número uma reunião de indivíduos está em condições de atuar coletivamente. Cf. p.28.

Portanto, uma manifestação carrega esses elementos, o que a difere de outros tipos de aglomerações.

Nos últimos anos, vários países viram suas ruas tomadas por manifestações das mais diversas, com as mais diversas pautas, mas girando sobre um eixo comum, como demandas por melhorias financeiras e melhoria do sistema democrático, sendo a internet o principal meio de articulação dos levantes.

Um outro atributo dessas marchas, apontada por Gohn (2014), é a importância das praças centrais das cidades, nas quais a grande maioria das manifestações ocorreram, além de elas se direcionarem para os centros do poder, seja ele político ou financeiro (as praças centrais geralmente ficam próximas a prefeituras e outros órgãos administrativos das cidades, algumas manifestações se direcionaram para esses centros então, como na Islândia na qual as manifestações começaram na praça em frente ao congresso, assim como outras manifestações, ou centros financeiros, como o Occupy nos Estados Unidos, no qual os manifestantes acamparam em uma praça próxima a Wall Street, rua em que se localizam as principais agências de finanças do país) ou lugares de grande visibilidade, como as manifestações pelo impeachment que ocorreram na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, lugar histórico e tradicional de manifestações e movimentos.

Após a crise do sistema financeiro internacional a partir de 2008, atrelados a crises dos sistemas políticos vigentes, alguns países europeus e do mundo árabe vivenciam insurgências populares e que acabam se alastrando para outros diversos países ao redor do mundo. Na Islândia por exemplo, ocorreram manifestações por conta da crise financeira instaurada no país causada por um sistema adotado por bancos que mergulhou a economia em uma profunda crise (Castells, 2013). Além disso, manifestações ocorreram no Egito e deram início a uma onda de manifestações em outros países, acarretando o que ficou conhecido como a Primavera Árabe, tendo como foco o pedido por democracia e mudanças nos sistemas políticos. Estados Unidos, Espanha, Rússia, Turquia, Chile, dentre outros países, também vêem suas ruas tomadas por cidadãos demonstrando sua insatisfação com a situação política e econômica (Castells, 2003; Gohn, 2014; Bringel y Players, 2017).

Castells (2013) aponta como prelúdio de tudo, tanto os atos na Tunísia como os desdobramentos que levariam a uma onda global de protestos, o ato de autoimolação de Mohamed Bouazizi, um vendedor ambulante tunisiano de 26 anos, em dezembro de 2010. O autor afirma que, após ter sua banca apreendida diversas vezes pela polícia

local por se recusar a pagar propina, o comerciante tunisiano ateia fogo em si mesmo, em um ato de protesto.

O primo de Mohamed, Ali, registrou o protesto e distribuiu o vídeo pela internet. Houve outros suicídios e tentativas de suicídios simbólicos que alimentaram a ira e estimularam a coragem da juventude. Em poucos dias, começaram a ocorrer demonstrações espontâneas por todo o país, iniciando-se nas províncias e depois se espalhando para a capital, no começo de janeiro, apesar da repressão selvagem da polícia, que matou pelo menos 147 pessoas e feriu outras centenas. (p.28-29)

Castells (2013) afirma que essas manifestações levaram ao afastamento do ditador Bem Ali, que junto com sua família buscou refúgio na Arábia Saudita. Mesmo após sua saída do país, as manifestações continuam fortes, pedindo eleições verdadeiramente democráticas conforme o autor, além da saída de todo o comando do regime tunisiano, pediam fora “para todos os poderes constituídos: políticos corruptos, especuladores financeiros, policiais violentos e mídia subserviente.” (Ibid, p. 29). As manifestações se espalharam pelas cidades do país, em um misto da relação entre as redes e as ruas, um prenúncio do que aconteceria em outros países ao redor do mundo em seguida.

Depois disso, as manifestações se espalham exponencialmente pelo mundo árabe e por outros continentes, motivadas por ações diversas e pedindo por mudanças. As ondas de manifestações tiveram tanta visibilidade que, em 2011, a revista *Time* elegeu como personalidade do ano o “Manifestante” (Keen, 2012; Fillieule e Tartakowsky, 2015). Fillieule e Tartakowsky (2015). A matéria da Revista *Time* ainda diz: “‘Quando un vendedor de frutas tunecino se inmoló prendiéndose fuego, nadie habría podido prever que eso detonaría la caída de dictadores e iniciaría una ola global de protestas’, escribe la revista.”<sup>4</sup> (p. 23).

As manifestações de Junho de 2013 no Brasil estão inseridas nesse contexto global do uso da modalidade de protestos, assim como com características locais mas semelhantes às demandas globais apontadas pelos atos em diversos países. São manifestações motivadas por uma mudança na forma de se fazer política, pedindo melhorias de serviços públicos e possuem a mesma característica das manifestações

---

<sup>4</sup> Tradução própria “Quando um vendedor de frutas tunisiense se imolou ateando-se fogo, nada poderia prever que isso detonaria a queda de ditadores e iniciaria uma onda global de protestos”.

pelo mundo nessa década: utilizam a internet enquanto meio para organização dos atos e dos manifestantes, para divulgação e chamada.

O pano de fundo no qual se dão essas manifestações é, em grande parte, o cenário político nacional. Os recentes escândalos de corrupção no governo, tendo como principal acusado o Partido dos Trabalhadores, é apontado como um dos fatores que gera uma crise de representação (SOUZA, 2018) ou o que Domingues (2017) chama de “Crise da República”.

Esses são apenas alguns dos sintomas e motivos dessa crise do sistema democrático que afeta não apenas o Brasil, mas a democracia liberal como um todo e que em vários países ao redor do mundo, abre espaço para novos populismos, como discutiremos no item seguinte.

## 2.4 Sintomas e crise

Aqui abordaremos um dos fatores das manifestações tanto no Brasil como no mundo. Começaremos apresentando os mais próximos dos levantes, o que consideramos precursores da crise maior que está instaurada atualmente e que coloca em cheque a democracia liberal.

As Jornadas de Junho deixaram à mostra fragilidades em nossa democracia que seriam exploradas mais tarde por outros grupos com vontade de chegar ao poder e também com potencial para isso. Falaram da crise nas instituições e do descrédito dos políticos tradicionais, o que levaria à procura por nomes de “fora do sistema”, como o caso de Bolsonaro, que se declara um político de fora do alto clero dentro da câmara, fora do *establishment*. Sua eleição demonstra a força desse discurso contra o *establishment* e também repercute a força da internet, pois o candidato não fez sua campanha de modo tradicional, com propagandas dentro do horário político em meios de comunicação de massa, como rádio e TV, sua campanha foi voltada principalmente para as redes sociais.

Como veremos a seguir, as pautas das manifestações que ocorreram no Brasil em junho de 2013 extrapolam os vinte centavos e se diversificam ao longo do processo, abrindo uma disputa pela condução dos protestos e pelas vozes das ruas. Nesse momento, essas demandas expõem o sistema político brasileiro, ao transparecer que a classe política não age em consonância à vontade de seus eleitores, mas apenas a favor



de seu grupo. Dessa maneira percebemos que uma crise política se instaura, e apesar dela estar sendo gestada há tempos, argumentamos que esse é o momento em que ela finalmente dá a luz e se instala no governo.

Concordamos com Romagnoli e Melo (2011) de que é uma crise multifacetada. Os autores buscam demonstrar que a crise também é dos representados. Argumentam que, junto com a burocratização do Estado vem dificuldades e complicações como: “departamentalizações, procedimentalismos, papelórios, normatização em excesso, enfim, surge a preponderância dos especialistas e dos técnicos de governo em detrimento da participatividade dos cidadãos” (p. 115). Essas dificuldades causam ingovernabilidade, pois o Estado tem seu funcionamento engessado, o que causaria descontentamento social, segundo os autores. Esses fatores, dentre outros, gera a crise do representado que ocorreria quando os eleitores não mais se sentem representados por seus eleitos, dadas essas dificuldades e as decisões tomadas por eles em favor próprio.

Para nós é importante entender isso, visto que as manifestações brasileiras começaram com pautas assim e mesmo no período de manifestações anti-corrupção essas pautas estiveram presentes nas ruas, somadas à desconfiança nas instituições.

Moisés e Meneguello (2013) afirmam que nas “democracias modernas foi dado às instituições o papel de mediadoras dos interesses dos indivíduos, são elas que atuam na intermediação das relações entre os cidadãos e o sistema político”, e esse é o ponto de diferenciação entre a democracia e outros tipos de governo. Afirmam ainda que desde a redemocratização, a preferência por esse tipo de governo vem crescendo, mas apontam que existe “30% de cidadãos que afirmam poder apoiar a ditadura em determinadas situações”, o que Braga e Casalecchi (2016), ao estudarem o comportamento do que chamam de “perdedores das eleições”, afirmam que os mesmos são mais propensos a não confiarem no sistema democrático e “na medida em que os insatisfeitos são, também, mais autoritários, cria-se um ambiente favorável à proliferação de discursos antidemocráticos (ainda que nem sempre sejam explícitos).” (p.559).

[...] enquanto o fenômeno de descontentamento e de descrença política nas velhas democracias estimulou, em vários casos, os cidadãos a adotarem novas atitudes políticas e formas de participação na vida pública e, em algumas oportunidades, a defenderem a reforma das instituições democráticas, nos países recentemente democratizados os cidadãos que protagonizam a síndrome da desconfiança institucional tenderam, muitas vezes, a afastar-se da política ou a desinteressar-se de seus rumos. (MOISÉS & MENEGUELLO, p.1, 2013)

Moisés (2005) argumenta que, até certo ponto, a desconfiança nas instituições pode ser algo benéfico e do jogo democrático. No entanto, muita desconfiança pode gerar uma crise política. Quando a instituição cumpre com as finalidades pelas quais foi criada e responde às expectativas dos cidadãos, agindo de acordo com as leis, a tendência é ela ser mais confiável. Já a desconfiança cresce quando ocorre o contrário

à situação em que os cidadãos sentem-se desrespeitados por procedimentos institucionais ilícitos ou não autorizados, a exemplo de eleições irregulares ou fraudulentas, corrupção e comportamento anti-republicano de governos e políticos; ou, ainda, quando os cidadãos não encontram motivos para acreditar que instituições como as agências de serviços públicos funcionam de acordo com o fim para o qual existem ou com a eficiência necessária ao cumprimento de sua missão; e, finalmente, quando estão convencidos de que alguns entre eles tem mais acesso a direitos civis, políticos e sociais do que outros – ao contrário do que preconizam a constituição e as leis do país. (MOISÉS, 2005, p. 52)

A desconfiança nas instituições e na política atual é causada principalmente pela atuação dos políticos em causa própria, como mencionamos anteriormente. Para conseguir legislar em causa própria ou beneficiar seus mais próximos, a atuação política exige conchavos e barganha para aprovação de projetos, emendas, etc. Uma das causas desse problema é, segundo os fundadores do VPR, Chequer e Butterfield (2016) e Romão (2013), o conceito atribuído a Sérgio Abranches de “Presidencialismo de Coalizão”, no qual a presidência realiza a coalizão com outros partidos a fim de conseguir maioria na Câmara e ter uma maior governabilidade. Esse processo se tornaria necessário devido ao grande número de partidos políticos existente no Brasil.

Segundo Chequer e Butterfield (2016), essa característica tem contribuído para a disseminação da corrupção no âmbito político e geraria o que Romão (2013) chama de “partidos-cartel”, que atuam a partir de conchavos. Afirma: “É evidente que essa situação gera o sentimento de geleia geral dos partidos políticos, de indiferença, de carência ou ausência de sentimento de representação da parte do cidadão em relação a eles. Esse sentimento foi combustível de muito do que se viu nas ruas no mês de junho” (p.15).

Posto isto, somados esses elementos temos a crise instaurada. A lacuna que junho abriu deu espaço a outros atores, que chamamos aqui de nova direita, para expor suas ideias, sua posição radical em uma onda antipetista. Conforme aponta Alonso (2017), essa onda deve-se à captação de manifestantes avulsos e críticas genéricas

através de gritos como “Fora Dilma” e “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia”, dentre outros. Além de que, com o andamento das manifestações, a autora ainda afirma que “solidificou-se aí a retórica moralizadora, como moralização pública (anticorrupção) e como moralismo (pátria, religião, família, valores da sociedade tradicional).” (Ibid, p. 56), tendo como ator e causador de todos esses males o PT, conforme afirma Souza (2018). Os discursos antipetista e anticorrupção levariam à queda de Dilma em 2016 e também à vitória de Bolsonaro, um político “de baixo clero” e não pertencente às elites corruptas da Câmara, ou pelo menos como ele se define, nas eleições presidenciais em 2018. As características como o crescimento da direita e a descrença em instituições e políticos, estão presentes em outras democracias e não apenas no Brasil, como podemos perceber no caso estadunidense onde Donald Trump venceu Hilary Clinton com um discurso no qual ele se coloca como alguém de fora do sistema político e Hilary apenas mais uma representante do *establishment*.

Acontecimentos recentes como o BREXIT, referendo que marca a saída da Inglaterra da União Europeia, assim como as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016 e de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, assim como governos de demagogos autoritários como Rodrigo Duterte, Recep Tayyip Erdogan e Narendra Modi, dentre outros, marcam essa nova fase mundial. “A pergunta central da nossa época é se estaríamos testemunhando a rejeição mundial da democracia liberal e sua substituição por uma espécie de autoritarismo populista.” (APPADURAI, 2019, p. 19).

Enquanto para Appadurai (2019) o que presenciamos é uma fadiga da democracia em todo o mundo, Runciman (2018) aponta que a democracia vive uma crise de meia idade; já Castells (2018) caracteriza como uma ruptura da democracia liberal, assim como Levitsky e Ziblatt (2018), que também temem pela morte da democracia. Mounk (2019) fala em desconsolidação democrática.

Esses novos líderes autoritários chegam ao poder não mais através de golpes de Estado, mas através das próprias regras do jogo democrático, conforme apontam Levitsky e Ziblatt (2018). Segundo eles, “O retrocesso democrático hoje começa nas urnas” (p. 16). Os autores ainda afirmam que as democracias então morrem aos poucos, de maneira quase imperceptível. Uma vez dentro do aparato burocrático,

os autocratas eleitos subvertem a democracia – aparelhando tribunais e outras agências neutras e usando-os como armas, comprando a mídia e o setor privado (ou intimidando-os para que se cale) e reescrevendo as regras da política para mudar o mando de campo e

virar o jogo contra os oponentes. O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la.” (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018, p. 19)

Uma outra característica desses novos autocratas e populistas é que geralmente são *outsiders*, como os casos de Trump e Bolsonaro, são vistos como de fora do sistema político e com discursos de que não compactuam com o *establishment*, desafiando a velha ordem, que conforme os autores acima mencionados, são “figuras que, afirmando representar ‘a voz do povo’, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora.” (Ibid, p. 32). Os autores ainda elaboram indicadores de um autoritário, sendo eles: 1. Rejeição das regras democráticas do jogo; 2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos; 3. Tolerância ou encorajamento à violência e 4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.

Esses fatores levam então à ascensão de novas formas de democracia, conforme aponta Mounk (2019). Para o autor, a democracia liberal tem dado lugar a duas novas formas de regimes: a democracia sem direitos, que o autor chama de *democracia iliberal* e os direitos sem democracia, o *liberalismo antidemocrático*. O primeiro é marcado não pela falta de democracia, mas pela “falta de respeito pelas instituições independentes e pelos direitos individuais” (MOUNK, 2019, p. 26). Esse regime pode ser exemplificado com o que acontece na Hungria sob o governo de Viktor Orbán. Chegando no poder, Orbán consolidou seu controle aos poucos, lembrando a afirmação de Levitsky e Ziblatt (2018) de como se dá a mudança no regime, se declarando hoje contra a democracia liberal e a favor de uma democracia hierárquica, o que levou a Hungria a ser rebaixada de um país livre a um parcialmente livre segundo o relatório da Freedom House de 2019. Já o liberalismo antidemocrático mostra respeito aos direitos individuais, porém a influência dos eleitores nas políticas públicas é pequena. (MOUNK, 2018).

Nas democracias do mundo todo, dois acontecimentos distintos estão ocorrendo. Por um lado, as preferências do povo são cada vez mais iliberais: os eleitores estão cada vez mais impacientes com as instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas. Por outro lado, as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível: os poderosos estão cada vez menos dispostos a ceder às opiniões do povo. (Idem, p. 29).

Para Runciman (2018), a democracia pode chegar ao fim de três diferentes maneiras, organizadas como temas em seu livro *Como a democracia chega ao fim*, sendo: o golpe de Estado, a calamidade e o triunfo da tecnologia da informação. É bem simples e fácil perceber quando uma democracia chegou ao fim por um golpe de Estado pois existem acontecimentos que demarcam um antes e um depois de maneira muito explícita. O golpe de Estado clássico envolve soldados e tanques nas ruas, prisões de inimigos políticos, dentre outras características, apontadas tanto pelo autor como por Levitsky e Ziblatt (2018). Acontece que os golpes atuais ocorrem de outra maneira, segundo Runciman (2018, p. 39), “requer apenas que um governo democraticamente eleito se veja na situação de refém de forças a que não tem poder para resistir.”

O autor retoma o trabalho da cientista política Nancy Bermeo que identifica seis tipos diferentes de golpe, sendo que o tipo que apontamos aqui como tradicional é apenas mais um deles. Os outros são:

“Golpes executivos”, em que os ocupantes do poder suspendem o funcionamento das instituições democráticas.

“Fraude do dia da eleição”, em que o processo eleitoral é manipulado para produzir um certo resultado.

“Golpes promissórios”, em que a democracia é tomada por pessoas que em seguida convocam eleições para legitimar seu governo.

“Ampliação do poder executivo”, quando os ocupantes do poder desgastam as instituições democráticas sem chegar a derrubá-las.

“Manipulação estratégica das eleições”, quando as eleições não são exatamente livres e justas, mas tampouco são claramente fraudulentas. (Ibid, p.50-51)

Ele ainda complementa que “em nenhum desses tipos de golpe é necessário que soldados se desloquem silenciosos no meio da noite para surpreender os governantes. Isso porque o golpe ou é promovido pelo próprio governo, ou apresentado como outra coisa que não um golpe.” (Ibid.). E segundo ele o que é mais comum é acontecer as duas coisas ao mesmo tempo, o governo promover o golpe como outra coisa. Uma outra característica é que, ou eles podem comprovar que a democracia não está mais em vigor ou manter a aparente democracia. O autor demonstra ainda empiricamente como se dão esses golpes, ao citar o caso do Egito, em que após a Primavera Árabe, sofre um golpe militar e, no ano seguinte, o general que orquestrou o golpe é eleito com 97% dos votos. Outro caso é o da Turquia, quando Erdogan, eleito, amplia os poderes do executivo, em nome da democracia, após quase sofrer um golpe.

Sobre o segundo tema, a catástrofe, o autor mostra como a democracia pode acabar por conta de uma calamidade, tanto ambiental como democrática. Ele elenca os seguintes motivos: devastação por armas de destruição em massa, suicídio pelo envenenamento do meio ambiente e através de agentes de destruição, burocratas sem rosto que espalham o mal. Não discorreremos sobre esse tema pois o que nos interessa para a discussão aqui proposta são o primeiro e o terceiro.

O terceiro tema do livro de Runciman é a revolução tecnológica que diz respeito à uma sociedade controlada por máquinas ou dependente dela, ou como diz Morozov (2018), controlada pela internet, com as possibilidades de manipulação e produção, através do acúmulo de dados produzindo, por exemplo, de fake news, com força, juntamente com outros fatores, para levar a democracia ao fim. Fala do perigo dos dados pessoais irem parar nas mãos de poderosas empresas, como o *Facebook*, podendo ser facilmente manipulados, levando aos usuários mensagens e propagandas, conteúdos gerados por máquinas que, segundo Runciman (Id., p. 134) são construídos “de modo a apelar aos preconceitos de cada um”. O escândalo da Cambridge Analytic na campanha de Donald Trump em 2016 demonstra isso. A empresa teve acesso aos dados de 87 milhões de usuários do *Facebook* e, com isso, pôde mandar “publicidade política especialmente adaptada e elaborar informes detalhados para ajudar Trump a ganhar a eleição contra a candidata democrata Hillary Clinton.”, segundo reportagem do G1.<sup>5</sup> Com isso, Runciman compara Zuckeberg, o dono e criador do *Facebook*, com o Leviatã de Thomas Hobbes, tendo ele o poder de mando em toda uma máquina corporativa.

Para Castells (2018), além da falta de privacidade e uso de nossos dados, outras questões têm gerado múltiplas crises na atualidade, como a cultura da pós-verdade, que apela aos sentidos e sentimentos dos leitores e faz com que a impressão da verdade seja mais importante do que a própria verdade, e também a cultura do entretenimento ligado ao consumismo extremado. O autor aponta que, além dessas crises, a crise da democracia é a que tem consequências devastadoras e é a mais profunda. Ele chama atenção à ruptura entre os governantes e governados, afirmando ser essa uma crise de legitimidade política, e atenta a fatores que já trabalhamos aqui, como a desconfiança nas instituições e nos políticos. O autor aponta também a ascensão de populistas e discorre acerca de alguns temas que esses demagogos utilizam para conseguir poder e votos.

---

<sup>5</sup> Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml> > Acessado em 12 de fevereiro de 2020.

Ele cita a política do medo relacionada com o terrorismo global. Ao temer ataques desse tipo e ter o desejo de proteção, os cidadãos estariam dispostos a viver em constante monitoramento, sendo até mesmo privados de liberdade. Chama a atenção para a perigosa relação, desenvolvida em alguns países, por exemplo no Islã, entre religião e terrorismo. Chama a atenção também para o crescimento de discursos ultranacionalistas, que contestam a globalização atual, incitando à busca da nação como “refúgio” (Castells, 2018, p. 37). Isto tudo seria muito prejudicial à democracia.

Concordamos com Runciman quando afirma que “após o crash financeiro de 2008, a desordem da democracia voltou, ainda mais acentuada. E ainda produz seus efeitos nos dias de hoje.” (2018, p. 120). Acreditamos que esses elementos levaram ao agravamento da crise, pois os populistas crescem ao se afirmarem como pessoas de fora do sistema, com um discurso de combate ao *establishment* e de serem os reais porta-vozes do povo. Uma vez no poder, enfraquecem a democracia e as instituições e podem ser autoritários, como observados os casos de Erdogan, Orbán, dentre outros.

Uma vez apresentados o que chamamos de pano de fundo das manifestações, que é a crise da democracia devido ao descontentamento com todo o sistema, no próximo capítulo faremos a exposição de outros elementos que se relacionam tanto com esse plano de fundo como com as manifestações, sendo eles a internet e a nova direita, ambos também intimamente relacionados.

### **3 A PARTILHA DO VIRTUAL**

O uso da internet tem se tornado objeto dos mais variados estudos e vem se consolidando enquanto campo de pesquisa nas mais diversas áreas, inclusive das ciências sociais, exigindo novas competências para a atuação e execução do ofício de sociólogo (NASCIMENTO, 2016) e pesquisadores das mais diversas áreas. A presença da internet em nossas vidas marca uma grande mudança social, de modo que muitas de nossas atividades migraram para o virtual, conforme aponta Van Dijck (2016), formando a sociedade de rede definida por Castells (2003).

Nesse item abordaremos então a temática da internet, apontando inicialmente seu histórico e posteriormente como ela tem contribuído com o mundo da política e da participação em especial e como ela possibilitou as novas manifestações e a ascensão da nova direita.

#### **3.1 Inovando a comunicação: uma grande mudança social**

A invenção da internet e principalmente sua difusão por todo o mundo modificou drasticamente a maneira como vivemos e interagimos uns com os outros. Castells (2003) aponta para a formação de uma “Sociedade de rede”, na qual as atividades cotidianas, do comércio e serviços às relações interpessoais, são realizadas de maneira virtual e online.

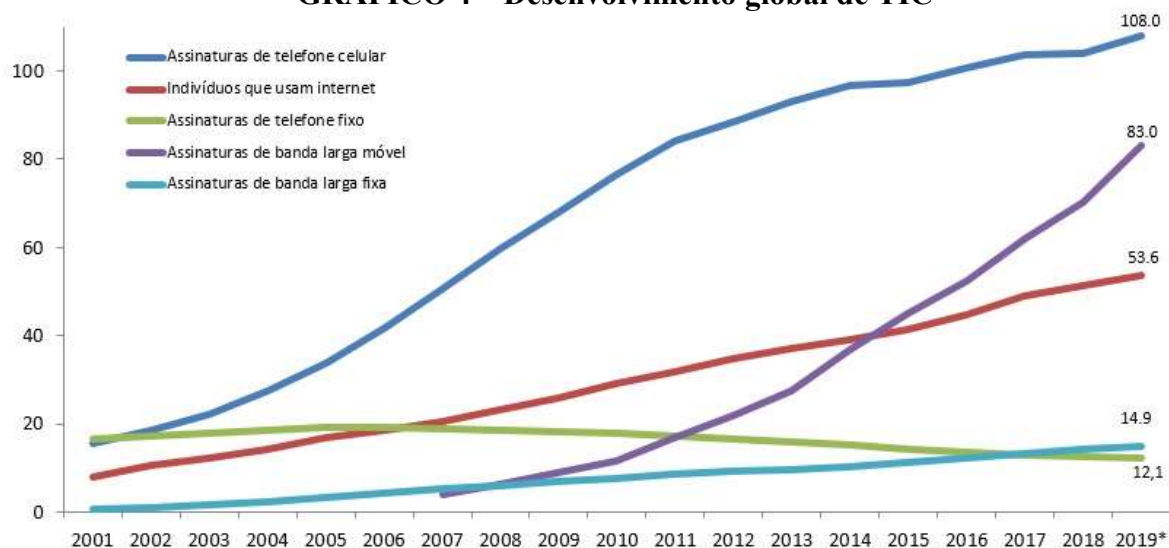
A internet foi criada, inicialmente, como uma rede de comunicação entre pesquisadores, tendo como origem a Arpanet, “uma rede de computadores montada pela Advanced Research Projects Agency (ARPA) [...] A ARPA foi formada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com a missão de mobilizar recursos de pesquisa” principalmente na corrida armamentista e aeroespacial entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria. Posteriormente, a Arpanet conseguiu se conectar a outras redes de computadores e trocar informações, se tornando um meio de comunicação rápido e eficiente. O Governo estadunidense então, com receio sobre a segurança da rede militar, cria uma outra rede para ações militares, deixando o funcionamento da Arpanet apenas para pesquisa. As conexões então se expandem, mas a Arpanet fica obsoleta e a Internet se torna domínio público, momento em que os desenvolvedores de computador possibilitam que cada um dos aparelhos tenha acesso à internet. (Castells, 2003, p.13).



Pensada e criada então como um meio de comunicação, hoje a internet permeia os mais diversos campos de nosso cotidiano. “A internet é o tecido de nossas vidas.” (CASTELLS, 2003, p. 7). Fazemos compras, buscamos informações e notícias sobre acontecimentos locais e internacionais, nos comunicamos com pessoas a distâncias enormes em um piscar de olhos, e não poderia ser diferente com a política, que sofre um processo de migração para a internet seja com órgãos e parte da administração de governos através de iniciativas como os portais de transparência digital (ALCANTARA, 2019), plataformas como o Dialoga Brasil, “criado pelo governo federal com o intuito de aprofundar a participação digital dos cidadãos acerca de programas sociais.” (ROCCO, 2018, p. 59), dentre outras iniciativas, seja com a criação de fóruns e espaços de discussão política ou até mesmo através de movimentos sociais, como veremos posteriormente.

O número de usuários da internet em todo o mundo cresce exponencialmente a cada ano. Dados da International Telecommunication Union (ITU) sobre o uso da internet entre 2001 e 2019, sendo esse último ano com os dados segundo estimativa, nos dão a compreensão desse fenômeno. O Gráfico 4 mostra o desenvolvimento global de aparelhos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), como computadores e celulares. Tais dados apontam a porcentagem a cada cem habitantes.

**GRÁFICO 4 – Desenvolvimento global de TIC**

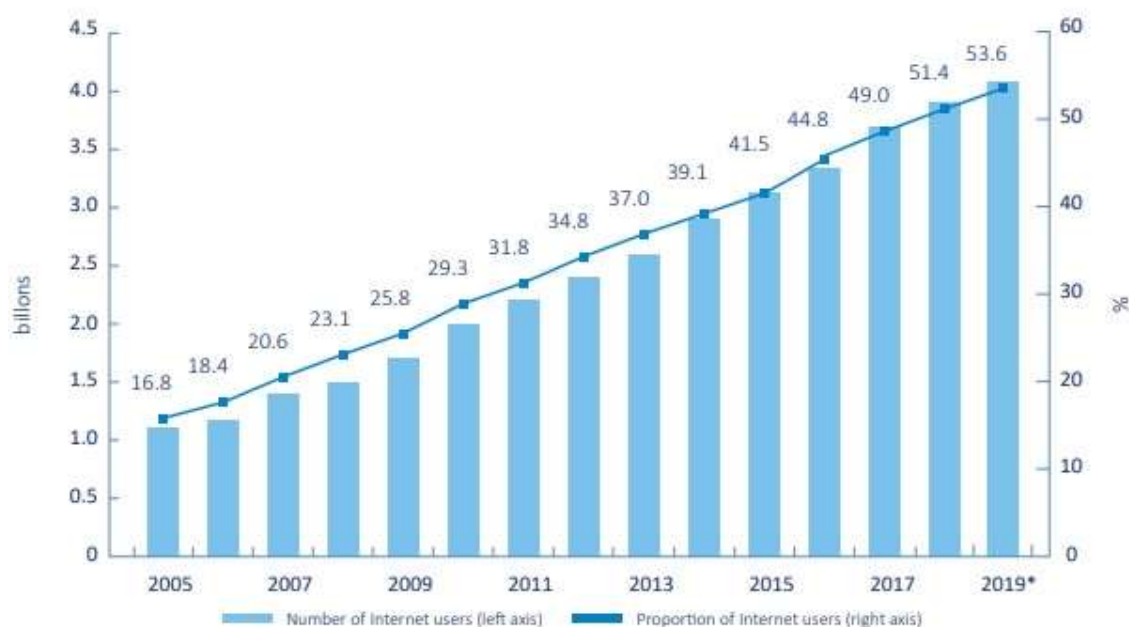


Fonte: ITU<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>> Acessado em 13 de fevereiro de 2020.

No gráfico podemos perceber que, exceto a porcentagem de assinatura de telefone fixo que cai para 12,1%, as categorias de Assinaturas de telefone celular, Indivíduos que usam internet, Assinaturas de banda larga móvel e Assinaturas de banda larga fixa sobem, respectivamente para 108,0%, 83%, 53,6% e 14,9%. Outros dados publicados no relatório *Measuring digital development: facts and figures 2019*, pela mesma instituição, demonstram a crescente do uso da internet. O Gráfico 5 traz a mesma porcentagem do gráfico anterior acerca de indivíduos usando a internet, mas nele podemos ver separadamente a crescente desses números através do tempo, que saem de 16,8% em 2005 para 53,6% em 2019.

**GRÁFICO 5 – Indivíduos usando a internet**

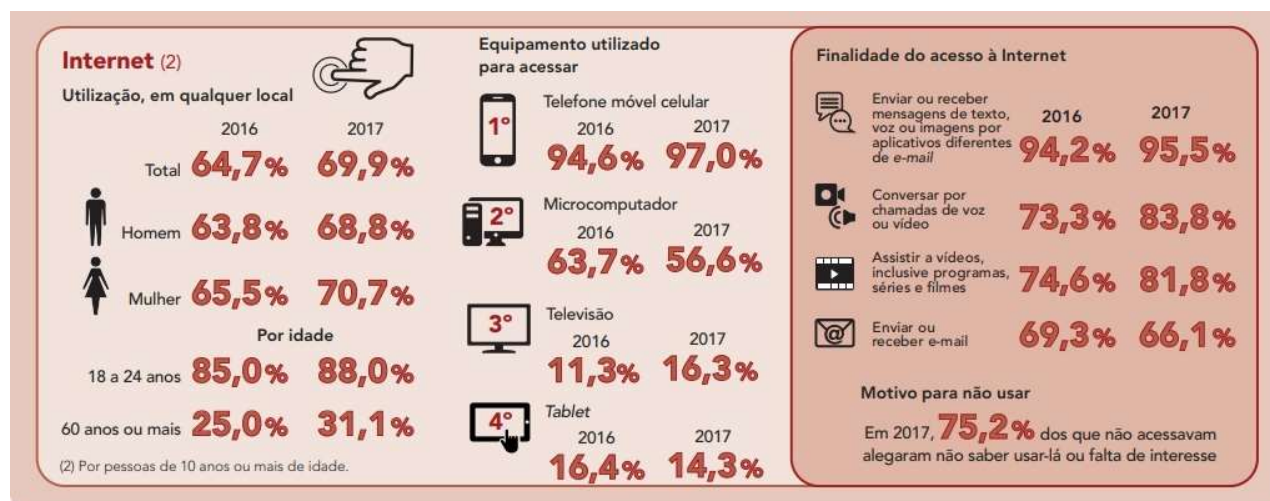


**Fonte: ITU, 2019.**

Esses dados estimam que 4,1 bilhões de pessoas, o que corresponde à porcentagem de indivíduos usando a internet em 2019, sendo esse percentual pouco mais de metade dos habitantes do mundo, fazem uso da internet, seja por meio de banda larga fixa ou de banda larga móvel, com maioria de usuários na segunda. Outros dados desse estudo demonstram que os países menos desenvolvidos são os que possuem um número menor de indivíduos usando a internet, com 19% dos indivíduos online contra 87% dos países mais desenvolvidos. Também é possível perceber a diferenciação por gênero sobre o uso da internet, que aponta que da população global, 48% das mulheres fazem uso de internet, enquanto a porcentagem de homens é de 58%.

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicada em 2017, traz os dados apresentados na Figura 1.

**FIGURA 1 – Uso da internet no Brasil**



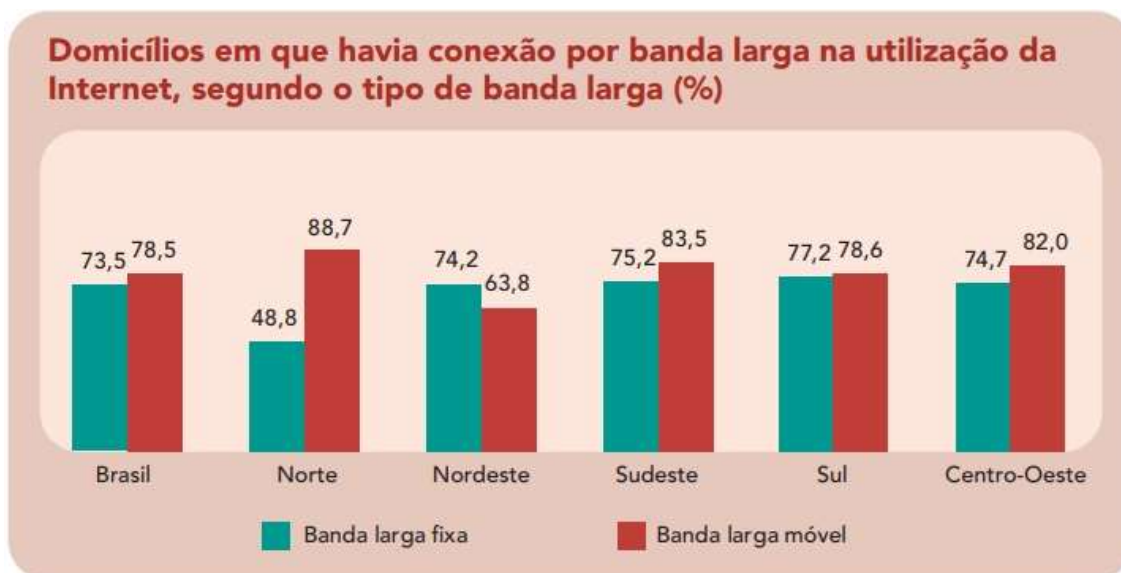
Fonte: IBGE, 2018.

Esses dados demonstram uma crescente no uso da internet no Brasil entre os anos de 2016 e 2017, com maior utilização por mulheres, o que difere dos dados mundiais apresentados pela ITU. Também podemos perceber que a internet é mais usada em telefones celulares, sendo que o principal motivo é para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail, seguido por conversar por chamadas de voz e vídeo; assistir vídeos, inclusive programas, séries e filmes e por fim enviar ou receber e-mail. Um dado importante que vemos aqui é que 75,2% das pessoas que não utilizam a internet apontam como motivo não saber usá-la ou falta de interesse. Desmembrados, esses dados ficam da seguinte maneira: Pessoas que alegam não acessar a internet por não saberem usar são 38,5%; falta de interesse somam 36,7%; 13,7% alegaram que o serviço de internet é caro; 4,9% sugerem que internet não está disponível nos lugares que costumam frequentar; para 4,5% o valor de um equipamento necessário para utilizar a internet é caro e 1,6% apontaram outros motivos.

Tal relatório do IBGE ainda demonstra que em 2017, 74,9% dos domicílios do país já possuíam internet, sendo que a maioria ficava no sudeste, seguido pelo centro-oeste, depois pelo sul, norte e por fim o nordeste, como podemos ver na figura 2.

Também podemos observar que, exceto no nordeste, a utilização de banda larga móvel é maior do que a banda larga fixa, que atesta o maior uso de aparelhos celulares para navegar na internet, conforme apontado pelos próprios dados também.

**FIGURA 2 – Domicílios com banda larga por região**



**Fonte:** IBGE, 2018.

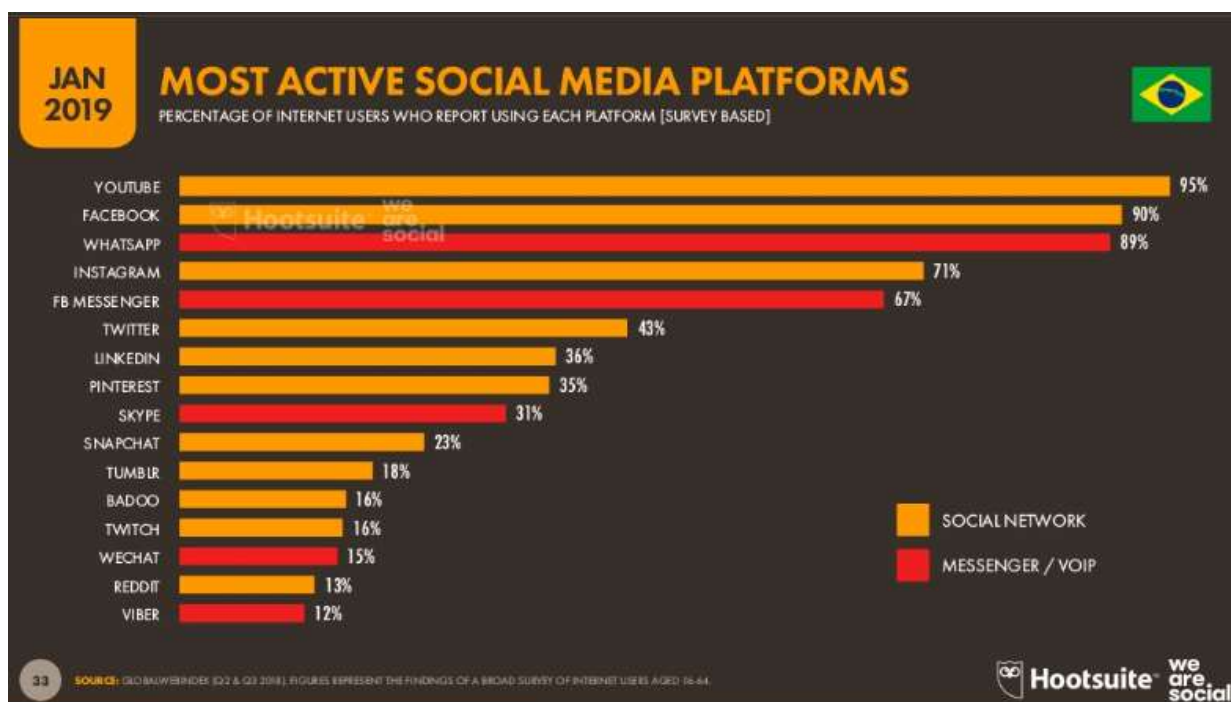
É possível notar a diferença do uso da internet nas áreas urbana e rural: enquanto na primeira 74,8% da população alegou fazer uso de internet em 2017, na segunda apenas 39% da população teve acesso a esse meio. A faixa etária que mais faz uso das redes está entre 14 e 39 anos, com porcentagens variando entre 84,9% e 82% dentro desse espectro e caindo conforme avançada a idade, chegando a 31,1% na faixa de 60 anos ou mais. Outra constatação possível é sobre a utilização da internet de acordo com o grau de escolaridade, o que mostra que quanto mais escolarização maior o uso. Tais dados vão ao encontro do perfil dos manifestantes presentes nos atos recentemente, como veremos no próximo capítulo.

Outros dados que nos interessam para análise e que se relacionam com nossa discussão são apresentados no blog Rockcontent<sup>7</sup>. O blog traz dados como o do *Relatório digital in 2019*, realizado pela parceria entre a *We are social* com a *Hootsuite*. Tal relatório informa que 66% dos brasileiros utilizam redes sociais. Conforme podemos ver na Figura 3, a seguir, a rede social mais usada pelos brasileiros segundo a

<sup>7</sup> Disponível em <<https://rockcontent.com/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>> Acessado em 14 de fevereiro de 2020.

pesquisa é o *YouTube*, seguido pelo *Facebook*, *Whatsapp* e *Instagram*. Essas características demonstram também o motivo da grande quantidade de participantes e facilidade em organizar as manifestações, além do que elencamos como as facilidades trazidas pela internet, como a descentralização e maior alcance.

**FIGURA 3 – Rede social mais usada no Brasil**



Fonte: Blog Rockcontent

Esses dados dialogam com nosso objeto, que faz uso das redes, tem foco de manifestações iniciais nas regiões com maior uso de internet e também fazem uso da plataforma indicada como em primeiro lugar dentre as mais ativas no Brasil, o *Facebook*, como discutiremos mais amplamente a seguir. Enfim, vivemos cada vez mais conectados e de olho nas diversas telas que nos rodeiam, como afirma Andrew Keen, um empresário do Vale do Silício (região do estado da Califórnia, na baía de São Francisco, que abriga as principais empresas de tecnologia), historiador e cientista político, autor de livros que tratam dos avanços da tecnologia em nossas vidas pessoais e tece críticas sobre o uso das redes, ao retomar a fala de um personagem do Filme *A rede social*, que conta a história da criação do *Facebook*: “primeiro vivemos em aldeias, depois em cidades; agora vivemos cada vez mais on-line” (2012, p. 50). Sobre as redes sociais, Van Dijck (2016, p.18) afirma que “actualmente, este conjunto de plataformas influye en la interacción humana tanto en el nivel individual como en el comunitário,

así como em el nivel mayor de la sociedad [...]”<sup>8</sup>, de maneira que os mundos de dentro e fora da rede se mostram mais conectados. Segundo a autora ainda, dados da CommScore de 2011 demonstram que em dezembro desse mesmo ano, pessoas maiores de 15 anos criaram uma conta em uma rede social em uma proporção de 120 milhões em todo o mundo, o que corresponderia a 82% desse nicho populacional, sendo que em 2007 esse número correspondia a 6%. (Ibid.) A autora argumenta ainda que essa transformação de uma cultura participativa e uma cultura da conectividade tem um lapso temporal de não mais que dez anos, marcada pela chegada da web 2.0.

Enquanto a chamada web 1.0 possuía características mais centralizadas, na qual o internauta conseguia apenas encontrar conteúdo online, buscar informações, a web 2.0 veio com a possibilidade de interação entre eles, tornando-os não mais apenas espectadores passivos, mas agora também atores, compartilhando conteúdos e interagindo entre si (HANSEN, 2016; VAN DIJCK, 2016; KEEN, 2012). A web 3.0, mais recente devido às plataformas de redes sociais, permite não apenas o compartilhamento mas também que o próprio usuário se torne produtor de conteúdo (KEEN, Ibid.)

Keen (2012) ainda argumenta que, nesse mundo cada vez mais conectado e compartilhado, a internet se tornou o Panopticon digital, devido à grande produção de conteúdo feito pelos próprios usuários. O Panopticon é cunhado por Jeremy Bentham no século XIX, sendo a construção ideal de controle, com arquitetura inteira planejada de maneira que os controladores tivessem uma visão total de todos, sem que esses soubessem que estavam sendo vigiados. Tal construção poderia ser usada para os mais diversos fins (como cadeia ou fábrica por exemplo, nas quais os guardas ou patrões teriam visão total dos presos ou trabalhadores, em um sistema de monitoramento constante e onipresente). Han (2017) aponta o Panopticon como um fenômeno da sociedade disciplinar, que tem essas instituições típicas e que visam o melhoramento constante dessas. Nesse Panopticon atual, o autor aponta que, diferente da versão de Bentham em que os presos sabiam estar sendo monitorados, temos uma grande sensação de liberdade, visto que não há mais um centro supervisor (HAN, ibid.) Na era digital, a internet é Panopticon na sua mais pura concepção, afinal a todo momento estamos produzindo dados e conteúdos que permitem um monitoramento constante de nossas atividades, desde lugares que frequentamos, por meio do sistema de

---

<sup>8</sup> Tradução livre: “atualmente, este conjunto de plataformas influencia a interação humana tanto no nível individual como no comunitário, assim como no nível maior da sociedade [...]”.

geolocalização de nossos *smartphones*, até nossos gostos e preferências por conteúdos como músicas, vídeos e diversos outros, assim como opções de compras, etc.

Essa nova internet de pessoas, conforme Keen enuncia, a web 3.0, produz diversos dados que podem ser acessados por empresas e até mesmo permite traçar um perfil de cada usuário, já que a localização é compartilhada vinte e quatro horas por smartphones por exemplo, o que permite que sejamos rastreados, e tais dados podem ser usados para controle e manipulação por governos autoritários ou empresas a fim de manipular eleições (MOROZOV, 2018). Keen (2012) compara essas informações ao livro *1984*, de George Orwell, no qual a entidade chamada *O grande irmão* está presente em todos os lugares, com telas e câmeras, monitorando tudo e a todos, sendo que na nossa realidade essas telas são nossos aparelhos eletrônicos como smartphones e tablets. “A arquitetura simples da casa de inspeção digital agora está ao redor de nós. Será que *1984* afinal chegou a todas as nossas telas?” (Ibid.).

Dessa maneira, estariamos criando uma sociedade da transparência (HAN, 2017), visto que a exposição pessoal dos usuários tem se tornado cada vez maior. Compartilhamento de localização, de fotos dos lugares que frequentamos, o que consumimos, tanto produtos como alimentos, todas essas informações em banco de dados de empresas e startups de transporte, de delivery, dentre outras, dados esses usados por essas empresas tanto para nos monitorar como para nos vender (vendendo informações como nossas preferências a empresas de marketing digital ou mesmo de vendas digitais) e lucrar com esses dados (MOROZOV, 2018). Keen ainda retoma a afirmação de Julian Assange, fundador do WikiLeaks, site que vazou diversos documentos sigilosos de governos do mundo todo e expôs ao público os bastidores da política, de que “a internet de hoje é ‘a maior máquina de espionagem que o mundo já viu’” (Ibid, p. 31). Essa necessidade de exposição, de contar o que estamos fazendo, quais lugares frequentamos, etc, é criticada por Keen (2012) e Han (2017), assim como outros autores, que demonstram uma perspectiva mais crítica acerca da internet.

A sociedade da transparência de Han (2017) possui diversas características e desdobramentos, além da questão da exposição. Para o autor, as coisas passam a ter valor por aquilo que se pode ver, ou seja, o apelo visual é fortíssimo. Atestamos isso nas próprias páginas dos movimentos aqui estudados: ao invés de postarem textos, encontra-se uma maior disseminação de imagens com pequenos informes sobre o tema a ser debatido, uma característica que Silveira (2015) aponta como a comunicação por *memes*. Outro aspecto apontado por Han (op. cit.) é a perda da intimidade: com a alta

publicização cria-se uma tirania que psicologiza e personaliza tudo, atravessando inclusive o meio da política; então, os políticos passam a ser julgados não por suas ações, mas por aquilo que encenam fazer. O autor afirma que “no lugar do caráter público entra a publicização da pessoa; o público se transforma em espaço de exposição, afastando-se cada vez mais do espaço do agir comum.” (HAN, 2017, p. 82). Em outra obra o autor ainda afirma que “hoje, em contrapartida, domina uma falta total de distância, na qual a intimidade é exposta publicamente e o privado se torna público.” (Id., 2018, p. 12). Por fim, o autor argumenta acerca da quantidade de informações disponíveis nessa sociedade da transparência. Ele alega que a Caverna de Platão foi estruturada como um teatro onde os presos estão sentados como espectadores enquanto as sombras são parte do palco. Dessa maneira, a alegoria permite traçar um paralelo com o mundo digital, sendo os usuários os espectadores e também atores ao mesmo tempo, visto a possibilidade da produção de conteúdo, enquanto a tela é o palco onde as sombras são projetadas e tendemos a toma-las como verdade e parte do mundo real. Assim, a leitura que Han faz sobre a alegoria de Platão é que a caverna faz a divisão entre as formas de vida narrativa e cognitiva, nas quais, traçando o paralelo que apresentamos, a tela demonstra o teatro e o mundo fora da tela equivale ao mundo cognitivo de fora da caverna.

Sobre essa análise mais crítica, percebemos ainda que o mundo virtual tem se tornado cada vez mais o mundo no qual todos querem habitar, um mundo dos sonhos onde tudo é possível. Apesar dessa necessidade de exposição, de desnudar-se nas redes, podemos afirmar que a individualização é uma crescente. Mesmo com uma quantidade enorme de amigos nas redes sociais como *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*, estamos cada vez mais solitários, presos na realidade que construímos no digital. Han (2018, p.27) nomeia a massa atual de usuários da internet como *exame digital* e afirma que “o exame digital consiste em indivíduos singularizados”. No mesmo sentido posiciona-se Castells (2003, p.108) afirmando que “o novo padrão de sociabilidade em nossas sociedades é caracterizado pelo individualismo em rede”. Han (2018, p.28) fala de uma das características do que chama de “*homo digitalis*”, aquele que “preserva sua identidade privada, mesmo quando ele se comporta como parte do exame. Ele se externa, de fato, de maneira anônima, mas via de regra ele tem um perfil e trabalha ininterruptamente em sua otimização. Em vez de ser ‘ninguém’, ele é um alguém penetrante, que se expõe e que compete por atenção”.



Ao permitir participar de forma anônima de discussões em fóruns e outras plataformas, as redes proporcionam um ambiente propício a um novo tipo de participação política, como discutiremos a seguir.

### 3.2 Participação online e novas possibilidades

A criação da internet e seu exponencial crescimento trouxeram várias expectativas em relação ao seu uso. No tópico anterior demonstramos algumas das abordagens e preocupações atuais com o uso das redes e que nos levam ao cerne de nosso problema, de como o mundo virtual tem sido utilizado pela política e grupos de interesses, seja por meio da manipulação de dados como o caso da Cambridge Analytica mostra, seja por meio da divulgação de *fake News* por uma cultura do compartilhamento. Aqui discutiremos as possibilidades que a internet nos traz para a participação política e como foi usada pelos manifestantes para organização e divulgação dos atos nas ruas.

Não ao acaso, a internet se tornou um instrumento de participação política, afinal, conforme já exemplificado anteriormente, ela proporciona uma maior facilidade em criar e manter certos debates e comportamentos. Conforme afirma Hashimoto (2019 p. 16): “A *internet*, de modo mais específico, as mídias sociais, estão se tornando novos canais ou instrumentos pela qual as pessoas passaram a ter um espaço para se manifestarem”. França, Martins e Braga (2006) apontam que a política sofre influência das novas tecnologias de comunicação, como a internet, por serem parte do conjunto de relações sociais.

Facilidades como a possibilidade do anonimato, junto à horizontalidade das redes, tornam a internet um canal de participação amplo e, até certo ponto, livre de julgamentos tal como seria se as pessoas estivessem se posicionando presencialmente, cara-a-cara. As discussões acerca da internet enquanto seu emprego no campo político são divididas por três vertentes, os *ciberotimistas* (ou *cyber-otimistas*), os *ciberpessimistas* (ou *cyber-pessimistas*) e os *ciberrealista* (ou *cyber-céticos*) (ALCANTARA, 2019; HANSEN, 2016).

A primeira vertente de pensamento, dos *ciberotimistas*, traz o argumento do potencial democratizante da internet. França, Martins e Braga (2006) argumentam que a internet proporciona a criação de um ambiente propício para discussões, um modelo de democracia que chamam de “democracia direta eletrônica”, com a criação de uma ágora

virtual, um ambiente público para deliberações. Martino (2015) trata sobre essa ágora virtual como uma “esfera pública conectada”, na qual o debate é promovido e a participação pode ser inclusiva e até mesmo anônima.

Se, no passado, o custo de ser ouvido na Esfera Pública era consideravelmente alto, o que praticamente impedia o cidadão comum de participar com voz ativa dos debates públicos na mídia, a internet permite que novas vozes entrem em circulação, aumentando potencialmente a capacidade da sociedade civil de se manifestar. (MARTINO, 2015, p. 112)

Martino (2015) traz esse conceito de “Esfera Pública digital” tal como o faz o pesquisador norte-americano Yochai Benkler. A esfera pública digital permite a expressão de preferências sem os custos do deslocamento, sem os custos de ter que achar o momento certo para ser ouvido. Qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer momento pode expressar suas preferências. “Ter uma opinião sobre um assunto nunca foi um problema, e a Esfera Pública conectada permite que essa opinião seja potencialmente ouvida.” (MARTINO, 2015, p. 113). A participação online evita diversos custos, não só para o cidadão como também para as instituições. Custos como deslocamento, gastos com materiais como papel, canetas, impressões, etc., o que, conforme aponta Shirky (2012), gera um dilema institucional, pois quanto maior a instituição, maior seus custos, o que a internet ajuda a driblar. Também França, Martins e Braga (2006) apontam que dada a possibilidade de uma assembleia online, condição que fisicamente não é garantida pela extensão territorial e populacional dos Estados, a participação online possibilita o fim da necessidade de representação, uma vez que cada um pode expressar suas preferências *per se*.

Sobre outras possibilidades deliberativas que a internet nos traz, França, Martins e Braga (2006) apontam o trabalho de Fishkin, no qual o autor propõe um mecanismo chamado de “Dia da Deliberação”, que consiste em uma data previamente marcada em que todos os cidadãos de uma nação participarão online de deliberações acerca de determinado tema. Os autores retomam ainda os trabalhos de Eisenberg sobre o potencial democratizante da internet, em que ele elenca características que podem influenciar a democracia representativa, sendo elas:

- *Alto poder de fixação da mensagem*, o que permite que, em tese, todos possam acessar o conteúdo da mensagem e se lembrem

dela. O acesso à informação, vale destacar, sempre foi fator crucial na luta política e na formação da decisão de voto por parte do eleitor.

- *Alta capacidade de promover a reprodução da mensagem*, tanto por parte do emissor quanto do receptor, o que permite uma rápida disseminação de seu conteúdo. Outra vantagem é que, devido a essa característica, a mensagem pode ser enviada a um número muito grande de pessoas. “A reprodutividade da mensagem proferida confere ao emissor uma maior capacidade de difundir sua mensagem, pois pode proferi-la simultaneamente a muitos receptores.” (EISENBERG, 2003, p.501). Assim, em tese, cada cidadão conectado a um computador pode se tornar um produtor e disseminador de informações, libertando-se das atuais limitações impostas pela mídia convencional, pela qual ele é apenas um receptor passivo de informações.

- *Alto distanciamento espaço-temporal*, possibilitando que as mensagens sejam enviadas e recebidas a qualquer momento e que cheguem a lugares onde o emissor não poderia estar fisicamente. O distanciamento espacial, assim, promove uma ampliação do poder de participação política do cidadão. Também propicia a desterritorialização das relações políticas. Redes de cidadãos hoje podem se formar para além do espaço territorial do Estado ou de suas subunidades administrativas.

- *Alta exigência de competência cognitiva para acessá-la*. Ou seja, para poder usar os benefícios da internet é preciso ter conhecimento técnico (de informática) para acessá-la. Quem não o tem, torna-se um excluído. Essa característica da internet, do ponto de vista político, é uma limitação do potencial democratizante dessa mídia.

- *Alta interatividade entre receptor e emissor*, permitindo ao receptor abrir um canal de diálogo ou discussão com o emissor, o que não era possível (ou, ao menos, era muito difícil) por meio das mídias tradicionais, como a televisão, o rádio e a imprensa escrita. (2006, s/p, grifo nosso).

A qualidade democratizante da internet sobre a representação também é apresentada pelos autores quanto remetem ao trabalho da cientista política de Harvard, Pippa Norris. Norris destaca os potenciais de “ampliar os canais de informação pública acessíveis à população e dinamizar a comunicação da sociedade com as instituições políticas representativas” (FRANÇA, MARTINS E BRAGA, 2006, s/p) que a internet possibilita. Para Norris, conforme França, Martins e Braga (Ibid.), isso levaria ao fortalecimento das instituições representativas, proporcionando maior informação aos cidadãos, que teriam meios de se organizar politicamente e veriam a efetividade do trabalho dos governantes. Tal processo ainda permite uma maior participação dos cidadãos em decisões de seus representantes, estreitando os canais de comunicação e laços sociais entre ambos, por meio da internet. Esse otimismo sobre a relação entre política e internet é a marca dos *ciberotimistas*.

Já os adeptos da vertente *ciberpessimista* “acreditam que a internet reforça as estruturas que já estão postas e, por conseguinte, não é uma ferramenta ‘revolucionária.’” (HANSEN, 2016, p. 51). Os motivos são tanto pelas características de quem tem acesso à internet, como pudemos ver nos dados demonstrados no item anterior, em que mostram ser necessário um determinado arranjo social para poder fazer-se uso da rede, afinal apesar da crescente em oportunidades de acesso, pouco menos da metade da população global ainda não tem acesso à internet. Um segundo ponto discutido por Hansen (2016) e Alcantara (2019), além da clivagem que a internet traz como apontado, é que a internet por si só não é instrumento de mudança política e necessita de ativismo presencial *off-line*. Por fim, Alcantara (Ibid.) ainda aponta que essa vertente ainda acredita que as notícias e informações possam ser manipuladas e controladas, o que causaria na verdade a desinformação.

Por último, a vertente *ciberrealista* fica em um meio termo entre as duas anteriores, buscando respostas por meio dos fatos a analisar. Assim, ela não acredita nem que a internet seja responsável por grandes mudanças no campo político, tão pouco que ela possa realmente aumentar as clivagens já existentes em nossa sociedade. Ela busca entender a relação entre sociedade e internet, visto que a tendência é que a rede apenas se coloque enquanto um outro ambiente em que a política funciona sob os mesmos termos que no mundo real.

Hansen (2016) estuda os condicionantes e covariantes do engajamento online no Brasil e aponta que “o ativista online é um cidadão que se sente ineficiente politicamente e procura no ciberespaço um local em que possa expressar suas demandas.” (p. 6). A autora divide inicialmente seis variáveis, sendo três online e três off-line para buscar a frequência dos usos de cada modalidade e poder compreender esse fenômeno. Esses dados podemos visualizar na Tabela 2 a seguir, que foram retirados da pesquisa de opinião pública aplicada pelo LAPOP e publicada em 2012 e na qual segundo a autora, tais dados “mostram que os brasileiros ativam os diferentes repertórios em frequências semelhantes em nenhum dos casos atingindo 15% da população.” (Ibid., p.74).

**TABELA 2 – Participação política entre brasileiros (%)**

<b>Online</b>	<b>Sim</b>
Acesso a sites de partidos, movimentos ou políticos	8,7

Compartilhar informações políticas em redes sociais	10,8
Participação em lista de e-mails	6,8
<b>Off-line</b>	<b>Sim</b>
Contato com autoridades locais	11,2
Participação na comunidade	13
Participação em partidos ou movimentos sociais	3,3
Participação em protestos ou manifestações	4,7
Trabalho em campanha	11,8

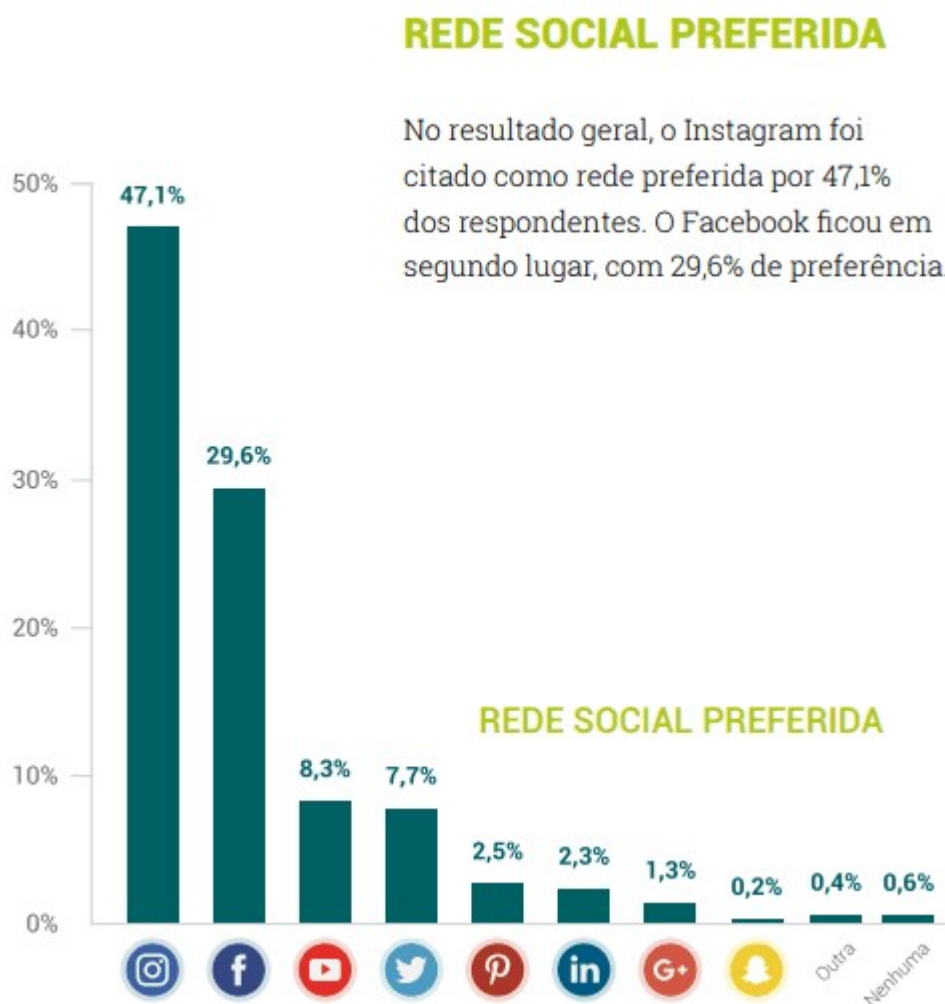
**Fonte:** LAPOP, 2012. Apud. HANSEN, 2016.

A modalidade com maior percentual online é o compartilhamento de informações políticas em redes sociais. Vale ressaltar que esses dados são de 2012, sendo que no ano seguinte haveria a onda de protestos de junho, que provavelmente alterou muitos desses dados. Hansen (2016) ainda aponta para uma forte ligação entre as modalidades presencial e digital de participação política, ligação que presenciamos ao relembrar as jornadas de junho e como se deu todo o processo.

A utilização da internet, e principalmente das redes sociais (citamos aqui o *Facebook* como principal canal de comunicação entre os manifestantes e de organização dos atos, visto que atualmente podemos presenciar o crescimento do *Instagram* como plataforma usada pelos brasileiros, como podemos ver na Figura 4, que mostra a pesquisa da *Social Media Trends 2018*, em que os respondentes apontaram a preferência pelo *Instagram* dentre outras redes sociais como *Facebook*, *YouTube*, *Twitter*, *Pinterest*, *Linkedin*, *Google plus* e *Snapchat*, nessa ordem) como um espaço público de discussão tem modificado a maneira de como a política é feita. Basta observarmos como foi a campanha presidencial para as eleições de 2018 no Brasil, na qual o candidato vencedor não utilizou meios tradicionais para fazer campanha – como propagandas televisivas, participação em debates com outros candidatos, participação em entrevistas -, mas encontrou na rede seu principal meio de divulgação e modo de interação com o grande público.

Além disso, os atores da nova direita fazem uso da internet, como veremos a seguir, tanto para a organização das manifestações da mesma maneira que nas jornadas de junho, como também para compartilhar informações políticas em redes sociais, conforme apontado por Hansen (2016) como modalidade de participação online com o maior percentual.

**FIGURA 4 – Rede social preferida pelos brasileiros**



Fonte: Blog Rockcontent<sup>9</sup>

Concluimos que a internet aparece então como possibilidade de ampliar a participação, além de elementos que podem contribuir com uma diminuição da democracia, como apontado pelos ciberpessimistas. No próximo tópico discutiremos como a chamada nova direita fez uso dessas redes e conseguiu ampliar o escopo de seus discursos liberais e conservadores, chegando a eleger Jair Bolsonaro como presidente, dentre diversos outros processos complexos.

<sup>9</sup> Disponível em <<https://rockcontent.com/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>> Acessado em 14 de fevereiro de 2020.

### 3.3 As novas direitas

As manifestações de 2013, que inicialmente lutavam pelo direito à cidade através da pauta da revogação do aumento da tarifa e por um transporte realmente público, pauta do MPL, se tornaram palco das mais variadas demandas após o grande aumento de manifestantes. Dentre essas pautas, percebemos a repetição de algumas demandas, que levariam então à principal pauta das manifestações seguintes, uma pauta capilar, pois é adotada por diversos setores da sociedade, tanto à esquerda quanto à direita, a corrupção. Afinal quem poderia apoiar a corrupção dentro de um sistema democrático? Prática antiga nos diversos governos dentro e fora do Brasil, a luta contra a corrupção se tornou central nas manifestações, contribuindo com o crescimento de uma nova direita mais populista e que levou à eleição de um político considerado de extrema-direita, que apesar de ter indícios de corrupção em seus mandatos como Deputado Federal, se elegeu como um mito nessa luta.

Conforme afirmou o jornalista Leonardo Sakamoto (2013), podemos perceber então um nacionalismo crescente no fim dessas manifestações, características das bases dessa nova direita que, como afirma Messenberg (2017) saiu do armário. Sobre essa mudança, Souza (2016) afirma:

Começava a criação estética e moral do movimento antigoverno federal capitaneado pela grande imprensa: os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Mudaram não apenas as bandeiras iniciais do movimento, mas também o público que as apoiava. Em vez de jovens e estudantes, tínhamos agora famílias de classe média com perfil de renda alta. (p. 91)

a manifestação perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tornava uma ‘festa popular’ contra a corrupção e a ladroagem na política, o que se tornava definitivamente a bandeira central. O PT e os manifestantes da esquerda foram hostilizados. Aqueles ligados a partidos políticos foram expulsos. A Fiesp exibiu a bandeira do Brasil em seu prédio. (p. 93)

Segundo Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) “no dia 20 de junho de 2013, o Datafolha apurou que mais de 50% dos manifestantes das Jornadas de Junho estavam lá contra a corrupção e apenas 32% pela redução da tarifa” (p. 201). Os casos de corrupção noticiados contribuíram para a criação da crise representativa no Brasil, com um grande papel da mídia nesse aspecto, como argumentam Santos e Silva (2018), além da

construção do forte sentimento de que o PT seria o partido responsável por toda essa corrupção instaurada em seu governo. Esse sentimento antipetista é então expresso nas ruas e leva à deposição da presidenta Dilma Roussef.

Parte da literatura afirma que o sentimento antipetista vem muito atrelado a uma batalha entre as classes sociais brasileiras. (Souza, 2016; Telles, 2016; Silva, 2018). As conquistas que os governos petistas promoveram causaram um desconforto em setores diferentes da sociedade: os que viram seus privilégios se esvaindo ao tempo que as classes baixas ascendiam e os inconformados com os escândalos de corrupção do governo, como o Mensalão, em que até mesmo muitos eleitores alinhados ao PT perderam a identidade com o partido. Tal processo está interligado com as visões de mundo e ideológicas de cada um dos espectros de correntes políticas, à direita e à esquerda. Messenberg (2017) argumenta que, tomando por base as definições de Bobbio, enquanto a esquerda se orienta para a igualdade entre os homens, a desigualdade, para a direita, é considerada algo intrínseco à humanidade e essa visa preservar o ordenamento societário.

A direita – como aponta Bobbio (1995) – move-se por outros ideais que envolvem: o individualismo, a supremacia da propriedade privada e da livre iniciativa, a intuição, a primazia do sagrado, a valorização da ordem e da tradição, o elogio da nobreza e do heroísmo, a intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual, o militarismo e a defesa da segurança nacional, o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental e dos interesses imediatos dos trabalhadores, o anticomunismo e a identificação permanente com as classes superiores da sociedade. (MESSENERG, 2017, p. 622-623)

Todas essas características podem ser encontradas nas manifestações promovidas por esses novos movimentos de direita, em diferentes graus. Citamos alguns exemplos: i) tomada da figura do então Juiz Sérgio Moro, principal ator da Operação Lava Jato e responsável por diversos julgamentos da operação como um herói; ii) a entrada da FIESP nas manifestações, importante ator econômico, ao promover diferentes ações e apoiar o chamado às ruas, ao expor a figura de um pato inflável na frente de seu prédio como o slogan: “Não vamos pagar o pato”, se referindo à crise econômica do governo por culpa dele mesmo e tendo como causa disso a corrupção disseminada pelo PT; iii) manifestantes que acusam o PT de tentar implantar o comunismo no país, criando um ambiente de apoio a uma intervenção militar para



acabar com a corrupção que segundo eles se instaurou no governo e com o perigo do comunismo, além de outras bandeiras conservadoras.

Toda a construção dessa retórica se deu pelo apoio da grande mídia às manifestações e uma acusação ao partido em questão, divulgando o tempo todo notícias de corrupção e da operação Lava Jato com membros do partido envolvidos. Mas a internet e a divulgação de *Fake News* sobre o governo também tiveram um papel fundamental. As *Fake News* são um fenômeno ligado à pós-verdade, que relativiza a verdade e a torna moeda de troca. A pós-verdade pode ser notada nas distopias Orwellianas *1984* e *A revolução dos bichos*, quando o governo (ou os porcos no caso do segundo livro) altera informações a seu bel prazer e leva a opinião pública a acreditar no que eles querem que seja a verdade. D’Ancona (2018) argumenta que 2016 foi o “o ano que lançou a era da ‘pós-verdade’ de forma definitiva.” (p. 19).

O autor analisa os fatos por trás da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia, o BREXIT. Para o autor ocorre um desmoronamento da verdade enquanto uma tendência mundial. “Não por acaso, em 2016, o Oxford Dictionaries escolheu ‘pós-verdade’ como sua palavra do ano, definindo-a como forma abreviada para ‘circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal’”. (D’ANCONA, 2018 p. 20). Dessa maneira, quando as crenças e convicções são tomadas enquanto verdades incontestáveis e a veracidade dos fatos passa pelas emoções e não pela razão, temos aí a pós-verdade e sua efetividade, que faz não se acreditar em nada além dela, levando qualquer informação divergente a ser considerada falsa ou manipulada. O autor, ao analisar os fatos acima citados, afirma ainda que a pós-verdade está relacionada à crise das instituições, visto que “todas as sociedades bem sucedidas dependem de um grau relativamente alto de honestidade para preservar a ordem, defender a lei, punir os poderosos e gerar prosperidade.” (Ibid, p. 42).

D’Ancona (2018) demonstra ainda que os novos populismos fazem uso desse mecanismo, pois “a tarefa do populismo é simplificar a todo custo, comprimir fatos inconvenientes em uma forma preordenada ou excluí-los totalmente.” (p. 45). O autor retoma ainda o argumento do jornalista Ari Rabin-Havt que afirma que tais mentiras tem a função de confundir e esconder a verdade, sendo um ataque estratégico. O fenômeno da web 2.0 contribuiu para a disseminação da pós-verdade, uma vez que cada usuário pode compartilhar livremente o que achar conveniente, isso nos coloca ainda sob uma bolha na qual filtramos o que nos serve, sem a busca pela verdade segundo o

autor. Esse mecanismo foi usado nas campanhas de Trump e Bolsonaro. O primeiro divulgava notícias falsas, ou fake News, sobre Hillary Clinton. O segundo, sobre seu concorrente no segundo turno, Fernando Haddad. Notícias e afirmações como o kit gay<sup>10</sup>, que Bolsonaro disse ser criação de Haddad e na verdade era um material encomendado pelo legislativo e elaborado por ONGs da sociedade civil para a conscientização sobre a homofobia, conforme apontado na matéria do jornal El País, tiveram várias repercussões durante o pleito de 2018.

A direita, melhor do que a esquerda, soube utilizar desses artifícios e soube como usar a internet para alcançar seus objetivos (SILVEIRA, 2015). Os principais atores dessa nova direita souberam como utilizar suas redes sociais para disseminar seus pensamentos e ideias. Os Movimentos Brasil Livre e Vem pra Rua estão entre eles, assim como os jornalistas Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, Rachel Sheherazade, Olavo de Carvalho, e políticos como Marco Feliciano e Jair Bolsonaro, dentre outras personalidades, que fizeram diversas postagens sobre a situação política do país, criando todo um imaginário por trás dos fatos e influenciando a opinião pública através de três campos semânticos apontados por Messenberg (2017), sendo eles: Antipetismo, Conservadorismo moral e princípios neoliberais. Dentre as ideias-força apontadas pela autora em cada um desses campos pode-se pensar em outras ideias que dominaram as ruas: Corrupção, Crise Econômica, Impeachment, Família Tradicional, Anticomunismo, Patriotismo, Estado mínimo, Meritocracia, Corte de políticas sociais, dentre outras. Todas essas ideias, assim como esses atores, são partes integrantes da rede antipetista apontada por Santos Junior (2019).

Essas ideias-força permeiam o discurso desses formadores de opinião e estão presentes nas ruas, em cartazes, camisetas e falas dos manifestantes, criando uma forte polarização entre o “eles” e o “nós” e alimentando, segundo Messenberg (op. cit.), fobias generalizadas, promovendo discursos de ódio e intolerância, uma marca também das eleições de 2018, na qual o nível de polarização chegou a extremos e acirrou a disputa tanto eleitoral como de repertórios. O crescimento da intolerância e de um fanatismo patriótico é um fenômeno que assola não apenas o Brasil, mas todo o globo. O medo de o Brasil “virar uma Venezuela”, aliado à perda de privilégios da classe média alimentou o medo e o imaginário popular.

---

<sup>10</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381\\_052616.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html)> Acessado em 15 de fevereiro de 2020.

Segundo alguns autores, o medo de perder cada vez mais privilégios, por conta de uma maior distribuição de renda, pode ser considerado um aspecto importante para aliar a classe média à nova direita, que prometia acabar com a corrupção e fazer o país crescer economicamente. O discurso de ódio foi bastante reforçado, apontando o PT por todas as mazelas que a sociedade estava vivendo (MESSEMBERG, 2017; SOUZA CA, 2016; TELLES, 2016). A internet foi o principal instrumento utilizado para promover e fortalecer esse ódio, como dissemos sobre a atuação da direita nas redes, e devemos levar em conta quem utiliza a internet, visto que em um país tão desigual como o nosso, ter acesso à internet pode ser um tanto quanto complicado e complexo para camadas mais populares, pois exige todo um equipamento e conhecimentos em informática e uso de tecnologias que mesmo que simples, pode ser um processo complexo (ROCCO, 2018; SILVEIRA 2015), o que corrobora com os dados que apresentamos anteriormente do IBGE (2018) sobre o uso da internet no Brasil. Lembrando que mais de 70% dos domicílios urbanos possuem internet, em contrapartida com menos de 40% dos domicílios na área rural.

A rede antipetista, estudada por Santos Junior (2019) tem papel fundamental nas manifestações a partir de 2014 até hoje, atuando fortemente nas redes. O autor a caracteriza como:

um retrato de articulações comunicacionais de *fanpages* no *Facebook* com a função de produzir conteúdo difamatório contra o Partido dos Trabalhadores, fortemente orientado contra as elites políticas e os meios de massa, e ecoando pautas e posicionamentos das direitas. (p. 46)

Segundo o autor, essa rede possui em torno de 500 páginas. Na tabela 3 podemos ver as principais. Essas redes se articulam e corroboram com os dados de Hansen (2016) que mostram que a principal atividade participativa online é o compartilhamento de informações. Ele ainda aferiu o posicionamento político das *fanpages* de acordo com sua autodefinição ideológica. Podemos ver esses dados na Tabela 4. Das 532 *fanpages* analisadas, mais da metade, 53%, não declararam seu posicionamento ideológico, seguido pelas páginas declaradas como de direita, num total de 32%.

**TABELA 3 – Principais páginas de acordo com o total de seguidores**

<b>Página</b>	<b>Seguidores</b>
Danilo Gentilli	10.434.571
VEJA	5.660.665
Aécio Neves	4.524.538
TV Revolta	3.662.407
Marina Silva	2.462.123
Politicamente Incorreto	1.453.031
AnonymousBrasil	1.448.171
Movimento Contra a Corrupção	1.393.806
Revista Época	1.251.163
PSDB	1.246.386

**Fonte:** Santos Junior (2019, p. 58).

**TABELA 4 – Posicionamento político**

<b>Posicionamento político</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Não Declarado	281	53%
Direita	171	32%
Liberal	36	7%
Conservador	29	5%
Reacionário	15	3%
Total	532	100%

**Fonte:** Santos Junior (2019, p. 165)

O autor ainda informa que o público total estimado de seguidores dessa rede é de cerca de 10 milhões. Os principais formadores de opinião são YouTubers blogueiros, jornalistas, políticos e outras figuras públicas, assim como apontado por Messenberg (2017). Para o autor, desde os escândalos do mensalão é possível apontar o surgimento dessa rede, como exemplo ele cita o trabalho de Chaia, de 2007, que encontrou comunidades no *Orkut* em 2006 como “Eu odeio o Lula” e “Eu não acredito no Lula” (Ibid, p. 47). Ele cita ainda o Movimento Cansei, de 2007, que tenta articular um coletivo de antipetistas, capitaneado por empresários paulistas. Entretanto, é a partir de 2013 e com anuência da crise política instaurada após as jornadas de junho, bem como alinhada aos escândalos da operação Lava Jato que essa rede ganha força.

Os protestos de junho, que tinham uma pauta progressista, já denotavam a presença dessa nova direita (SILVA, 2017). Apontando que o MPL não quis conduzir o rumo das manifestações, o que deu espaço para visões antagônicas se apropriarem das ruas, Silva (2017) ainda argumenta que uma nova direita se formava, levando às ruas pautas conservadoras e liberais que convergiam em uma nova agenda “apoiada numa ação valorativa que visa o anti-direitos trabalhistas e sociais, anti-mulheres e anti-minorias, expressos nos avanços sociais da década lulista” (p. 5). O autor ainda argumenta que

Essa nova direita encontrou na internet e nas redes sociais, como Facebook, YouTube, Twitter, etc. uma arena de articulação e organização de suas ideias. No entanto, ‘buscando sair da sua bolha’ a nova direita descobriu nas mobilizações de rua uma oportunidade para colocar sua agenda em disputa, ampliando seu campo de atuação. (p. 8)

Essas afirmações vão ao encontro com o a direção patriótica tomada pelos protestos de junho, conforme a afirmação de Sakamoto (2013) sobre o teor nacionalista dos últimos atos e que demonstraremos melhor a seguir. Silveira (2015) ainda aponta que a nova direita estava presente nos movimentos de 2013, corroborando com Silva (2017), sendo que ele chama esse processo de apropriação, quando as direitas crescem nos atos de junho. Ele aponta que

Nas movimentações de rede em torno do dia 20 de junho, as páginas mais compartilhadas no Facebook foram a do AnonymousBrasil, Movimento Contra Corrupção, Isso é Brasil e A Verdade Nua & Crua. Todas essas páginas possuíam um discurso de defesa da justiça em geral, da melhoria da vida e do combate à corrupção. Uma análise das práticas discursivas das postagens indica sua adesão ao pensamento da direita. (SILVEIRA, 2015, p. 221).

Silveira (2015) ainda afirma que a direita cresceu compartilhando postagens e reportagens de atores que Santos Junior (2019) caracterizou como a rede antipetista. O autor identifica ainda diferentes pontos de vista e estratégias comunicacionais dentro dessa rede, no que ele diferencia em seis subgrupos majoritários, sendo eles: a) Rede de direita; b) Liberal anticomunista; c) Anticorrupção; d) Institucionais; e) Intervencionista e f) Trolls. Esses subgrupos se distinguem em relação à mensagem passada, assim como ao grau de polarização e extremismo. Ele ainda afirma que as agendas e modos de atuação se diferenciam em:

resistência a políticas de redução da desigualdade, crítica ferrenha contra os direitos humanos, redução da maioria penal, combate à corrupção, combate ao sistema político, modificação do estatuto do armamento, aumento da repressão ao crime, defesa da família tradicional, dissolução do Congresso Nacional, impeachment, intervenção militar, diretrizes econômicas independentes do Estado, e muitas outras. (Ibid, p. 85).

Para o autor, existem três dimensões do antipetismo: o antipartidarismo, o antiesquerdismo e o antiestablishment. Na primeira dimensão ocorre a caracterização do PT como o partido responsável pelos escândalos de corrupção e por uma desmoralização da política. Na segunda dimensão, do antiesquerdismo, o argumento é ideológico. A literatura aponta para uma virada à esquerda na América Latina, no que se insere a eleição de Lula e diversos líderes nos outros países que compõem o continente. As políticas adotadas pelo lulismo geram um descontentamento da classe mais abastada, conforme apontamos anteriormente, o que leva ao crescimento da direita e sua luta contra o que consideram da esquerda, com pautas como o anticomunismo, moralismo, religião e conservadorismo. Já a vertente antiestablishment tem o foco nas ideias de corrupção e desconfiança nas instituições. “O antiestablishment está enraizado no profundo sentimento de desconfiança direcionado aos políticos, ao judiciário e à imprensa, agravado pelos escândalos de corrupção e pelo clima de pressão socioeconômica.” (Ibid, p. 113).

Assim, alinhados à essas ideias e ao espaço deixado nas ruas, a nova direita teria encontrado nas ruas, através das mobilizações, a oportunidade de colocar sua agenda em disputa. (SILVA, 2017). A direita teria crescido no vácuo deixado pela esquerda, somado à crise do governo e de representação, à disseminação do medo da ameaça comunista e de o Brasil se tornar uma Venezuela, de um discurso de melhoria da eficiência do Estado, tudo isso com as facilidades promovidas pela internet. Todos esses fatores, junto à experiência de junho de 2013, teriam contribuído para o crescimento dos movimentos de direita e seu sucesso ao levar milhares de pessoas às ruas, saindo da esfera da internet e se legitimando enquanto movimentos.

A internet além de promover essa mudança na forma como se dá a participação, trazendo mudanças na política e tentando, de alguma maneira suprir a lacuna aberta pela crise representativa já apontada aqui, ela também trouxe a emergência de novos atores à cena pública, especialmente após a crise financeira de 2008. Nascidos na internet, vários

movimentos sociais levaram centenas de pessoas às ruas e praças centrais de importantes cidades ao redor do mundo (GOHN, 2014). Tomando a internet como meio de organização tanto dos movimentos em si como dos atos além de uma plataforma de ampla divulgação, os movimentos de rede foram às ruas levar as demandas pelas quais lutavam, pois apesar de se articularem na internet, é nas ruas que eles encontram sua legitimação (CASTELLS, 2003, 2013). Sendo assim, notamos a relação entre a crise de representação que se acentuou com as Jornadas de Junho e a entrada de novos atores na cena política, a nova direita, que se fortaleceu com o uso da internet.

Os variados usos da internet podem tanto elevar o potencial democrático da rede como também minar esse potencial, como apresentado nesse capítulo. Nesse capítulo e no anterior apresentamos elementos que contribuíram para que as pessoas saíssem às ruas para levar suas bandeiras. Reservamos o próximo capítulo para abordar especificamente o tema das manifestações, mostrando como aconteceram, através de um breve histórico dos fatos, além de algumas análises apresentadas por estudiosos do tema, a fim de entender como se relacionam a crise da democracia, o uso da internet, o crescimento da nova direita e os atos públicos que levaram milhões às ruas de todo o país.

## 4 ÀS RUAS

As manifestações ocorridas entre o fim do ano de 2014 e 2016 no Brasil possuem diversos atores que apareceram no cenário nacional há poucos anos e demonstram novos repertórios de atuação, tendo como base a internet. Consideramos aqui essas manifestações como um *continuum* das Jornadas de Junho, de 2013, visto que muitas das características dessas manifestações mais recentes estavam presentes na fase final de Junho, a exemplo de algumas pautas contra a corrupção e gritos contra o governo, assim como características simbólicas e visuais, a exemplo de participantes usando as cores da bandeira do Brasil (verde e amarelo) e camisetas da seleção nacional. Essas manifestações são tratadas por parte da literatura como manifestações à direita no espectro político, tanto por suas características contra a esquerda (TATAGIBA, TRINDADE E TEIXEIRA, 2015), como pelo discurso mobilizado por seus atores, enquadrados como atores da nova direita brasileira (TELLES, 2016; SANTOS JUNIOR, 2019).

Nossa pretensão aqui nesse terceiro capítulo é relacionar os fatores elencados anteriormente, como a crise política instaurada no governo e as facilidades e possibilidades que a internet nos traz, tanto em comunicação como em participação política, com as manifestações recentes pelo mundo e principalmente no Brasil, foco de nosso estudo. Pretendemos demonstrar ainda como a chamada nova direita fez uso desses dispositivos para chamar as pessoas às ruas, desenrolando um breve histórico dos atos por meio da ótica desses atores. Para isso, faremos primeiramente a apresentação e o resgate dos acontecimentos e manifestações organizados por esses novos atores da direita, no item 4.1 nomeado *O brado retumbante*. Em seguida, no item 4.2 *Deitado eternamente em berço esplêndido?* mostraremos de forma linear como se deram as manifestações das Jornadas de Junho, a fim de chegar ao crescimento da nova direita e como ela foi responsável pelas manifestações contra o governo petista e a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Por fim, no item 4.3 *Movimentos e movimentações* analisaremos as duas fases de protesto que descrevemos aqui, demonstrando suas semelhanças e diferenças.



#### 4.1 O brado retumbante

Uma crise nos sistemas financeiro e político do país assim como uma onda internacional de manifestações e protestos são os elementos principais para levar multidões às ruas de todo o Brasil. Aqui, primordialmente, iremos abordar e descrever as manifestações ocorridas no país, começando pelos atos do fim de 2014 até 2016, nos quais temos o foco de nossa análise, para posteriormente discutir as Jornadas de Junho e como elas se desdobraram nesses últimos atos. Detalhes sobre o contexto global no qual essas manifestações se encaixam serão abordados no item posterior ao das manifestações de 2013, em que também analisaremos as duas fases de manifestações brasileiras aqui trabalhadas.

Para entender as manifestações e buscar uma análise dos acontecimentos, precisamos entender quem são seus principais atores e como eles se enquadram na disputa de narrativas presente nas ruas. Elencamos três movimentos com forte atuação nas redes como principais articuladores das manifestações e nesse estudo trataremos mais detalhadamente sobre um deles, o *Vem Pra Rua*, explicitando os motivos posteriormente.

Na disputa das ruas estavam o movimento *Revoltados OnLine*, o *Movimento Brasil Livre* (MBL) e o *Vem Pra Rua* (VPR), três movimentos que atuam nas redes sociais através de páginas no *Facebook* e no *Instagram*, assim como em outras plataformas como *Twitter*, *YouTube*, e site próprio. Segundo reportagem publicada pelo El País, em 15 de março de 2015 e que aponta também esses movimentos como principais articuladores dos protestos, existem divergências sobre a atuação de cada um, afirmando que “os três organizadores dos atos que ocorrem neste domingo no país seriam incapazes de tomar umas cervejas no bar sem mergulharem em uma discussão política sobre seus pontos divergentes.”<sup>11</sup> A mesma matéria informa ainda que os protestos ocorreram na Avenida Paulista, local tradicional de manifestações, com os carros de som de cada movimento a uma distância de um quilômetro entre si, demarcando a diferença de ideologias. Além disso, nessa manifestação em específico, enquanto os grupos *Revoltados OnLine* e MBL já defendiam o Impeachment, o VPR ainda se mantinha neutro quanto a essa pauta, alegando que o rito de impeachment é complexo e carece de maior especulação antes de ser iniciado.

---

<sup>11</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527\\_427203.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html)> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

Sobre esses atores, o grupo Revoltados OnLine é o mais extremista entre os três e chega até mesmo a defender uma intervenção militar no governo como forma de acabar com a corrupção. Tem como principal liderança Marcello Reis e conta com doações e a venda de “kits anti-Dilma” para se manter e arcar com os custos dos protestos como banners e carros de som. Os kits, segundo a reportagem citada, possuem valores entre R\$175,00 e R\$195,00, contendo uma camiseta polo preta, um boné e 5 adesivos.<sup>12</sup> A página do movimento foi tirada do ar pelo Facebook em 2016 por seus discursos extremistas, porém conseguimos encontrar uma outra página do movimento<sup>13</sup> na qual são compartilhadas notícias sobre decisões políticas da Câmara, Senado e Supremo Tribunal Federal (STF), além de notícias sobre o governo Bolsonaro. Na página ainda é possível encontrar, na aba “sobre”, um informe de que o *Facebook* censurou a página anterior do movimento. Também encontramos um site<sup>14</sup> com as mesmas informações compartilhadas pela atual página, assim como links que redirecionam para uma página de Marcello no *Facebook*<sup>15</sup>, a qual traz o mesmo informe da página do movimento em que dizem que a rede social censurou o movimento, chamando ainda a plataforma de “esquerdopata”, com links também para um perfil no *Twitter*<sup>16</sup> e um canal no *YouTube*<sup>17</sup>, além do *Instagram*<sup>18</sup> de Marcello.

Sobre o segundo ator aqui citado, o MBL, uma reportagem do El País de dezembro de 2014 já elencava algumas pautas e atuações do movimento, definindo os principais líderes como “um grupo de jovens ‘hipster’”<sup>19</sup>, por conta das características do vestuário dos integrantes, jovens com idade entre 18 e 30 anos segundo a mesma reportagem. Na página do MBL no *Facebook* podemos encontrar a seguinte definição: “O MBL - Movimento Brasil Livre - é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”<sup>20</sup>. O movimento elenca como bandeiras a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado e a Redução da

---

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> Disponível em <<https://www.facebook.com/revoltadosonline/>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>14</sup> Disponível em <<https://www.revoltadosonline.com.br/>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>15</sup> Disponível em <<https://www.facebook.com/marcelloreisbrasil/>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>16</sup> Disponível em <<https://twitter.com/revoltadoonline>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>17</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/user/revoltadosonline>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>18</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/marcelocristianoreis/>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>19</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638\\_389650.html?rel=mas](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html?rel=mas)> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>20</sup> Disponível em <[https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal)> Acessado em 01 de setembro de 2018.

Burocracia. Recentemente, em 2019, os fundadores do movimento lançaram um livro no qual contam a história da formação do MBL, intitulado “*Como um grupo de desajustados derrubou a presidente. MBL: A origem.*”, além de um documentário intitulado “*Não vai ter golpe*”, no qual “mescla a trajetória do grupo e da garotada que o formou, sem qualquer experiência política, com as manifestações pelo Impeachment, realizadas desde o fim de 2014, logo após as eleições, até a queda definitiva de Dilma, em 31 de agosto de 2016.”<sup>21</sup>. Como canais de comunicação o movimento possui páginas no *Facebook*<sup>22</sup>, *Twitter*<sup>23</sup>, *Instagram*<sup>24</sup> e um Canal no *YouTube*<sup>25</sup>. Sua renda para os atos e outras funções é proveniente de doações e venda de produtos em sua loja virtual<sup>26</sup> através do site do movimento<sup>27</sup>, com uma gama de produtos entre camisetas, moletons, livros e acessórios.

Muito ativo nas redes sociais desde sua fundação, o movimento cresceu consideravelmente, conseguindo inclusive que suas lideranças fossem eleitas para mandatos parlamentares, como Fernando Holiday, eleito para vereador de São Paulo em 2016, Kim Katagiri e Arthur do Val eleitos, respectivamente, para Deputado Federal por São Paulo e Deputado Estadual desse mesmo estado, nas eleições de 2018. Outra ação do grupo que vale destacar aqui, além da organização e chamada para as manifestações, é a Marcha pela liberdade, uma caminhada que saiu de São Paulo no dia 24 de abril de 2015 em direção à Brasília, com chegada em 27 de maio de 2015. Em Brasília o grupo esperava se encontrar com deputados da oposição governista para protocolar um documento que pedia o Impeachment de Dilma, assim como

o fim da do que chamam ‘fraude orçamentária’, a redução no número de ministérios, a criação de uma CPI do programa Mais Médicos e do BNDES, ajuste fiscal sem aumento de impostos, concessão de asilo político ao venezuelano Leopoldo López, opositor ao regime chavista, fim das verbas para publicidade estatal e a aprovação do projeto de lei nº 867/2015, que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o Programa Escola Sem Partido.<sup>28</sup>

<sup>21</sup> Disponível em <<https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/mbl-lanca-filme-com-versao-do-grupo-para-o-impeachment/>> Acessado em 17 de janeiro de 2020.

<sup>22</sup> Disponível em <<https://www.facebook.com/mblivre/>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>23</sup> Disponível em <<https://twitter.com/MBLivre>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>24</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/mblivre/>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>25</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/channel/UC8QAdpiEWAog3AOCCFDCOYw>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>26</sup> Disponível em <<https://loja.mbl.org.br/>> Acessado em 15 de janeiro de 2020

<sup>27</sup> Disponível em <<https://mbl.org.br/>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>28</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/05/integrantes-do-mbl-fazem-marcha-ate-o-parque-da-cidade-em-brasilia.html>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

Já o Vem Pra Rua, nosso foco desse trabalho, traz como definição do movimento, em seu site, o seguinte: “O Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil em 2014”.<sup>29</sup> Como principais bandeiras, encontramos no site do movimento o seguinte: “O Vem Pra Rua quer um Brasil livre da corrupção, com uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente, verdadeiramente democrático e justo”<sup>30</sup>. No site do movimento ainda podemos encontrar um Manifesto, no qual afirmam que: “Somos a favor da democracia, da ética na política e de um Estado eficiente e desinchado. Somos contra qualquer tipo de violência e condenamos qualquer tipo de extremismo (separatismo, intervenção militar, golpe de Estado), e não compactuamos com governos autoritários”.<sup>31</sup> O movimento ainda conta com uma página no *Facebook*<sup>32</sup>, pela qual divulga os eventos de protesto, assim como notícias sobre a política nacional e outras ações do movimento, um perfil no *Instagram*<sup>33</sup> e um no *Twitter*<sup>34</sup>, assim como um livro escrito por seus fundadores, intitulado “*Vem Pra Rua: A história do movimento popular que mobilizou o Brasil*”, em que narram a história do movimento e sua atuação até o fim do processo de Impeachment, livro e relato que usaremos aqui para narrar os fatos, enquanto fonte primária, além de outras fontes como reportagens e dados retirados das páginas de comunicação do movimento.

O VPR foi criado por Rogério Chequer e Colin Butterfield, “ligados ao mundo financeiro e empresarial, de modo que muitos de seus pronunciamentos públicos advogam a defesa da incorporação da gestão empresarial ao mundo da política” (GARCIA E LOPES, 2017, p.9). Segundo relatado no livro sobre o movimento, os dois fundadores se conheceram por meio de um amigo em comum que os apresentou alegando o fato de ambos terem ideias semelhantes e “sonharem com um Brasil melhor”. Doravante, eles estavam indignados com a situação do Brasil e “poderiam simplesmente deixa-lo e ir morar em qualquer outro país”, não precisando se expor em rede nacional, como citam no livro.

---

<sup>29</sup> Disponível em <<https://www.vempraru.net/o-movimento/#vem-pra-rua>> Acessado em 01 de setembro de 2018.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Manifesto do movimento, disponível em <<https://www.vempraru.net/o-movimento/manifesto.html>> Acessado em 01 de setembro de 2018.

<sup>32</sup> Disponível em <<https://www.facebook.com/vempraru.net>> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>33</sup> Disponível em <[https://www.instagram.com/vempraru\\_br/](https://www.instagram.com/vempraru_br/)> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

<sup>34</sup> Disponível em <[https://twitter.com/vempraru\\_br](https://twitter.com/vempraru_br)> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

Mas nós estávamos indignados o bastante para, inicialmente, andar na contramão. Inicialmente. O que não esperávamos – embora buscássemos – era encontrar tantos outros indignados dispostos a tomar a mesma atitude. Indignados a ponto de topar fazer algo diferente do que haviam feito (ou deixado de fazer) ao longo da vida inteira. Indignados a ponto de se mexer e tomar a responsabilidade para si. Indignados que se tornaram inconformados e que se levantaram do confortável sofá em que assistem diariamente ao jornal para protagonizar o noticiário (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.10).

Chequer e Butterfield (2016) afirmam que no princípio, pensaram o movimento como um “Basta”, título do projeto inicial e que teria “[...] as mídias sociais como cerne do movimento [...]” (p.21). Marcaram uma manifestação do “Basta” e divulgaram nas mídias sociais, porém apenas quatro pessoas (Chequer e outros três amigos) apareceram, o que significou para eles um fracasso da tentativa. Após o acontecido, Chequer conta que conversou com alguns outros amigos e decidiu, junto com Collin, mudar a postura e a tática utilizadas. Decidiram convidar suas redes de contatos para ir às ruas, com o objetivo de juntar mais gente indignada com o contexto do país.

Naquele momento a estratégia parecia óbvia. E as redes sociais, o melhor canal. Afinal, elas intuitivamente podem ser utilizadas para esse fim. Uma pessoa cria um evento e convida seu grupo de amigos. Esses amigos, por sua vez, podem facilmente chamar os próprios amigos e, assim, o convite se cascatearia rapidamente (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.36).

E completam: “O passo seguinte estava definido: criaríamos um evento no *Facebook*, convidaríamos nossa rede de contatos e pediríamos que fizessem o mesmo com a sua – e assim por diante. [...] Vamos chamar essa legião de indignados para ‘bater panela’ em algum lugar juntos” (Idem, p.36-37). Assim então surge a página do movimento no *Facebook* e um evento, marcado para o dia 16 de outubro de 2014, às 18 horas no Largo da Batata, em São Paulo. Os autores contam que nessa manifestação apareceram cem policiais, devido ao grande número de confirmados para o evento e um aviso por parte da organização à corporação. O princípio da manifestação era o de “tirar o PT do poder”, assim, dias antes do segundo turno das eleições, a primeira manifestação teve um teor contra a corrupção e principalmente antipetista. Dentre os acontecimentos nessa primeira manifestação, chama a atenção o fato de se juntarem a um grupo em campanha para o candidato da oposição, Aécio Neves. Segundo o jornal

Folha de S.Paulo, a manifestação contou com cerca de 300 pessoas.<sup>35</sup> Segundo Chequer e Butterfield (2016), além da manifestação em São Paulo, ocorreram outras também em Teresina, Recife e Brasília. Após essa manifestação do dia 16, o grupo de apoiadores cresceu e outra manifestação foi marcada para o dia 22 de outubro daquele ano, passando de quatro para nove cidades com protestos ocorrendo no mesmo dia. O movimento cresceu e recebeu apoio de personalidades importantes, com presenças na manifestação do dia 22. “José Serra, Floriano Pesaro, o ex-jogador de futebol Ronaldo Fenômeno, a cantora Wanessa Camargo, entre outras personalidades”, além de Fernando Henrique Cardoso. (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.55) Os autores ainda afirmam que “pelos nossos cálculos, reunimos 25 mil pessoas só em São Paulo” (p.57) e “Levamos nove cidades às ruas: São Paulo, Ribeirão Preto (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Teresina (PI). Já era mais que o dobro da saída do dia 16” (Idem, p.60).

Com o sucesso do dia 22, a organização do movimento decide marcar uma outra manifestação para o dia 25 de outubro, no dia anterior ao segundo turno das eleições para Presidente da República. “A manifestação do dia 25 aconteceu em mais de 200 cidades. E repercutiu nos principais veículos da imprensa nacional, ainda que relacionada à defesa de Aécio” (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.70). Porém, mesmo com todos esses acontecimentos, no dia 26 de outubro a Presidente Dilma Rousseff foi eleita para um segundo mandato.

Apesar do desânimo por não ter conquistado os objetivos iniciais do movimento, de impedir a vitória da candidata petista, no mês de novembro de 2014 ocorrem mandados de prisão, busca e apreensão em várias empresas e principalmente empreiteiras pelo país, realizados pela Polícia Federal em decorrência da Operação Lava Jato, que investiga casos de corrupção e desvio de verbas públicas. Por conta disso, o movimento marca uma nova manifestação para o dia 15 de novembro, com a bandeira da luta contra a corrupção.

De certa forma, esse foi um segundo nascimento do Vem Pra Rua [...] Foram 15 mil pessoas às ruas. Essa manifestação nos trouxe muita alegria. Caminhamos da frente do Masp, na Avenida Paulista, até a praça da Sé, no centro de São Paulo. Estávamos ali por uma causa

---

<sup>35</sup> Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1533733-nao-sabem-votar-diz-manifestante-pro-aecio-sobre-o-nordeste.shtml>> Acessado em 01 de setembro de 2018.

muito maior do que batalhar por um resultado nas eleições. E isso era histórico (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.79).

Visto o sucesso da manifestação, uma outra é marcada para o dia 6 de dezembro, a última daquele ano de 2014. Para essa manifestação, diversas personalidades manifestaram apoio, artistas e políticos, porém com pouca adesão popular, fazendo com que a organização optasse por esperar um momento mais oportuno para chamar por novas manifestações. Com o passar do tempo novas denúncias aparecem, a Operação Lava Jato se desenvolve e outros movimentos entram em cena, o que levaria à organização de uma outra manifestação, no dia 15 de março de 2015. Segundo os jornais Folha de S.Paulo<sup>36</sup> e El País<sup>37</sup>, a manifestação em São Paulo contou com cerca de 210 mil manifestantes, além de ocorrerem outras manifestações espalhadas por todos os 26 estados e o Distrito Federal, em pelo menos 152 municípios, incluindo todas as capitais. Acontecimentos políticos marcam o cenário nacional e o pedido de Impeachment de Dilma é protocolado, escrito pelos juristas Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo. A partir daí, o Vem pra Rua, que ainda não havia se manifestado a favor do Impeachment por não ver bases jurídicas para isso, passa a apoiar a decisão. Marcam uma manifestação para o dia 16 de agosto de 2015. “A manifestação de 16 de agosto foi grande: cerca de 1 milhão de pessoas em todos os estados brasileiros. E nós tínhamos uma grande esperança de que ela empurrasse o impeachment adiante” (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.131). Em 2 de dezembro daquele ano o pedido de impeachment é aceito pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Com isso, uma nova manifestação é marcada. “Queríamos comemorar a apresentação do pedido de impeachment e reanimar o povo. E não haveria jeito melhor do que ir às ruas para fazer isso. Escolhemos um dia e horário simbólicos para comemorar a vitória sobre o PT: dia 13 de dezembro, às 13 horas” (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2016, p.139). Os autores afirmam ainda que sabiam que essa manifestação não seria tão grande como a de 15 de março, e decidiram então promovê-la como um “esquenta” para uma manifestação em 13 de março de 2016, na qual apostariam alto. A manifestação de 13 de março contou com a presença de políticos da oposição. Segundo Chequer e Butterfield (2016) eram eles: Geraldo Alckmin, José Serra, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Mendonça Filho,

---

<sup>36</sup> Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>> Acessado em 01 de setembro de 2018.

<sup>37</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992\\_617989.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992_617989.html)> Acessado em 01 de setembro de 2018.

Darcísio Perondi e Carlos Marun. Os autores afirmam ainda que ocorreram manifestações em mais de 300 municípios, e segundo matéria no site da revista *Época*, mais de 3,3 milhões de pessoas foram às ruas, sendo que São Paulo registrou um número de 500 mil pessoas na Avenida Paulista, segundo o Datafolha.<sup>38</sup> E em 17 de março de 2016 é formada a comissão do impeachment.

A partir de então, a atuação desses movimentos se deu mais através da internet, sem um massivo retorno às ruas, apenas com manifestações esporádicas, menos significativas e com menos participantes, como o caso das manifestações a favor da Reforma da Previdência e em defesa do atual Ministro da Defesa do governo Bolsonaro, Sérgio Moro, o juiz responsável pelas investigações da Operação Lava Jato. A atuação desses movimentos na atualidade se dá com ações nas redes e divulgação de notícias e informações.

#### **4.2 Deitado eternamente em berço esplêndido?**

O quadro de grandes manifestações no Brasil, pelo menos no que se refere ao ciclo de protestos atual, é maior e anterior ao apresentado no primeiro item desse capítulo. Apesar de alguns pesquisadores considerarem como dois ciclos distintos, entendemos que as manifestações anteriormente descritas fazem parte de um *continuum*, pois as características principais das manifestações de 2015 e 2016 já estavam presentes nas Jornadas de Junho, como veremos adiante. Cabe aqui portanto uma caracterização das manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho, para entendermos como chegamos às manifestações pelo Impeachment.

As manifestações de junho de 2013 no Brasil estão, como afirmam Bringel e Pleyers (2015) “associadas a uma nova ‘geopolítica da indignação global’”, seguindo a onda de manifestações em diversos países no mundo, tanto pelas pautas que convergem quanto pelos repertórios de atuação empregados. Embora autores como Marco Aurélio Nogueira (2013) tratem essas manifestações com surpresa, devido ao alto grau de confiança no governo mostrado por pesquisas, em contradição com as vozes das ruas que demonstram a queda de confiança e uma crise, Tatagiba e Galvão (2019) demonstram que na verdade é possível perceber vários indícios de que algo poderia acontecer. Ao analisarem protestos entre 2011 e 2016, as autoras percebem uma

---

<sup>38</sup> Disponível em <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>> Acessado em 01 de setembro de 2018.



crecente do uso dessa modalidade entre 2011 e 2012, afirmando que esse aumento “sugere que o caldeirão de insatisfações que explode em 2013 já estava aquecendo desde o ano anterior” (p. 70).

A popularidade da então presidenta, Dilma Rousseff, oscila no período analisado por Tatagiba e Galvão (2019). Segundo as autoras, a taxa de aprovação do governo sai de 48% para 62% entre agosto de 2011 e agosto de 2012, período que marca também um crescimento de protestos em 140%. Após o pico dos protestos em junho de 2013, a aprovação do governo Dilma que era de 79% no mês de março de 2013, segundo o Ibope<sup>39</sup>, com um certo otimismo em diversos setores e o crescimento da confiança na presidenta. O furacão de junho foi implacável e instaurou o início de uma crise política que abalaria fortemente o governo nos anos posteriores, tanto política como economicamente, fazendo com que a popularidade de Dilma caísse para apenas 30% de aprovação de seu governo, segundo pesquisa Datafolha<sup>40</sup>, no fim de junho daquele mesmo ano.

O ponto inicial do ciclo de protestos que se abre em 2013 foi o aumento de vinte centavos na tarifa do transporte coletivo na cidade de São Paulo. Tatagiba e Galvão (2019) afirmam que Junho de 2013 foi o ápice de um processo crescente de insatisfação que se intensifica antes mesmo da queda de indicadores econômicos, possibilitando a manifestação de diversos setores da sociedade, em ambos os extremos do espectro político, promovendo uma profunda alteração no cenário nacional, tanto político como econômico. Nesse tópico faremos um apanhado do histórico das manifestações de junho de 2013, deixando para o tópico posterior a análise de ambos os períodos de manifestações aqui trabalhados.

Assim como as manifestações de 2015 possuem movimentos sociais da era da internet como principais atores, em 2013 a organização dos atos inicialmente foi dada pelo *Movimento Passe Livre* (MPL). O MPL “é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada.”<sup>41</sup> O movimento se organiza através de alguns princípios básicos, sendo eles: Autonomia, independência, horizontalidade, apartidarismo (mas não anti-partidarismo) e federalismo. A estrutura

---

<sup>39</sup> Disponível em <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-19/popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe-para-79-diz-ibope.html>> Acessado em 04 de julho de 2019.

<sup>40</sup> Disponível em <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318\\_dilma\\_aprovacao\\_reprovacao\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc)> Acessado em 04 de julho de 2019.

<sup>41</sup> Disponível em <<https://www.mpl.org.br/>>Acessado em 15 de janeiro de 2020.

do movimento está em confluência com a de outros movimentos internacionais, especialmente os surgidos após 2010. Segundo Pleyers (2018, p. 44)

Mezclan reivindicaciones “materialistas” y “postmaterialistas”, transforman el sentido de los conceptos de *democracia* y de *dignidade*. Son globales, pero de una manera muy distinta a la conceptualización de la “sociedad civil global” del inicio del siglo, y sin dejar las escalas locales y nacionales.

Las marchas y sus acciones de protesta son solo la punta del iceberg de estos movimientos, que buscan implementar otras formas de relacionarse con los demás y alternativas concretas a la sociedad dominante.<sup>42</sup>

Para o autor, esses movimentos são característicos por possuírem membros que se enquadram em um novo tipo de ativismo, que ele chama de *alter-ativistas*. De acordo com o autor, “el alter-activismo no es solamente un deseo de cambiar la sociedad, sino que el activista se construye también como una persona transformando la sociedad. Es, por lo tanto, una forma de compromiso altamente personalizado pero muy solidario.”<sup>43</sup> (Ibid, p. 16). Sendo assim, as lutas desses ativistas vão além de apenas direitos, mas também por mudanças na forma de interação da sociedade, como citamos o MPL, quando diz que o movimento luta pelo direito à cidade e um transporte verdadeiramente gratuito, modificando como as pessoas interagem com o transporte e com a cidade como um todo, ao ter seus direitos de locomoção garantidos.

Com o aumento da tarifa do transporte público, o MPL organiza então algumas manifestações na cidade de São Paulo, com movimentações em estações de metrô e pontos centrais do município, levando entre duas e cinco mil pessoas às ruas nos quatro primeiros atos, que Singer (2013) define como uma primeira fase, ocorridos nos dias 06, 10, 11 e 13 de junho (Secco, 2013). No quarto ato, “uma desastrada e selvagem ação policial de repressão ao movimento dramatizou o quadro, gerou grande solidariedade e levou ainda mais gente às ruas” (Nogueira, 2013, p. 31). A solidariedade aos manifestantes foi tamanha, que, conforme aponta Alonso (2017, p 52), “No dia 13, 6,5 mil pessoas tinham ido à rua em São Paulo. No dia 17, diz o Datafolha, compareceram

---

<sup>42</sup> Tradução livre: Mesclam reivindicações “materialistas” e “pós-materialistas”, transformam o sentido dos conceitos de *democracia* e de *dignidade*. São globais, mas de uma maneira diferente da conceitualização da “sociedade civil global” do início do século, e sem deixar as escalas local e nacional. As manifestações e suas ações de protesto são apenas a ponta do iceberg desses movimentos, que buscam implementar outra forma de se relacionar com os demais e alternativas concretas à sociedade dominante.

<sup>43</sup> Tradução livre: o alter-ativismo não é somente um desejo de mudar a sociedade, mas o ativista também se constrói como pessoa transformando a sociedade. E, então, uma forma de compromisso altamente individual mas muito solidário.

65 mil”. A partir desse ponto, momento que marca a segunda fase de manifestações segundo Singer (2013), temos uma diversificação de pautas e demandas, promovendo uma disputa de narrativas e significados dos protestos, além de se propagarem por diversas cidades no país, mesmo aquelas que não possuíam coletivos organizados do MPL. Conforme aponta Bringel (2017) “Uma de las características más emblemáticas de junio de 2013 fue su capilaridad em todo el territorio nacional” (p. 148).<sup>44</sup>

Alonso (2017) diferencia três repertórios de confronto, presentes no ciclo de protestos entre 2013 e 2016. Sendo eles: o repertório socialista, o repertório patriota e o repertório autonomista, uma novidade de 2013, que vem de

movimentos por justiça global [...] nele se combinam estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas (tática black bloc), contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo). (Alonso, 2017, p. 49).

Esse repertório autonomista, que se relaciona diretamente com as definições de Pleyers (2018) sobre os novos movimentos e os *alter-ativistas*, é o que marca os novos movimentos sociais globais, conforme afirmado anteriormente, exatamente por possuírem essas características de descentralização, sem hierarquias ou representantes, decisões tomadas de forma horizontal em assembleias, etc, características marcantes do MPL, diferentemente dos movimentos definidos como da nova direita, como o MBL e o VPR, que apesar de se organizarem através da internet, possuem modelos bem explícitos de hierarquia e lideranças. Sobre os autonomistas, Tatagiba e Galvão (2019, p. 72) afirmam que uma ampliada escolarização, somadas ao acesso à internet produziu mudanças simbólicas e culturais, especialmente entre a juventude, “estimulando novas demandas e formas de ação. Grupos autonomistas, que defendem a horizontalidade contra a hierarquia de partidos e sindicatos, emergem especialmente nesse segmento, como o Movimento Passe Livre (MPL), que deflagrou as jornadas de 2013”.

Sendo assim, percebemos que o repertório autonomista é o mais evidente no cenário das Jornadas de Junho. Essa segunda fase dos protestos é marcada pela pluralidade de demandas, o que Singer (2013) define como “cada pessoa um cartaz”, com demandas sobre saúde, educação, segurança, dentre outras.

---

<sup>44</sup> Tradução livre “Uma das características mais emblemáticas de junho de 2013 foi sua capilaridade em todo território nacional”.

Mesmo com a crescente de participantes e difusa pauta, algumas são repetidas e se tornam uma grande voz, de quem é contra os megas eventos esportivos que ocorrerão no país, demandando um grande investimento de dinheiro público, quando muitos serviços públicos sofrem corte ou falta de verbas e são sucateados. (Sturari, 2018, p. 343).

Com várias manifestações seguidas, o prefeito da cidade de São Paulo e o governador do estado, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin respectivamente, decidem por revogar o aumento da tarifa do transporte público, o que faz o MPL sair de cena e as manifestações acabam por diminuir, perdendo força em todo o território nacional, até sobrarem poucas e esparsas pelo país, principalmente em cidades em que ocorreriam os mega eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), como Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

#### **4.3 Movimentos e movimentações**

Podemos perceber então que ambos os períodos de manifestações possuem pontos convergentes e divergentes, o que provavelmente influencia nas análises de quem os considera como movimentações separadas, visto que, conforme Bringel e Pleyers (2015), há interpretações que vinculam as manifestações de 2013 mais à esquerda e as de 2015 mais à direita. Bringel e Pleyers (2015, p.8) afirmam que em junho de 2013 “presenciou-se um *transbordamento societário*, isto é, um momento em que o protesto se difunde dos setores mobilizados para outras partes da sociedade, transbordando os movimentos sociais que o iniciaram.” Dessa maneira, abre-se o leque de pautas e reivindicações, tornando o processo mais difuso.

Tendo em vista o histórico das manifestações já apresentado anteriormente, vamos agora aprofundar um pouco as análises de cada período, a fim de perceber as semelhanças e diferenças entre ambos e entender o processo como um todo. Não temos aqui a pretensão de trazer uma versão única acerca dos acontecimentos, visto que diversos trabalhos discutem esses elementos de maneiras variadas, e aqui pretendemos apenas trazer as características mais marcantes para podermos analisar mais detalhadamente como essas manifestações se relacionam com nossa discussão proposta nos capítulos anteriores.

Tatagiba (2014) aponta que esse ciclo de protestos aberto em 2013 é diferente de dois outros ciclos, as Diretas Já de 1984 e o Fora Collor, de 1992. A autora busca nesse

trabalho analisar os três ciclos de protesto a partir dos seguintes eixos: “i) a construção simbólica dos protestos; ii) a infraestrutura de mobilização; iii) e as performances confrontacionais.” (p. 37). Sobre a construção simbólica dos protestos, a autora relembra que nas manifestações dos dois ciclos anteriores a 2013, houve a organização dos atos em volta de uma única pauta. Não que não houvesse outras demandas, mas os atores buscavam dar sentido à pauta comum, o que não só não aconteceu em 2013 como podemos perceber a marca da heterogeneidade dos protestos ao remeter a afirmação de Singer (2013) sobre “cada pessoa um cartaz”. A autora aponta ainda a importância dos partidos políticos nos dois primeiros ciclos para costurar a pauta comum, o que exigiu esforço entre as lideranças partidárias da oposição, enquanto nas Jornadas de Junho as demandas se “metamorfoseavam em diferentes e contraditórias bandeiras de luta que acabavam dividindo espaço em um mesmo protesto.” (op. cit., p.41).

Uma característica em comum na construção simbólica dos três ciclos é o caráter nacionalista dos atos. Com gritos patrióticos, cantando o hino nacional, empunhando a bandeira brasileira, os manifestantes dos três ciclos se colocam com orgulho de serem brasileiros. A diferença é que, enquanto nos dois primeiros os partidos têm um papel fundamental, no último percebemos o caráter anti-partidário, quando manifestantes que empunhavam itens que remetiam a determinado partido sofriam agressões. A autora ainda aponta que outro tema que perpassa os três períodos é a luta contra a corrupção. No pedido por democracia uma condição era a honestidade dos políticos; no segundo, Collor foi eleito como “caçador de marajás” e com discurso de fim da corrupção, enquanto no terceiro a grande mídia levou a essa direção a cobertura dos protestos.

No que tange à infraestrutura da mobilização, a centralidade de 2013 está nas redes sociais, não mais em partidos ou associações civis, como nos ciclos anteriores. Características essas que corroboram com o que apontamos até o momento, sobre o uso da internet para a organização dos atos, assim como a crise política e a desconfiança nas instituições. Os dois primeiros ciclos contavam com alianças entre partidos e organizações da sociedade civil, com a organização dos atos, recrutamento através da distribuição de material gráfico, impressão de panfletos e outros materiais a serem usados nos atos, como faixas e cartazes, assim como a organização de comitês específicos para as duas ocasiões, uma parte dos programas políticos dos partidos reservada à campanha pró-impeachment, etc, enquanto 2013 demonstra uma hostilidade a esses atores (TATAGIBA, 2014). Se notoriamente a esquerda mantinha a hegemonia das ruas enquanto repertório, 2013 demarca a ruptura dessa hegemonia e coloca em

cena novos atores, o que leva a uma inversão de papéis e leva à direita a fazer mais uso das ruas e outros repertórios de mobilização característicos da esquerda.

Por fim, no terceiro eixo, Tatagiba (2014) analisa as performances confrontacionais. A parte central do repertório de confronto das Diretas já eram as “festas comício”, que, conforme afirma a autora: “eram grandes eventos públicos, que duravam em torno de cinco horas, e que costumavam contar com a presença de artistas e cantores.” (p. 51). Essas festas eram organizadas pelos partidos e por políticos e pagas por eles. Outra estratégia consistia na realização de “Caravanas das Diretas”, em que, lideradas por figuras como Ulysses Guimarães, Lula e Doutel de Andrade, caravanas iam das capitais a cidades do interior para levar a campanha das Diretas. Ao chegar nas cidades interioranas, festas comício eram realizadas. Na campanha pelo impeachment de Collor também houve descontração segundo a autora. Ela aponta que uma marca dessas manifestações era a presença dos jovens com suas caras pintadas, sendo que o repertório de confronto era composto por passeatas seguidas de comícios principalmente. A autora ainda aponta que essa descontração está também presente nas jornadas de junho, mas os outros repertórios de confronto se diferenciam. Enquanto os dois primeiros ciclos necessitavam de apoio do legislativo para as pautas das manifestações se desenrolarem, junho visava “asfixiar o poder executivo” conforme Tatagiba (ibid.). Sem mais comícios ou festas com artistas, as jornadas foram marcadas por manifestações em curtos intervalos, com o objetivo de fazer a cidade parar.

Outro diferencial foi o uso da tática *black blocs*, que marcou as manifestações com um tom de violência. Segundo reportagem do El País sobre essa tática, “os adeptos da chamada tática Black bloc quebraram vidraças de bancos, invadiram concessionárias de carros de luxo e literalmente partiram para cima da polícia quando esta reprimiu manifestações.”<sup>45</sup> Segundo a reportagem ainda, os adeptos dessa tática usam roupas escuras e rostos cobertos. A reportagem mostra ainda que a tática poderia ser resumida em dois pontos: ataque e defesa às instituições. O uso desse mecanismo é feito de maneira descentralizada, sendo que os participantes se unem à causa e podem sair dela depois, sendo apenas momentânea a participação. Vale destacar ainda a característica anarquista que ela carrega, com idéias como desprezo pelo Estado e por políticas econômicas neoliberais, conforme a reportagem mencionada afirma.

---

<sup>45</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/10/politica/1473461724\\_961425.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/10/politica/1473461724_961425.html). Acessado em 02 de março de 2020.

Entender as mudanças de repertórios das manifestações ao longo do tempo nos ajuda a compreender os elementos aqui apresentados, como a crise representativa e o papel da internet nos atos. As Jornadas de Junho começaram com a reivindicação do cancelamento do aumento da tarifa do transporte coletivo, mas logo que as manifestações se tornaram diversas, as pautas também se diversificaram. Essa abertura possibilitou o arranjo que mais tarde levaria às manifestações de 2015, principalmente pelo seu caráter anti-corrupção, presente a partir da segunda fase das manifestações de 2013. Essa pauta se apresenta como principal argumento discursivo para a retirada do PT do poder, já que o partido começa a ser visto como principal responsável pela corrupção no país, como vimos anteriormente. Analisando ambas as manifestações, ainda restam algumas perguntas para entendermos seus pontos de convergência e divergência. Quem foi às ruas? Quais suas motivações?

Foram realizadas diversas pesquisas durante os protestos, a fim de traçar o perfil socioeconômico dos manifestantes. Enquanto Singer (2013) aponta que nos atos de junho, os participantes eram uma fração pequena da classe média, com renda principalmente na faixa de um a cinco salários mínimos (cerca de 50%), o que no Brasil podemos considerar como baixo rendimento, nos atos de 2015 é possível perceber uma maior participação da “alta” classe média, como afirma Firmino (2016), cuja faixa de renda vai de 05 a 20 salários mínimos (cerca de 50%) em diversas pesquisas apontadas pelo autor. Esse talvez seja o dado que mais nos ajuda a compreender e caracterizar os atos, de acordo com a matriz discursiva empregada em cada um dos dois momentos de manifestações.

Outros dados como idade e escolaridade também corroboram com a análise. Singer (2013) aponta que em 2013 a faixa etária predominante é de até 25 anos, seguida pela faixa etária de participantes entre 25 e 39 anos. No quesito escolaridade, na maioria das cidades estudadas é majoritário o alto grau de escolaridade, com formação no ensino superior. Aqui podemos perceber uma disparidade entre a escolaridade e a renda, o que, segundo o autor “seria a confirmação de que no novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas.” (p. 31), lembrando ainda que políticas sociais implementadas nos anos anteriores às manifestações ampliaram as vagas em universidades, aumentando “de 1 para 2,3 milhões por ano de 2001 a 2011” (idem.).

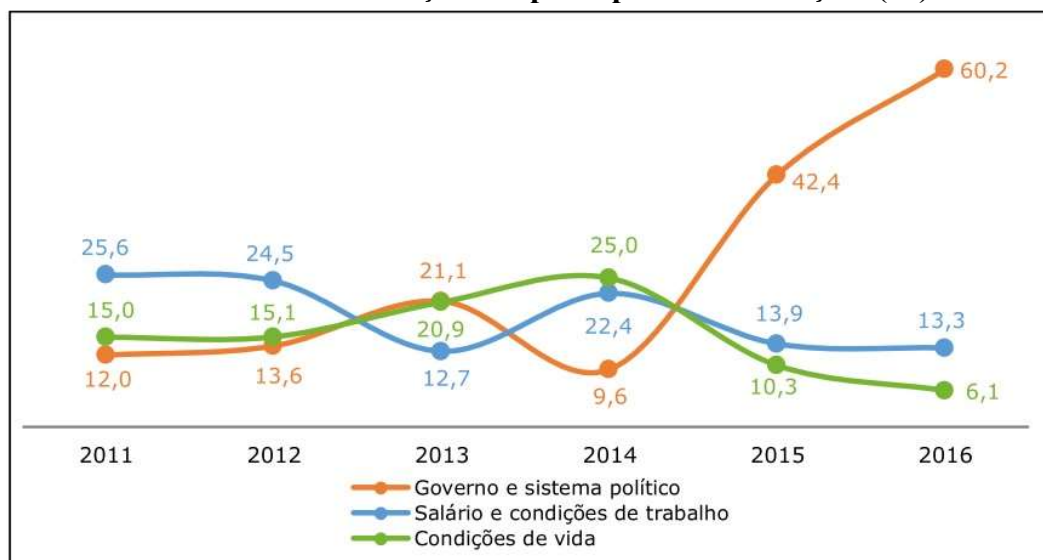
Já nos protestos de 2015, o grau de escolaridade também é majoritariamente alto, com percentuais entre 75% e 77% nas diversas manifestações (FIRMINO, 2016).

Sobre a idade dos manifestantes, no ato de 16 de agosto de 2015, a Carta Capital afirma que 59,2% estava na faixa etária entre 30 e 60 anos (dados de pesquisa realizada na capital paulista)<sup>46</sup>, média que se repete em outras pesquisas que podemos perceber em Souza (2018, p. 54), demonstrando que o perfil sócio-demográfico dos manifestantes é formado, conforme afirmam Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), pelas classes A e B.

Sobre as pautas das manifestações, Tatagiba e Galvão (2019) fizeram um estudo sobre os protestos ocorridos entre 2011 e 2016 e demonstram a evolução das principais reivindicações, que podemos ver no Gráfico 6. As três categorias elencadas pelas autoras são: Governo e sistema político; salário e condições de trabalho e Condições de vida.

A categoria governo e sistema político abrange principalmente pautas relativas ao funcionamento da democracia e ao antipetismo. A categoria salário e condições de trabalho expressa o conflito distributivo e os limites da capacidade de os governos petistas incorporarem as demandas dos trabalhadores. Por fim, a categoria condições de vida nas cidades reflete a forma como as experiências cotidianas de privação atuaram no confronto especialmente no que se refere ao tema do transporte público e da moradia, demandas que expressam forte associação com a experiência de classe dos trabalhadores, principalmente os mais precarizados. (TATAGIBA E GALVÃO, 2019, p.85).

**Gráfico 6 - Evolução das principais reivindicações (%)**



Fonte: Tatagiba e Galvão (2019).

<sup>46</sup> Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-sao-os-manifestantes-de-16-de-agosto-9588/>> Acessado em 25 de janeiro de 2020.



Cláudio André de Souza (2018, p. 29) aponta que, em uma pesquisa feita em 20 de junho de 2013 e divulgada pelo Fantástico,

As principais motivações para os entrevistados estavam relacionadas em escala de importância nas reivindicações ligadas ao transporte público (53,7%), contra a corrupção (49%), redução da tarifa (40,5%), saúde (36,7%), gastos com a Copa (30,9%), Educação (29,8%), entre outras.

Percebemos portanto que enquanto as manifestações de 2013 demonstravam uma maior amplitude de condições de vida, como a pauta do MPL pelos 20 centavos, seu caráter político já era assinalado, com 21,1% dos manifestantes com demandas sobre o governo e sistema político conforme o Gráfico 6, e segundo a afirmação do autor podemos perceber que a corrupção ocupa o segundo lugar das motivações, assim como outras que demonstram o caráter político das demandas. Esse caráter de governo e sistema político da pauta das manifestações cresce exponencialmente a partir de 2015, como assinalado no gráfico, saindo de 9,6% em 2014 para 42,4% em 2015 e chegando a 2016 com 60,2%.

Com a difusão de diversas demandas, Alonso (2017) afirma que se inicia a disputa pela direção dos protestos. Como podemos perceber com a crescente reivindicação de temas de governo e sistema político, Souza (2018, p.31) argumenta que as manifestações de junho “levaram a cabo uma intensa crítica à representação, confirmando a percepção de que havia um abismo de interesses entre eleitos e eleitores.”, e para Alonso (2017) essas demandas ativam o repertório patriota, o que acaba direcionando as manifestações para um caráter antipetista, com uma retórica moralizadora e que uniu manifestantes avulsos e angariou maior relevância, levando as manifestações posteriores ao antipetismo como centro da disputa das ruas em 2015 e 2016, levando movimentos liberais<sup>47</sup> como o MBL e o VPR a ter uma maior participação e organização dos atos.

Esse antipetismo, segundo Souza (2018) se radicaliza posteriormente a junho de 2013, devido à crise de representação instaurada durante esse mês de manifestações e a

---

<sup>47</sup> Aqui uma diferenciação, talvez tardia, sobre o termo liberal que usamos para algumas definições nessa dissertação. Quando falamos em democracia liberal é sobre o modelo de governo já definido no primeiro capítulo. Agora quando falamos em sujeitos ou políticas liberais não se trata do liberalismo político, visto os discursos em maioria conservadores do que chamamos aqui de nova direita, com pautas contra o aborto e a favor da família, por exemplo, mas sim do liberalismo econômico, pautado por um Estado mínimo e políticas nas quais o mercado deveria se autorregular, conforme defendido pelos participantes dos movimentos em questão.

uma “inclinação a culpar o PT como ‘líder’ da falência da classe política” (p. 31). Segundo o autor ainda, “a força do antipetismo escamoteou e simplificou em grande parte da sociedade o caráter sociologicamente complexo da corrupção” (p. 56), levando então milhares de pessoas às ruas, o antipetismo ganha força e acaba por interferir fortemente nas eleições de 2018.

As manifestações foram potencializadas pelo uso da internet e abriram espaço para o crescimento da nova direita.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesta dissertação demonstrar elementos que nos ajudem na compreensão da emergência de novos movimentos de direita por todo o mundo e, especificamente no Brasil. A crise da democracia representativa, os contextos nacionais (com suas demandas e reivindicações específicas), aliados às novidades trazidas pela internet como nova forma de participação e mobilização política mostram-se como variáveis explicativas importantes.

No primeiro capítulo, ao discutirmos a questão da democracia, apresentamos diversos modelos e abordagens. Dentre o que apresentamos, nossas discussões focam nos modelos representativo e participativo. A democracia passa por diversas modificações, tanto modificações dentro do próprio sistema representativo, conforme aponta Manin (1995), como também dentro da modalidade participativa, conforme diferenciamos as vertentes comportamentalista e a que estuda as Instituições Participativas (BORBA, 2012; ALMEIDA, 2018). Mudanças na representação, descontentamento com os representantes e desconfiança nas instituições, levaram a uma crescente na participação política através de diferentes modalidades.

Em relação à crise da democracia, embora Tilly (2013) mostre que ondas de democratização e desdemocratização sempre passaram pelas democracias, a atual crise traz novos elementos. Para analisar tal crise, o autor propõe verificar um conjunto de processos para averiguar se ainda existe democracia. Dessa maneira, percebemos no mundo hoje um processo de desdemocratização segundo a abordagem do autor.

Tal processo se expressa nas eleições de líderes populistas, sem comprometimento com a democracia, que a colocam em xeque conforme mostram Mounk (2019), Levitsky e Ziblatt (2018), Castells (2019) e Runciman (2018), que discutem sobre a crescente onda populista no mundo e como essa onda representa uma ruptura democrática, podendo levar ao fim ou à morte da democracia. Os dados da Freedom House, que mostram que 2018 marca o décimo terceiro ano de encolhimento das liberdades, pode atestar o que os autores argumentam. Eles citam o caso da Hungria como exemplo, em que Viktor Orbán toma medidas autoritárias e mina as instituições aos poucos, o que pode ser comprovado no relatório da Freedom House, que afirma que a Hungria passou de um país Livre a um país Parcialmente Livre. Os novos governos populistas colocam em risco a democracia, visto que quando eleitos adotam posturas

autoritárias e diminuem o poder das instituições, aumentando o poder do executivo. São eleitos com um discurso de serem porta-vozes das vontades do povo, bem como de não fazer parte do estamento burocrático do governo, sendo *outsiders* políticos (mesmo que apenas no discurso). Trazem um discurso antiglobalização, em defesa do ultranacionalismo, com desdobramentos perversos no que diz respeito à política de imigração e às políticas de cooperação global.

A internet aparece como um elemento importante das manifestações e protestos. Castells (2013) é mobilizado uma vez que contribui para o entendimento das novas redes e seus diferentes usos. O autor aponta o nascimento do que chama de sociedade de rede, com relações pautadas pelo ambiente digital. A internet inicialmente era um ambiente vertical de comunicação, no qual os usuários eram meros espectadores. Com a revolução digital do início do século e a chegada da Web 2.0, o usuário agora tem a possibilidade de tornar-se ator e produtor do conteúdo das redes (VAN DJICK, 2016; KEEN, 2012). Isso faz o uso da internet aumentar exponencialmente nos últimos dez anos, conforme vemos em dados da ITU: hoje mais da metade da população global, 53,6% tem acesso à rede em contraste a 16,8% em 2005. Tais análises demonstram que os usuários estão mais concentrados em países desenvolvidos, enquanto dentre os países em desenvolvimento o número cresce de maneira mais vagarosa. Os dados no Brasil corroboram com esse aumento de usuários, sendo que segundo o IBGE, em 2017, 69,9% dos brasileiros fazem uso da rede.

Os dados do IBGE trazem ainda um perfil desses usuários, demonstrando que a maioria dos cidadãos com acesso fica nas regiões sudeste, centro-oeste e sul. A idade dos usuários está concentrada em um patamar entre 14 e 39 anos, com diminuição nas faixas etárias após essa idade. Outro apontamento é que o nível de instrução da maioria dos usuários é superior incompleto, seguido por superior completo e médio. Esses dados contrastam com o perfil dos manifestantes, como discutiremos ao falar sobre as manifestações. Pesquisas ainda apontam o *Facebook* como rede mais usada pelos brasileiros, assim como a crescente preferência pelo *Instagram*, o que também contrasta com informações acerca das manifestações.

Esse aumento do uso da internet, principalmente para interação em redes sociais, tem mudado constantemente nossas relações sociais e fazendo com que fiquemos cada vez mais tempo online (VAN DJICK, 2016; CASTELLS, 2013; MOROZOV, 2018; KEEN, 2012). Com a possibilidade de compartilhar conteúdo, os usuários passam a, indiretamente, fornecer dados às empresas de tecnologia, além da exposição ao usarem

a rede e compartilhem as mais diversas atividades que realizam ao vivo. Esses fatores levam ao que Han (2017, 2018) chama de “exame digital” e “sociedade da transparência”. O exame é a grande massa de usuários compartilhando tudo a todo momento. São massas online mas ao mesmo tempo individualizadas. Para lembrar Elias (1994) quando fala da individualização no processo civilizatório, esses indivíduos estão em rede, mas solitários na frente de uma tela. No que tange à transparência, Han se refere à alta exposição dos usuários, com todos os dados publicados podendo ser compartilhados. Isso possibilita um maior controle sobre os usuários, com oportunidades para vigiá-los vinte e quatro horas por dia, o que Keen (2012) aponta como o Panopticon digital. O Panopticon é a marca da sociedade de controle, uma construção que possibilita o monitoramento dos que lá estão por parte de seus operadores, sem que os operadores sejam vistos. Jeremy Bentham, em 1785, utilizou o termo “panóptico” para designar uma penitenciária ideal que permitisse a um único vigilante observar e controlar todos os prisioneiros. A sociedade atual possibilita novos vigilantes por meio da internet, com um grau maior de controle e possibilidade de armazenamento de dados.

Enquanto estamos fornecendo dados às empresas de tecnologia, seus usos podem ser econômicos ou políticos. A grande quantidade de dados disponíveis exige uma plataforma para lê-los, o que é chamado de Big Data. A venda de marketing digital especializado de acordo com as preferências do usuário é um mercado em ascensão e faz uso do big data para medir essas preferências. Sobre os usos políticos, o escândalo da Cambridge Analytica exemplifica bem como esses dados podem manipular o usuário, fazendo com que ele receba o estímulo certo e no tempo certo, possibilitando alterar suas preferências.

A internet traz ainda possibilidades de participação política e outras formas de engajamento. Como demonstramos, três vertentes analisam o potencial democratizante da internet. A primeira, dos *ciberotimistas* enxerga na rede uma plataforma inovadora capaz de alterar o funcionamento da democracia, tanto por meio da criação de espaços deliberativos, como por meio de uma maior capacidade de se relacionar com os representantes eleitos. A vertente dos *ciberpessimistas* já enxerga que a internet não só não vai mudar nada em relação à democracia como pode aumentar clivagens já presentes na sociedade, visto o perfil dos que têm acesso à internet e levando em consideração o que é necessário para poder utilizá-la. Enquanto isso, os *ciberrealistas* argumentam que nem revolução democrática e nem aumento das clivagens, mas a

internet deve ser entendida enquanto uma criação humana que reflete o que já está presente na sociedade.

Além disso, por meio das redes percebemos o crescimento da nova direita no país. Seus interlocutores ganharam espaço principalmente com a lacuna deixada após junho de 2013 pela esquerda, o que possibilitou o uso de repertórios como a manifestação desses atores. Na internet eles enxergaram a possibilidade de divulgar suas ideias e compartilhá-las com os usuários. A direita fez uso das redes melhor do que a esquerda, como aponta Silveira (2015). A criação e utilização de diversas *fanpages* para divulgação das ideias articulou o que Santos Junior (2019) chama de *rede antipetista*, responsável por disseminar informações em três principais dimensões, apontadas pelo autor, sendo o antipartidarismo, antiesquerdismo e antiestablishment. Essas dimensões são abordadas pelas diferentes páginas em diferentes abordagens.

Também apontamos que o crescimento da direita vem junto com o antipetismo, com pautas como a regressão de direitos, advindo de um ódio de classe criado através da ascensão de classes menos favorecidas que o lulismo promoveu, além de um discurso liberal e de esvaziamento do Estado, como também o pedido pela volta da moral e “bons costumes” (MESSENERG, 2017; TELLES, 2016).

Para nós, esses elementos se relacionam intimamente, junto com as manifestações. Como apontamos, o mundo vive uma efervescência de protestos na década de 2010, ou uma onda global de indignação, conforme apontam Bringel e Pleyers (2015). Essa onda atinge o Brasil, onde manifestações afloram o descontentamento dos cidadãos em relação ao governo (SOUZA, 2018). As Jornadas de Junho expõem rupturas em nossa democracia e colocam em ebulição um caldeirão que já vinha se esquentando há tempos, conforme podemos perceber pelo trabalho de Tatagiba e Galvão (2019). As manifestações começam pequenas, com uma pauta de direito à cidade, pedindo a revogação do aumento de vinte centavos na tarifa do transporte público em São Paulo, mas acabam se transformando em grandes manifestações de massa por todo o país após uma ação violenta da polícia paulista sobre os manifestantes.

A partir desse momento, as vozes das ruas se tornam cada vez mais heterogêneas, surgindo várias demandas (SINGER, 2013; SECCO, 2013; TATAGIBA 2014). Alonso (2017) diferencia três repertórios nessas manifestações: autonomista, socialista e patriota. O primeiro marca as manifestações organizadas pelo MPL, com a horizontalidade nas decisões, etc. A partir do momento que as manifestações se

desenvolvem em todo o território e o MPL sai de cena, a autora aponta para o crescimento do repertório patriota, o que conduziria as manifestações a pautas como contra a corrupção e contra o governo, cidadãos indo aos atos vestidos com as cores verde e amarela, dentre outras características, que teriam continuidade nas manifestações seguintes, entre 2014 e 2016.

Estavam aqui as bases da nova direita. Enquanto os primeiros atos, em outubro de 2014, tinham como objetivo garantir a não reeleição de Dilma, os atos de 2015 e 2016 marcam o pedido de afastamento da presidente do cargo e um extremo discurso antipetista (CHEQUER E BUTTERFIELD, 2015; SOUZA, 2018), que repercutiria nas eleições em 2018.

Após as manifestações de junho, temos um *gap* de manifestações que vai até outubro de 2014. Nesse meio tempo a operação Lava Jato noticia conduções coercitivas e novas delações premiadas, o que traz à tona novamente a questão da corrupção e leva mais uma vez milhares de pessoas às ruas. Dessa vez os atos são capitaneados pelos movimentos da nova direita, como o Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados OnLine (TATAGIBA, TRINDADE E TEIXEIRA, 2015; TELLES, 2016; SILVA, 2017; TATAGIBA E GALVÃO, 2019). Os atos crescem e, assim como as Jornadas de Junho, acabam se difundindo por outras cidades no Brasil. Atores econômicos também entram em cena, como a FIESP, com discurso de que a crise econômica, assim como a política, é culpa do PT, e lançam a campanha “Não vamos pagar o pato”, que se refere às dívidas do governo. Em agosto de 2016 a presidente Dilma sofre o Impeachment.

Por fim, nossa exposição trata acerca das semelhanças e diferenças entre o perfil dos manifestantes de ambos os períodos. Enquanto nas Jornadas de Junho notamos, conforme apresentado, uma maioria de jovens de até 25 anos, baixa renda e alta escolaridade, no segundo período o perfil mais visto nas ruas é de cidadãos um pouco mais velhos, com idades entre 25 e 39 anos, classe média e alta escolaridade. Além do mais, esses dados contrastam com o que aponta o IBGE sobre os usuários de internet, que em maioria são pessoas de idade entre 14 e 39 anos e com alta escolaridade.

Buscamos nesse item, então, demonstrar, retomando alguns pontos apresentados durante a dissertação, a relação entre a internet, a crise da democracia e as manifestações, mostrando como a nova direita entrou na cena divulgando suas ideias. Argumentamos que as ruas demonstram a crise representativa que já é gestada há anos em nosso território. Dessa maneira, abre-se um espaço para esses novos atores da direita

disseminarem seu ideário e concepções de governo. A internet se torna um meio muito propício para tal divulgação, e a direita utiliza de memes e do senso comum, conforme aponta Silveira (2015), aportes que têm facilidade em estimular diversos sentimentos, conforme aponta D’Ancona (2018), conseguindo um crescimento vertiginoso, culminado na vitória nas eleições de 2018 no Brasil. A direita se apropriou da pauta anticorrupção e soube fazer uso da internet para fortalecer o antipetismo, apresentando-se como possibilidade de resposta às várias crises que se intensificaram no cenário nacional.

Todos os elementos que elencamos aqui são parte de novas agendas de pesquisa, tanto a crise da democracia, que abre diversos caminhos, como a ascensão de novos populismos no mundo, da nova direita, a relação entre Estado e sociedade que se alterou drasticamente, dentre outros. A internet abre ainda um outro campo de pesquisas com mudanças em vários aspectos da vida social e política. Com relação aos movimentos em rede e às manifestações que eclodiram recentemente no mundo, muito tem sido produzido, mas ainda há uma grande agenda a ser explorada. Esperamos que esta pesquisa tenha contribuído para levantar possibilidades para futuras agendas.



## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. H. de. **Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Revista Dados, Vol. 31. Nº1, 1988. p.5-32.

ALCANTARA, Luciane. **Políticas de e-Transparência: Uma análise do Índice de Transparência das capitais brasileiras presentes no Ranking Nacional do Ministério Público Federal**. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). 2019.

ALMEIDA, Carla. A participação política nas democracias contemporâneas: mapeando o debate. In: MARTELLI, Carla Giani; JARDIM, Maria Chaves e GIMENES, Éder Rodrigo (org.) **Participação política e democracia no Brasil contemporâneo**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 11-32.

ALONSO, Angela. **A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. especial: Dinâmicas da crise, p. 49-58, jun. 2017.

APPADURAI, A. **As dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

APPADURAI, A. Fadiga da democracia. In: APPADURAI, A. *et. al.* **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrenta-los**. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 19-36

BIZZARRO, F. e COPPEDGE, M. **Variedades da democracia no Brasil**. Campinas: Opinião Pública, vol. 23, nº1, jan. – abr., 2017.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORBA, J. **Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação**. Revista Sociedade e Estado. Volume 27, Número 2. Maio/Agosto 2012.

BRAGA, M. do S. S. e CASALECCHI, G. A. **Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil**. Campinas: Opinião Pública, vol. 22, nº3, dezembro, 2016. p.550-568.

BRINGEL, Breno. Crise política y polarización em Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). **Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017. P. 141-154

BRINGEL, B.; PLEYERS, G. **Junho de 2013... dois anos depois**. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. Revista Nueva Sociedad. Buenos Aires. novembro/2015. p. 4-17.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). **Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHEQUER, R. e BUTTERFIELD, C. **Vem pra rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil**. São Paulo: Matrix, 2016.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DAHL, R. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DOMINGUES, J. M. **Crise da república e possibilidades de futuro**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.6, pp.1747-1758. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017226.02472017>. Acessado em: 12 agosto 2017.

ELIAS, N. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

FARIA, C. F.; LINS, I. L. Participação e deliberação nas conferências de saúde: do local ao nacional. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2018.

FILLIEULE, Olivier; TARTAKOWSKY, Danielle. **La manifestación: Cuando la acción colectiva toma las calles**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

FIRMINO, G. C. **Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do ‘Vem Pra Rua’ e do ‘Movimento Brasil Livre’**. In: X Seminário do Trabalho. Trabalho, crise e políticas sociais na América Latina, 2016, Marília/SP. Anais X Seminário do Trabalho. Trabalho, crise e políticas sociais na América Latina, 2016.

FRANÇA, A. S. T.; MARTINS, F. R. S.; BRAGA, S. S. Internet, democracia e política num ano eleitoral. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006. **Paraná Eleitoral**, n.60, p.37-68, abri./jun. 2006. Disponível em <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/297>> Acessado em 11 de fevereiro de 2020.

GARCIA, F. D. F.; LOPES, C. S. **As manifestações de agosto de 2015 em Londrina: aproximações e distanciamentos entre movimentos sociais e manifestantes**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 41. 2017, Caxambu. GT11: Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais.

GIMENES, E. R. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Curitiba: Appris, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

GOHN, M. da G. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**. Salvador: Caderno CRH, v.27, n.71, p.431-441, Maio/Ago. 2014b.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, n. 36, p. 39-53. 1995.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HANSEN, J. R. **No computador, na rua ou no smartphone: condicionantes e covariantes do engajamento online**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Maringá, 2016.

HASHIMOTO, Flávio Henrique Navarro. **A internet e a Democracia Brasileira: As Jornadas de Junho de 2013 no Estado do Paraná**. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Londrina, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf). Acessado em 13 de fevereiro de 2020.

ITU. *Measuring digital development: Facts and figures 2019*. Geneva Switzerland, 2019. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/FactsFigures2019.pdf>. Acessado em 13 de fevereiro de 2020.

KEEN, Andrew. **Vertigem Digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim e CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo. p. 61-68. 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MESSEMBERG, Débora. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. Revista Sociedade e Estado, Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro, 2017.

MEDEIROS, J. da S. **Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política.** Campinas: Transinformação, v.25, n.1. p.27-33, jan./abr., 2013.

MOISÉS, José Álvaro. **A desconfiança nas instituições democráticas.** Opinião Pública, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 33-63

MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://nupps.usp.br/downloads/relatorio2013/Anexo\\_65\\_Livro\\_EDUSP\\_2013\\_versao\\_enviada.pdf](http://nupps.usp.br/downloads/relatorio2013/Anexo_65_Livro_EDUSP_2013_versao_enviada.pdf)> Acessado em: 14 agosto 2017.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política.** São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOUFFE, C. **O regresso do Político.** Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. **A sociologia digital: um desafio para o século XXI.** Sociologias, Porto Alegre, ano 18, nº 41, p. 216-241, jan/abr 2016.

NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ORTIZ, R. **Otro territorio.** Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1998.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIERINI, A. J. **Democracia dos antigos x democracia dos modernos – uma revisão de literatura.** Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v.29, n.2, p.125-134, jul./dez. 2008.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

PUTNAM, R. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, Baltimore, v.6, p.65-78, 1995.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCCO, Aline Tusset de. **Democracia e Participação Política: o Dialoga Brasil e as novas possibilidades da ciberdemocracia brasileira**. Revista Idealogando, v. 2, n. 2, p. 48-64, 2018.

ROMAGNOLI, A. J.; MELO, M. B. **Os problemas da democracia representativa: a crise do representado**. Revista Húmus, Nº 3, set.-dez. p. 112-124, 2011.

ROMÃO, W. de M. **As manifestações de junho e os desafios à participação institucional**. Boletim de Análise Político-Institucional, v.4, p.11-17, 2013. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/125286>> Acessado em: 13 agosto 2017.

ROMÃO, W. de M., MARTELI, C. G. G. **Estudos sobre as Instituições Participativas: o debate sobre sua efetividade**. Revista Pensamento & Realidade, ano XVI – v.28 nº1, p. 124-143, 2013.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior. 2013. p. 95-100.

SANTOS, Alexandre Aparecido dos, SILVA, Rosangela da. **A construção da desconfiança e a crise da democracia: mídia e política no Brasil contemporâneo**. Rev. Cadernos de Campo. Araraquara. N. 25, p. 63-85, jul./dez. 2018.

SANTOS JUNIOR, M. A. **#VaipraCuba! : a gênese das redes de direita no facebook**. Curitiba: Appris, 2019.

SCHUMPETER, J. A. *A doutrina clássica da democracia*. In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p.313-335.

SECCO, L. *As jornadas de junho*. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior. 2013. p.71-78.

SHIRKY, C. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SILVA, Ederson Duda da. **As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016)**. *Conversas e Controvérsias*, v. 5, n. 1, p. 75-95, jan-jun. 2018.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (org). **Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

SINGER, A. **Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. *Novos Estudos* 97, p.23-40. Novembro. 2013.

SOUZA, Cláudio André de. **Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015**. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 35-51, mai. 2016.

SOUZA, C. A. **Para onde vai a política brasileira? Breve ensaio sobre a crise de representação e o pós-impeachment**. Curitiba: Appris, 2018.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UNB, 1998.

STURARI, Vinícius de Souza. **Os Movimentos de Rede e sua atuação: principais atores nas manifestações recentes e o papel da internet nos acontecimentos**. 2017. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Graduação em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, 2017.

STURARI, Vinícius de Souza. **Vem pra Rua: protagonismo do movimento e organização dos protestos recentes**. In: Anais do I Seminário de Sociologia e Política da UFSC. Florianópolis/SC. 2018. p. 339-356.

TATAGIBA, L. **1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil**. Política & Sociedade, Florianópolis, Vol. 13, Nº28, set./dez. p. 35-62, 2014.

TATAGIBA, Luciana, TRINDADE, Thiago e TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Protestos à direita no Brasil (2007-2015)**. In: CRUZ, Sebastião Velasco, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (org). **Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.

TATAGIBA, Luciana, GALVÃO, Andreia. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. Opinião Pública, Campinas, vol. 25, nº 1, jan. - abr., p. 63-96, 2019.

TELLES, Helcimara. **A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno**. Ponto e Vírgula – PUC SP – nº 19, p. 97-125. 2016.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VAN DIJCK, J. **La cultura de la conectividad: Una historia crítica de las redes**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2013.

YOUNG, I. M. **Desafios ativistas à democracia deliberativa**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 13. Brasília, janeiro – abril de 2014. p. 187-212.